Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro

Gustavo Godinho Benedito

O "epistemicídio" do espaço na modernidade e a reconstrução epistemológica desse conceito a partir da metafilosofia

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Alvaro Henrique de Souza Ferreira

Rio de Janeiro
Novembro de 2019

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

Gustavo Godinho Benedito

O "epistemicídio" do espaço na modernidade e a reconstrução epistemológica desse conceito a partir da metafilosofia

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de doutor pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da PUC-Rio. Submetida à avaliação da comissão examinadora abaixo.

Prof. Alvaro Henrique de Souza Ferreira
Orientador
Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Prof.ª Regina Célia de Mattos
Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Prof.ª Flávia Elaine da Silva Martins
UFF - Niterói

Prof.ª Monica Sampaio Machado
UERJ

Prof. Luciano Ximenes Aragão
UERJ

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2019.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Gustavo Godinho Benedito

Graduado (bacharelado e licenciatura) em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) na linha de pesquisa Espaço e Sustentabilidades e Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) na linha de pesquisa Espaço, Cotidiano e Sustentabilidades.

Ficha Catalográfica

Benedito, Gustavo Godinho

O "epistemicídio" do espaço na modernidade e a reconstrução epistemológica desse conceito a partir da metafilosofia / Gustavo Godinho Benedito ; orientador: Alvaro Henrique de Souza Ferreira. – 2019.
120 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2019.
Inclui bibliografia

1. Geografia e Meio Ambiente – Teses. 2. Espaço. 3. Modernidade. 4. Metafilosofia. 5. Alienação. 6. Político. I. Ferreira, Alvaro Henrique de Souza. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

CDD: 910

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

Agradecimentos

Agradeço especialmente aos queridos Alvaro Ferreira, Regina Mattos e João Rua, por construírem junto com o NEPEM, LABORES e URAIS as inúmeras possibilidades para o entendimento e superação da alienação, em múltiplas escalas e dimensões. Além disso, agradeço por participarem da minha (re)construção desde a graduação, perpassando o grupo PET, o grupo NEPEM, o mestrado, o doutorado, o dia a dia, as angústias, as (im)possibilidades vividas e convividas, assim como as inúmeras lágrimas e sorrisos sem os quais não seria suportável perceber as injustiças e os desafios cotidianos e continuar acreditando em um mundo mais justo, ético e humano.

Um agradecimento àqueles que percebem que um outro mundo é possível e necessário.

Agradeço à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro por todo suporte e pelas bolsas de auxílio ou de fomento à pesquisa concedidas desde a graduação, em especial, a referente ao desenvolvimento desta tese. Agradeço ao Departamento de Geografia e Meio Ambiente e ao Programa de Pós- Graduação em Geografia, assim como a todos do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Espaço e Metropolização (NEPEM).

Um agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo incentivo à pesquisa através de bolsa durante o doutorado.

À minha família, em especial aos meus pais Marco e Beth (com os quais compartilho os desafios e os sabores da vida, sem perder a ternura, o aprendizado, a força necessária e a compaixão pelas pessoas), aos meus tios Beto e Zeca (por sempre me apoiarem e por fazerem dos encontros um eterno prazer, debate e aprendizado), assim como aos meus avós, tias e primos. Um agradecimento mais do que especial à minha companheira Yasmin, hoje minha família, assim como por compartilhar sonhos, desafios intelectuais e esperança, além de todo auxílio na leitura e debate sobre esta tese. Aos meus amigos especiais, irmãos, com os quais tenho a certeza de um eterno reencontro, seja na Turquia, EUA ou pelos trabalhos de campo pelo centro do Rio de Janeiro etc., assim como aos amigos de longa data e do trabalho.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

Resumo

Benedito, Gustavo Godinho; Ferreira, Alvaro Henrique de Souza. **O "epistemicídio" do espaço na modernidade e a reconstrução epistemológica desse conceito a partir da metafilosofia.** Rio de Janeiro, 2019. 127p. Tese de Doutorado – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tese parte da ideia de que a percepção de desenvolvimento, a colonização do mundo da vida e a instrumentalização dos sujeitos na modernidade estão associadas às formas de perceber a espacialidade pelas filosofias, pelas ciências (neo)positivistas e por toda uma variedade de correntes de pensamento constituídas na modernidade. Acredita-se, aqui, que todas essas concepções de espaço praticam um epistemicídio do espaço, pois, ao ignorar intencionalmente a práxis no espaço social, interferem diretamente na gênese da concepção de espaço como ausente de contradições. Nesse sentido, busca-se a análise da genealogia de uma epistemologia política em Geografia a partir da incorporação da metafilosofia, através da teoria da alienação, no pensamento geográfico. A teoria da alienação exerce um papel central na reconstrução da noção de espaço no processo de renovação epistemológica em Geografia, desencadeado a partir da geografia crítica de viés marxista – uma vez que instaura um movimento de ruptura ontológica e epistemológica no pensamento geográfico – e esse movimento, balizado na atualização da filosofia da práxis (metafilosofia), apresenta repercussões prático-teóricas para além da Geografia, uma vez que nos permite deslocar o olhar do objeto de estudo dessa disciplina para o entendimento das espacialidades da reprodução das relações sociais de produção.

Palavras-chave

Espaço; modernidade; metafilosofia; alienação; político.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

Abstract

Benedito, Gustavo Godinho; Ferreira, Alvaro Henrique de Souza. (Advisor). **The "epistemicide" os space in modernity and the epistemological reconstruction of this concept from metaphilosophy.** Rio de Janeiro, 2019. 127p. Tese de Doutorado – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis starts from the idea that the perception of development, the colonization of the world of life and the instrumentalization of the subjects in modernity are associated with ways of perceive spatiality by philosophies, the (neo) positivist sciences and for a whole variety currents of thought constituted in modernity. It is believed here that all these conceptions of space practice an epistemicide of space, because, by intentionally ignoring praxis in the social space, directly interfere in the genesis of the conception of space as absent of contradictions. In this sense, is sought the analysis of the genealogy of a political epistemology in Geography from the incorporation of metaphilosophy, through the theory of alienation, in geographical thinking. The theory of alienation plays a role in reconstruction of the notion of space in the process of epistemological renew in geography, triggered from the critical geography of Marxist bias – once it establishes an ontological and epistemological rupture movement in geographical thinking - and this movement marked in updating philosophy of praxis (mataphilosophy) has repercussions practical-theoretical beyond geography since it allows us to shift the look at the object of study of this discipline for the understanding of spatialities of the reproduction of social relations of production.

Keywords

Space; modernity; metaphilosophy; alienation; political.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

Sumário

1. Introdução 8

2. O Epistemicídio do Espaço na Modernidade e a Construção de uma Epistemologia Política em Geografia a Partir da Filosofia da Práxis (Metafilosofia) 15
2.1. O Epistemicídio do Espaço na Modernidade 17
2.2. A Emergência da Geografia Crítica e a Renovação Epistemológica em Geografia 28

3. Por uma Epistemologia Política do Espaço 43
3.1. A Filosofia da Práxis e o Espaço 44
3.2. A Metafilosofia e o Espaço 54

4. A Centralidade da Teoria da Alienação na Reconstrução Epistemológica do Espaço a partir da Metafilosofia 62
4.1. A teoria da alienação de Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* . 66
4.2. A Metafilosofia de Henri Lefebvre e a Teoria da Alienação 76
4.3. O conceito de Re-produção das Relações Sociais de Produção em Henri Lefebvre como chave analítica para a relação entre a Teoria da Alienação e a Produção do Espaço 88
4.4. A Reconstrução Epistemológica do Espaço a partir da Teoria da Alienação e da Metafilosofia de Henri Lefebvre 98

5. Considerações Finais 113

6. Referências bibliográficas 117

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

1. Introdução

> "A especificidade da experiência dialética consiste em dissipar a aparência do sempre-igual – e mesmo de repetição – na história. A experiência política autêntica está absolutamente livre desta aparência. (...) Para o dialético, o que importa é ter o vento da história universal [*weltgeschichte*] em suas velas. Pensar significa para ele: içar as velas. O que é decisivo é como elas são posicionadas. As palavras são suas velas. O modo como são dispostas transforma-as em conceitos. (...) Ser dialético significa ter o vento da história nas velas. As velas são conceitos. Porém, não basta dispor das velas. O decisivo é a arte de posicioná-las."
>
> Walter Benjamin, *Passagens*

Lugar onde se manifesta a vida, em seu sentido amplo, o espaço é condição, meio e produto da realização da sociedade (CARLOS, 2011). Se em cada momento do capitalismo foi produzida uma espacialidade inerente às intencionalidades de cada momento histórico, torna-se necessário compreender os múltiplos processos, práticas e ideias que produzem o espaço com características que o torna, em determinados períodos da história, com sentidos específicos. Ao mesmo tempo, desvendar o mundo a partir da espacialidade das relações sociais implica compreender seus sentidos prático-teóricos, configurando, historicamente, "imaginações geográficas" (MASSEY, 2008) abertas ao *possível* ou "imaginações geográficas" que anulam o potencial político do espaço.

Assim, desvendar o mundo a partir da espacialidade das relações sociais pressupõe o entendimento dos sentidos prático-teóricos da produção do espaço a partir de uma perspectiva crítica radical, enfatizando a necessidade de compreender a totalidade concreta em movimento e, mais especificamente acerca do espaço, libertá-lo de sua velha cadeia de significados.

O caminho para tal entendimento e ruptura epistemológica pode ser através das dimensões social, cultural, econômica, política, ontológica ou epistemológica, por exemplo. Propõe-se, neste trabalho, o resgate da filosofia da práxis como caminho investigativo, o qual fornece subsídios teórico-metodológicos essenciais ao entendimento da espacialidade das relações sociais, assim como pressupostos filosóficos fundamentais para a reconstrução dos sentidos da produção do conhecimento na história do pensamento geográfico.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

Segundo Carlos (2015, p. 11), “o pensamento crítico é residual numa geografia submersa na especialização – como as demais disciplinas das ciências humanas -, refém dos parâmetros da universidade neoliberal”. Acrescentamos, seguindo a linha de raciocínio de Dardot e Laval (2016), que a racionalidade neoliberal promove um processo de subjetivação e não somente uma transformação na forma de governo, e, nesse sentido, constitui-se como a nova “razão” do capitalismo hodierno, invadindo cada poro da vida cotidiana, inclusive a produção do conhecimento.

Constroem-se, assim, “imaginações geográficas” conservadoras. Utopias conservadoras (SANTOS, 2007) que atualizam a racionalidade positivista e constroem uma epistemologia apolítica acerca do espaço, seja em Geografia, seja nas demais ciências parcelares, na Filosofia e em diversas correntes de pensamento que não possuem o horizonte da utopia crítica, formadora de uma epistemologia política. Destarte, pode-se afirmar que o neoliberalismo promove uma atualização da visão de mundo positivista.

Partimos da ideia de que a percepção de desenvolvimento, a colonização do mundo da vida e a instrumentalização dos sujeitos na modernidade estão associadas às formas de perceber a espacialidade pelas filosofias, pelas ciências (neo)positivistas e por toda uma variedade de correntes de pensamento constituídas na modernidade (as quais mantiveram elementos da racionalidade positivista, não superando suas limitações político-científicas para a promoção de uma transformação radical da realidade).

Acredita-se, aqui, que todas essas concepções de espaço praticam um epistemicídio do espaço, pois, ao ignorar intencionalmente a práxis no espaço social, interferem diretamente na gênese da concepção de espaço como ausente de contradições (portanto, um espaço apolítico), além de não romper com as antinomias da modernidade, seja na construção do pensamento filosófico, seja na construção do pensamento geográfico, indissociavelmente.

Corroboramos com Quaini (1979, p. 22) ao defender a tese de que “a única solução desta antinomia consiste em sair fora dela radicalmente mediante o materialismo histórico” e, assim, caminhamos rumo aos horizontes de uma

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

epistemologia política do espaço, uma vez que "outrora, um outrora não tão remoto, o político era percebido como um obstáculo à racionalidade" (LEFEBVRE, 2001, p. 61).

Parte-se do pressuposto de que a filosofia da práxis (metafilosofia) constitui-se como caminho investigativo que fornece subsídios teórico-metodológicos que permitem o entendimento da totalidade das dimensões inerentes à espacialidade da vida cotidiana e, ao mesmo tempo, constitui-se como corrente de pensamento que permite uma abordagem que supere as dualidades construídas na modernidade (epistemologia e política, sujeito e objeto, teoria e prática, parte e todo, estrutura e ação etc.).

Destarte, o objeto analítico deste trabalho trata-se da reconstrução do conceito de espaço através dos horizontes abertos pela metafilosofia. Partimos do pressuposto de que a perspectiva da metafilosofia de Henri Lefebvre e a perspectiva da filosofia da práxis de Antônio Gramsci são concordantes, complementares e balizadoras da reconstrução do pensamento geográfico a partir do período de desenvolvimento da geografia crítica de viés marxista.

Corroborando com Lefebvre (2001, p. 116), "o movimento dialético se apresenta aqui como uma relação entre a ciência e a força política", sendo a filosofia da práxis, segundo esse autor e segundo Antonio Gramsci (Lefebvre usa o termo metafilosofia em vez de filosofia da práxis) o coração político-epistemológico e político-ontológico do materialismo histórico-dialético (SEMERARO, 2006).

Como afirma Quaini (1979, p. 50), "seria absurdo querer reconhecer nos fundadores do materialismo histórico os precursores da geografia", o que não nos inviabiliza perceber uma dimensão espacial da realidade a partir da filosofia da práxis (metafilosofia).

Não objetivamos identificar como cada perspectiva se inseriu no desenvolvimento da Geografia, mas, sim, o entendimento da perspectiva onto-epistemológica de Marx e a reconstrução da noção de espaço na história do pensamento geográfico, apontando rupturas com as concepções de espaço

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

apolíticas (notadamente as perspectivas associadas à racionalidade positivista). Esta pesquisa vai ao encontro de Lefebvre (1999, p. 68), ao afirmar que a "reflexão crítica tende a substituir a construção de modelos pela *orientação,* que abre vias e descortina um *horizonte*". Assim, a construção de horizontes à constituição de uma epistemologia política em Geografia é um dos escopos deste trabalho.

Objetiva-se, pois, analisar a relação entre tais construções filosóficas, associadas à obra de Marx, e o desenvolvimento de uma concepção de espaço revolucionária na história do pensamento geográfico, enfatizando a atualidade dessas filosofias e as contribuições da geografia crítica de viés marxista para a reconstrução de tais pressupostos filosóficos; atualidade e atualização da metafilosofia - a partir da dimensão espacial da realidade - como elementos centrais do objeto analítico em questão.

A percepção de desenvolvimento espacial, a colonização do mundo da vida e a instrumentalização dos sujeitos na modernidade estão associadas às formas de perceber e conceber o espaço pelas filosofias e ciências positivistas constituídas na modernidade.

Por conseguinte, a concepção de espaço neutro e sem contradições configura-se como uma estratégia que pratica um "epistemicídio" da espacialidade, pois ao ignorar, intencionalmente, a práxis no espaço social, interfere diretamente na gênese dessa neutralidade.

Constroem-se, assim, discursos científicos que priorizam o intelectual ao invés do vivido ou do intuitivo, como afirma Massey (2008). A espacialidade, nesse sentido, é percebida como mera representação, neutralidade inerente ao processo de construção epistemológica positivista.

A consciência filosófica da espacialidade na ciência moderna, que tivera no racionalismo cartesiano e no empirismo baconiano as suas formulações iniciais, condensaram-se no positivismo oitocentista, mas, também, em inúmeras correntes de pensamento – neopositivismo, estruturalismo etc. - consolidando a forma moderna de conceber o espaço.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

Dois aspectos centrais podem ser percebidos nesse processo. O primeiro está associado à percepção de que o espaço é ausente de conflitos e, portanto, de contradições. O segundo é a hegemonia da temporalidade na construção do conhecimento; temporalidade também neutra e ausente de sujeitos.

Pensar o espaço a partir da metafilosofia consiste em pensar o espaço como produção social múltipla, aberta e multidimensional, pois contraditória. Nesse sentido, pressupõe uma nova inteligibilidade do real diante das filosofias idealistas e positivistas, assim como das percepções da espacialidade que são construídas sob essas orientações. Isso implica numa superação do espaço abstrato, em um processo de busca do entendimento de sua (re)produção, aspecto central da reconstrução do pensamento geográfico a partir da geografia crítica de viés marxista.

Se partirmos desse pressuposto, desdobra-se, ainda, outra questão que norteia o encaminhamento do trabalho: é a epistemologia, por essência, política? Se a crítica à perspectiva positivista e estruturalista acerca do espaço pressupõe a necessidade de ruptura das dualidades construídas ao longo da modernidade, não nos caberia falar, *necessariamente,* sobre a urgência de uma epistemologia política do espaço, a qual abarcasse a crítica dos pressupostos apontados e ao mesmo tempo incluísse o sentido do *possível (*porque política), inerente à metafilosofia?

Nesse sentido, cabe-nos a análise da genealogia de uma epistemologia política do espaço em Geografia, de forma a fornecer subsídios para a reflexão sobre a atualidade e a atualização da filosofia da práxis a partir da Geografia.

Nesta tese, a metafilosofia delineada por Henri Lefebvre é reconhecida como uma atualização da filosofia da práxis, uma vez que o espaço passa a ser central para o entendimento crítico da realidade. Assim, em algumas partes do texto, perceber-se-á a alusão à metafilosofia ou à filosofia da práxis colocadas entre parênteses, como forma de evidenciar a relação que existe entre tais perspectivas.

A partir da consideração da atualidade da filosofia da práxis (metafilosofia) para o desenvolvimento do entendimento sobre a renovação

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

epistemológica em Geografia, busca-se "contribuir para um processo de libertação do espaço de sua velha cadeia de significado e associá-lo a uma cadeia diferente, na qual possa ter maior potencial político" (MASSEY, 2008, p. 89).

O que chamamos de crítica (radical) a partir da incorporação da filosofia da práxis em Geografia vai ao encontro de Moraes (2007, p. 119), quando afirma que

> o designativo de crítica diz respeito, principalmente, a uma postura frente à realidade, frente à ordem constituída. São os autores que se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma desse processo. São, assim, os que assumem o conteúdo político do conhecimento científico, propondo uma geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem.

No primeiro capítulo, buscar-se-á analisar a relação entre a visão de mundo positivista acerca do espaço e a produção de um epistemicídio (no sentido de Boaventura de Sousa Santos) do espaço, em virtude da constituição de dualidades (sujeito e objeto, teoria e prática, natureza e sociedade etc.) e da impossibilidade de uma concepção política da espacialidade das relações sociais a partir dessa corrente de pensamento, assim como da impossibilidade de entendimento e transformação radical da realidade. A partir disso, busca-se analisar a genealogia de uma epistemologia política do espaço em Geografia, de forma que nos permita identificar elementos centrais para a construção dos horizontes onto-epistemológicos que serão trabalhados no segundo e no terceiro capítulos.

No segundo capítulo, além de indicar e analisar noções e conceitos centrais da filosofia da práxis (metafilosofia), propõe-se relacionar tais elementos com a abordagem espacial em Geografia, de forma a dar subsídios teórico-metodológicos para o terceiro capítulo, o qual consistirá na análise da centralidade da teoria da alienação na reconstrução epistemológica do espaço a partir da metafilosofia delineada por Henri Lefebvre.

Em outras palavras, sintetizando nosso escopo, no primeiro capítulo estaremos dando ênfase à dimensão histórica e à genealogia da epistemologia política em Geografia. No segundo capítulo e no terceiro capítulo, o enfoque será

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

teórico e epistemológico.

O elemento norteador para a construção dos capítulos é a tese de que a teoria da alienação exerce um papel central na reconstrução da noção de espaço no processo de renovação epistemológica em Geografia desencadeado a partir da geografia crítica de viés marxista – uma vez que instaura um movimento de ruptura ontológica e epistemológica no pensamento geográfico – e esse movimento, balizado na atualização da filosofia da práxis (metafilosofia), apresenta repercussões prático-teóricas para além da Geografia, uma vez que permite-nos deslocar o olhar do objeto de estudo dessa disciplina para o entendimento das espacialidades da reprodução das relações sociais de produção.

Alguns objetivos são essenciais para o desenvolvimento deste trabalho: a) analisar a renovação epistemológica da Geografia a partir da incorporação da teoria da alienação e os seus desdobramentos filosófico-científicos; b) analisar os desafios e horizontes à atualização da filosofia da práxis e da metafilosofia a partir da Geografia; c) identificar os elementos centrais da constituição de uma epistemologia política em Geografia a partir da geografia crítica de viés marxista; d) analisar a reconstrução da noção de espaço em Geografia a partir da incorporação da teoria da alienação; e) relacionar os pontos centrais da filosofia da práxis e da metafilosofia para pensar a incorporação da teoria da alienação em Geografia, relacionando-a à noção de produção do espaço (elemento central na renovação epistemológica trabalhada aqui); f) analisar os desdobramentos filosófico-científicos a partir da reconstrução da Geografia, em que a relação entre espaço, sujeito e política é modificada radicalmente; g) analisar como a Geografia, enquanto ciência parcelar, é capaz de produzir um pensamento que elucide a realidade em sua totalidade em direção à transformação radical da sociedade.

A partir desses desafios e horizontes, buscaremos propor novas "imaginações geográficas" que nos possibilite pensar o espaço como aberto, múltiplo e relacional, racionalidade central para o enfrentamento da atualização do positivismo desencadeada pela racionalidade neoliberal.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

2. O Epistemicídio do Espaço na Modernidade e a Construção de uma Epistemologia Política em Geografia a Partir da Filosofia da Práxis (Metafilosofia)

A percepção de desenvolvimento espacial, a colonização do mundo da vida e a instrumentalização dos sujeitos na modernidade estão associadas às formas de perceber a espacialidade pelas filosofias e ciências positivistas constituídas na modernidade e pelo Estado, indissociavelmente.

Como afirma Gottdiener (1997, p. 131), "na sociedade moderna, o espaço abstrato – um espaço homogêneo, fragmentado, hierárquico – chegou a dominar o espaço social, ou o espaço integrado de comunhão social, e o próprio potencial de produção do último foi, ele mesmo, atenuado".

Por conseguinte, a concepção do espaço como neutro e sem contradições, ausente de sujeitos e de interações/movimento configura-se como uma estratégia que pratica um epistemicídio da espacialidade ao ignorar, intencionalmente, a práxis no espaço social.

Engendram-se, pois, discursos científicos os quais abordam a espacialidade como mera representação, a partir de um discurso no qual a neutralidade aparece como norma epistemológica e a ausência de sujeitos como pressuposto ontológico. Conjectura-se, assim, um modelo de racionalidade a ser adotado pelas ciências parcelares.

Tal modelo de racionalidade inerente à ciência moderna constituiu-se a partir da revolução científica do século XVI e foi desenvolvido nos séculos seguintes sob o domínio da neutralidade e, por conseguinte, da percepção de que a observação de contradições seria um erro analítico. Ainda que com algumas sinalizações no século XVIII, somente no século XIX que tal racionalidade se estenderá às ciências sociais emergentes. Duas consequências podem ser percebidas nesse processo. A primeira se associa à percepção de que o espaço é ausente de conflitos e, portanto, de mudanças, e a segunda é a hegemonia da temporalidade na construção do conhecimento (temporalidade também neutra e sem sujeitos).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

Nesse sentido, a perspectiva (para nós, reducionista) de desenvolvimento espacial (separação espaço-tempo inerente a tal perspectiva) implica a ideia de sequência temporal, como exposto em Massey (2008). Implica pensar, portanto, que as múltiplas interações espaciais não são co-constitutivas da transformação temporal, corroborando, pois, para uma reafirmação da separação entre espaço e tempo na compreensão do que seria o espaço e a sua transformação.

Tal visão de mundo irá ganhar força com o estruturalismo, como pode ser percebido em Massey (2008, p. 65), quando afirma que com o desenvolvimento de tal perspectiva surge uma contraposição entre "narrativa/temporalidade/diacronia, de um lado, e estrutura/espacialidade/sincronia, de outro".

Ainda segundo a autora, articulou-se a ideia de que a disposição espacial constitui um meio de conter o temporal. Por um momento, mantém-se o mundo parado e, assim, nesse exato momento, poder-se-ia analisar a sua estrutura. Em outras palavras, a perspectiva metodológica estruturalista está diretamente associada à sua perspectiva epistemológica.

Pode-se afirmar que tal perspectiva – metodológica e epistemológica – não rompe com pressupostos positivistas construídos na modernidade. Se apresenta a centralidade do espaço, por um lado – fator que se dissocia da prevalência do tempo na construção do conhecimento na história do positivismo nas ciências parcelares -, por outro, não rompe com a dualidade entre espaço e tempo construída sob essa corrente de pensamento tampouco com a dualidade entre ciência e ideologia/política.

> "A razão (implícita) de essas estruturas analíticas serem intituladas espaciais é, precisamente, por serem estabelecidas como atemporais, como o oposto da temporalidade e, portanto, sem tempo, e, portanto, sem espaço. Na lógica desse raciocínio, pretende-se que o espaço seja tanto o oposto do tempo quanto sem temporalidade. (...) o espaço é apresentado como a esfera da estase e da fixidez. É conceituação de espaço que, uma vez mais, é realmente uma residualização e deriva do pressuposto de que espaço se opõe a tempo e não tem temporalidade. Pensado desta maneira, "espaço" realmente seria o domínio do fechamento, e esse, por sua vez, o transformaria no domínio da impossibilidade do novo e, portanto, do político". (MASSEY, 2008, p. 66).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

2.1. O Epistemicídio do Espaço na Modernidade

A separação entre tempo e espaço é fundamentada nesse epistemicídio, que é um epistemicídio do espaço e do tempo, indissociavelmente, assim como a anulação do potencial político do espaço, de sua abertura para diferentes futuros possíveis.

Segundo Ciavatta (2014, p. 202),

> com o conceito de estrutura social, as ciências sociais quiseram submeter a sociedade à representação do tempo da física e da matemática, buscando regularidades, estabilidades, homogeneidade, quantidade, permanência. Os movimentos estruturais seriam os movimentos "naturais" das sociedades. É um pensamento anti-histórico.

Nesse sentido, a construção de uma estrutura que se modifica no tempo sem a existência de sujeitos que interagem e produzem a mudança implica pensar a construção de discursos que ora separam tempo e espaço, ora reduzem o desenvolvimento espacial às representações. Assim, aniquila-se a possibilidade de pensar a reestruturação espacial a partir da interação e multiplicidade na práxis espacial, a qual trataremos mais à frente.

Infere-se que espaço e tempo estariam separados, levando a crer que o desenvolvimento espacial não estaria associado à interação/multiplicidade. Quando tais categorias foram enaltecidas pelo estruturalismo, o tempo passa a não estar incorporado nas análises, uma vez que se põe em evidência a interação entre as partes e o todo, conformando uma totalidade concreta em movimento.

Segundo Coutinho (2010, p.109), "ao recusarem a dialética e o historicismo concreto, todos os estruturalistas incluem-se no movimento que caracterizamos como "miséria da razão". Em referência a tal autor, poder-se-ia afirmar que tal perspectiva apresenta uma miséria da racionalidade científica (e da cientificidade, segundo a perspectiva epistemológica – política – que será apresentada neste trabalho) em Geografia, mas, também, acerca do espaço nas múltiplas ciências parcelares e na Filosofia.

Estrutura sem movimento e movimento sem estrutura; aniquila-se, pois, a concepção onto-epistemológica de reestruturação espacial, fundamental para o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

entendimento do que seja o desenvolvimento espacial como mudança, interação e possibilidade da coexistência de múltiplas trajetórias numa mesma totalidade concreta em movimento; reestruturação, sujeitos, (re)produção das relações sociais de produção e desenvolvimento como elementos nucleares para pensar o espaço social, segundo a perspectiva deste trabalho.

Tais concepções possuem uma historicidade no que tange ao desenvolvimento científico e merecem um maior escrutínio a partir de agora, examinando como algumas representações espaciais no desenvolvimento científico-social estão intimamente relacionados à aniquilação da relação entre espaço e tempo para pensar o desenvolvimento espacial.

A consciência filosófica da espacialidade na ciência moderna, que tivera no racionalismo cartesiano e no empirismo baconiano as suas formulações iniciais, condensaram-se no positivismo oitocentista, consolidando a forma moderna de perceber a espacialidade.

Max Weber (WEBER, 2004) irá conceber tal perspectiva a partir da relação entre a modernidade e aquilo que designa em "A ética protestante" como racionalismo ocidental. Ele compreende como racional (podemos acrescentar "racionalidade") a um processo de desencantamento que desenvolveu na Europa uma aniquilação das concepções religiosas (podemos acrescentar "outras racionalidades").

Na medida em que o cotidiano foi colonizado por tal racionalidade, reconfiguraram-se as formas de vida tradicionais (e as correlatas percepções sobre a espacialidade). A promoção de um desencantamento do mundo traduz-se pela aniquilação das múltiplas formas de perceber o espacial. Longe de ser um movimento científico e filosófico apenas, tal processo está associado a um conjunto de procedimentos realizados pelo Estado no desenvolvimento do capitalismo, a um conjunto de tecnologias de governo que propuseram aniquilar a práxis e, por conseguinte, as contradições espaciais. A práxis, em seu sentido prático-teórico, torna-se um perigo porque essencialmente subversiva. Em outras palavras, a aniquilação da espacialidade se dá sob o prisma axiológico, mas também social.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

Em “A Governamentalidade” (FOUCAULT, 1984), o surgimento na modernidade de um conjunto de intencionalidades e tecnologias de poder, saber e discurso estão relacionadas ao nascimento de tecnologias de governo. Segundo o autor, não se trata mais, a partir do Estado de governo, de organizar a correta disposição das coisas tendo em vista o bem comum, mas de conduzi-las a fins convenientes, que na verdade se multiplicam numa diversidade de fins específicos em torno dos quais as coisas (e pessoas) devem estar dispostas e atuarem de acordo com uma organização prévia por parte do Estado.

Ao longo do século XVII as “artes de governar”, na expressão do autor, irão de cristalizar em torno da problematização de uma “razão de Estado”, ou seja, o Estado que governa segundo uma racionalidade que lhe é própria, construída nas, pelas e para as intencionalidades estatais. Em relação à população, afirma que

> A população aparece mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano; a população aparece como sujeito de necessidades, aspirações, mas também como objeto na mão do governo; como consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça. O interesse individual – como consciência de cada indivíduo constituinte da população – e o interesse geral – como interesse da população, quaisquer que sejam os interesses e as aspirações individuais daqueles que a compõem – constituem o alvo e o instrumento fundamental do governo da população. Nascimento, portanto, de uma arte ou, em todo caso, de táticas e técnicas absolutamente novas. (FOUCAULT, 1984, p. 289).

A arte, ou táticas e técnicas se inserem dentro de um “saber de governo”, racional, intencional e planejado. Foucault, a partir dessas considerações, não quer dizer que a soberania deixa de ser problema político de Estado, mas aponta que, em relação ao poder Estatal soberano, surge a população como problema político e como *alvo* por parte das instituições. As populações ganham centralidade na problematização sobre as tecnologias de governo. Segundo Foucault (1984, p.291),

> Gerir a população significa geri-la em profundidade, minuciosamente, no detalhe. A ideia de um novo governo da população torna ainda mais agudo o problema do fundamento da soberania e ainda mais aguda a necessidade de desenvolver a disciplina. Devemos compreender as coisas não em termos de substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade disciplinar e desta por uma sociedade de governo. Trata-se de um triângulo: soberania-disciplina-gestão governamental, que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança (e tecnologias de governo) seus mecanismos essenciais. O que gostaria de mostrar é a relação profunda entre: o movimento que abala constantemente a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

> soberania colocando o problema, que se tornou central, do governo; o movimento que faz aparecer a população como um dado, como um campo de intervenção, como objeto da técnica de governo; e o movimento que isola a economia como um setor específico da realidade e economia política como ciência e como técnica de intervenção do governo. São estes três movimentos – governo, população, economia política – que constituem, a partir do século XVIII, um conjunto que ainda não foi desmembrado.

A importância desta abordagem de Foucault em relação às tecnologias de governo é que ele as analisa em termos de relações de poder entre a população e o Estado, analisando o desenvolvimento de técnicas de poder orientadas para indivíduos, destinadas a governá-los de maneira contínua e permanente.

> Desde o século XVIII, vivemos na *era da governamentalidade.* Governamentalização do Estado, que é um fenômeno particularmente astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu o Estado sobreviver. Se o Estado é o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade. (FOUCAULT, 1984, p. 292).

A governamentalidade, como elemento distintivo do Estado de governo, pode ser compreendida como regime de poder ou campo estratégico das relações de força, tomando em sua mobilidade, no qual se cruzam e articulam práticas de governo e de regularização das condutas (e participação política consensual de uma determinada população). Econômicos e culturais (e, inerentemente, territoriais), através de um "discurso competente" que produz subjetividades amparadas em objetividades científicas e, nesse sentido, nos remete para a compreensão de que o poder pode se manifestar coercitivamente ou consensualmente através de "atos sérios de discurso".

O "epistemicídio" da espacialidade na modernidade é fruto, em grande parte, da difusão de representações do espaço (LEFEBVRE, 1991a) que se constituem como parte das "tecnologias políticas" (FOUCAULT, 1984) estatais.

Lefebvre (1991a) afirma que as representações do espaço se referem aos espaços concebidos e derivados de uma lógica relacionada à racionalidade técnica e científica, portanto abstrata. É produtora de uma simplificação do espaço, já que ignora lutas, vivências, e outras formas de ver e imaginar o mundo. Ignorando as

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

múltiplas "imaginações geográficas" (MASSEY, 2008) existentes por parte de sujeitos concretos que buscam outro mundo, outras formas de ver e atuar no mundo, de planejá-lo, conforme o que podemos chamar de espaço abstrato, por produzir representações do espaço apoiadas em argumentos racionais que substituem as vivências, os sujeitos concretos do espaço, por argumentos apoiados na lógica dos atores dominantes que priorizam a cidade enquanto mercadoria.

Lefebvre demonstra que se constituem enquanto abstrações concretas, pois fazem parte do espaço vivido e são engendradas nas práticas espaciais de sujeitos concretos. Em "A produção do espaço", indica como o espaço abstrato incita práticas concretas e que tendem à homogeneização do espaço e à generalização da mercadoria.

> Hoje é fácil para nós compreendermos, desde que estas noções tenham penetrado na ´cultura´, que o valor de troca, a mercadoria, o dinheiro e o capital são *abstrações concretas* [grifo nosso], formas existindo socialmente (como a linguagem, sobre a qual tanto se discorreu – e como o espaço), mas que necessitam de um conteúdo no sentido de existir socialmente. (...) O espaço abstrato não se capta abstratamente senão por um pensamento que é preparado para separar a lógica e a dialética, para reduzir as contradições à uma falsa coerência, para confundir os resíduos desta redução (por exemplo, a lógica e a prática social). Visto como um instrumento – e não apenas uma aparência social – o espaço abstrato é antes de tudo o locus da natureza, a ferramenta que deseja dominá-la e que, portanto, prevê a sua destruição (...). Este mesmo espaço corresponde à ampliação desta prática (social) que engendra redes cada vez mais vastas e densas na superfície da terra, abaixo e acima desta superfície. Isto corresponde, também, ao trabalho abstrato - a designação de Marx de trabalho em geral - o trabalho social médio que produz valor de troca em geral – e engloba a forma geral da mercadoria; o trabalho abstrato não é uma abstração mental, nem é uma abstração científica no sentido da epistemologia (os conceitos separados da prática que podem ser inventariados e incorporados como saber absoluto); ele tem uma existência social, como valor de troca e a forma valor, eles próprios. Se alguém tentar enumerar as "propriedades" desse espaço abstrato, precisará primeiramente considerá-lo como meio de troca (com suas implicações: a intercambialidade) tendendo a absorver o uso. Isto não exclui o uso político; o espaço da dominação estatal, da violência (militar) é também aquele aonde as estratégias entram em vigor. Mas sua racionalidade (limitada) tem alguma coisa de comum com a racionalidade de uma fábrica – embora alguém não possa ir tão longe para assumir nenhum paralelismo preciso entre divisão técnica e social do trabalho. É neste espaço que o mundo da mercadoria é formado, com todas as suas implicações: acumulação e crescimento, cálculo, previsão, programação. Que é para dizer que este espaço abstrato é o espaço aonde a tendência a homogenização exercita sua pressão e sua repressão com seus meios a disposição: o vazio semântico abolindo as significações anteriores (o que não pode impedir a complexificação do mundial, a multiplicidade das mensagens, dos códigos e operações). Tanto a vasta metaforização que se opera através da história, e a metonimização que se opera através do processo cumulativo, deportam o corpo para fora dele próprio numa forma paradoxal da alienação, conduzem igualmente

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

> a esse mesmo espaço abstrato. Este imenso processo começa da verdade física (a presença do corpo) e impõe primazia da palavra escrita, dos 'planos', do terreno visual, e uma tendência ao achatamento deste mesmo terreno. O espaço abstrato simultaneamente engloba o intelecto analítico hipertrofiado; o Estado e a razão de Estado burocrático, o saber 'puro', o discurso do poder. Implicando uma ´lógica´ que o dissimula mascarando suas contradições, este espaço, o da burocracia, incorpora nele uma bem sucedida integração do espetáculo e da violência (em oposição ao ´puro` espetáculo). Por último, nos encontramos neste espaço abstrato tão compreendido que é difícil distinguir do espaço postulado pelos filósofos, de Descartes a Hegel, na sua fusão do inteligível (a ´res extensa`) com o político – sua fusão, é para dizer, do conhecimento com o poder. O resultado tem sido uma autoritária e brutal prática espacial, tanto a de Haussmann ou depois, com versões codificadas pelo Bauhaus ou Le Corbusier, o que é envolvido em todos estes casos é a efetiva aplicação do espírito analítico na e pela dispersão, separação, segregação. (LEFEBVRE, 1991a, p.306-308).

Duas ilusões instauradas na modernidade reconfiguram a forma como pensamos a espacialidade: a ilusão filosófica e a ilusão estatista. A ilusão filosófica consiste no anseio do filósofo em encerrar o mundo inteiro em seu sistema pressuposto. "Ele imagina que seu sistema prevalece sobre os precedentes por nada deixar escapar e alcançar um encerramento mais hermético" (LEFEBVRE, 1999, p. 140). "Ora, se há sistema, é preciso descobri-lo e mostrá-lo, ao invés de partir dele" (LEFEBVRE, 2008, p. 38). É preciso reinventá-lo.

A ilusão estatista "consiste num projeto colossal e irrisório. O Estado saberia e poderia gerir os assuntos de várias dezenas de milhões de sujeitos. Ele erigir-se-ia tanto como diretor da consciência, quanto como administrador superior" (LEFEBVRE, 1999, p. 140), uma exteriorização de práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e o Estado (GOTTDIENER, 1997), "um espaço conceitualizado, o espaço dos cientistas, urbanistas, tecnocratas e planejadores" (LEFEBVRE, 1994, p. 38). Ora, tornar-se-ia um "peso" sobre a complexa e contraditória realidade urbana, aprisionada em "representações do espaço". Como os planejadores, técnicos e consultores estatais são os "detentores do saber", segundo essa visão, não é necessário que os cidadãos participem do processo de planejamento. A heteronomia prevalece sobre a autonomia (essa, fundamentalmente construída na práxis).

Boaventura de Sousa Santos (2007, 2008) ratifica tais ideias em suas reflexões sobre a racionalidade hegemônica na modernidade, a "racionalidade indolente". Este tipo de racionalidade, presente na perspectiva de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

desenvolvimento das cidades exposta no capítulo anterior, é preguiçosa, não se exercita o suficiente para buscar alternativas à transformação da cidade em mercadoria. A racionalidade indolente é aquela que se considera única, não se esforça para poder ver a riqueza epistemológica e política existentes ao redor do planeta. Essa racionalidade indolente é a manifestação de duas racionalidades preponderantes na construção de conhecimento existentes no ocidente: a racionalidade metonímica e a racionalidade proléptica.

A racionalidade metonímica[1] parte do princípio de que o "todo é menos e não mais do que o conjunto das partes. Na verdade, o todo é uma das partes transformada em termo de referência para as demais". (SANTOS, 2008, p.97-98). O conceito de totalidade é restrito em virtude de constituir-se em um conceito de totalidade relacionado a um conjunto de partes homogêneas. É assim que é desperdiçada a pluralidade epistemológica e política do mundo, no momento em que esse tipo de racionalidade homogeneíza as partes do real; todas as partes são iguais, o que retira o verdadeiro conteúdo político inerente ao espaço: o da existência de multiplicidades de lugares em interação e que possuem estórias diferentes a serem contatadas com certo grau de autonomia (MASSEY, 2008). A racionalidade metonímica, segundo Santos (2007, p. 26), "contrai o presente porque deixa de fora muita realidade, muita experiência, e, ao deixá-las de fora, ao torná-las invisíveis, desperdiça a experiência", não permitindo que enxerguemos o presente em uma perspectiva mais plural, portanto política no sentido da valorização da pluralidade a qual é essencial para uma "verdadeira política", no sentido de POGREBINSCHI (2007) e ARENDT (2008).

A racionalidade proléptica[2] significa conhecer no presente a história futura, o futuro já está proclamado desde já. "Nossa razão ocidental é muito proléptica, no sentido de que já sabemos qual é o futuro: o progresso, o desenvolvimento" (SANTOS, 2007, p. 26). Ela é a "face da razão indolente quando concebe o futuro a partir da monocultura do tempo linear" (SANTOS, 2008, p. 114). Essa racionalidade exprime uma concepção de progresso singular em que o futuro já é dado, já existe de antemão, implicando em uma temporalidade fechada e uma

1 Metonímia é uma figura da teoria literária e da retórica que significa tomar a parte pelo todo.
2 Prolepse é uma figura literária encontrada em romances, nos quais o narrador sugere a idéia de que já conhece o fim.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

subjugação e supressão da real multiplicidade de trajetórias inerentes ao espacial. As diferenças inerentes ao espaço são apresentadas como meros estágios na fila do tempo, rumo a um mesmo fim, a um mesmo padrão de desenvolvimento.

A racionalidade instaurada na modernidade, segundo Santos (2007), contrai o presente por meio da redução da diversidade da realidade (espacial) a alguns tipos de realidade. Segundo o autor, a contração do presente é fruto, em parte, da produção de monoculturas que praticam "epistemicídios", pois matam a diversidade espacial ao assassinar as múltiplas percepções da realidade, conferindo legitimidade apenas àquelas que são científicas (no sentido positivista).

A partir dessas reflexões acerca do epistemicídio do espaço na modernidade, desdobra-se a seguinte afirmação: a racionalidade moderna acerca do espaço possui um sentido mais amplo do que a reflexão sobre a cientificidade da ciência na modernidade. Em outras palavras, a reflexão epistemológica em relação ao espaço está inserida num conjunto de relações de saber/poder e não meramente em um campo epistemológico de alguma ciência.

Se partirmos desse pressuposto, desdobra-se, ainda, outra questão que norteia o encaminhamento do trabalho: é a epistemologia, por essência, política? Se a crítica à perspectiva positivista e estruturalista acerca do espaço pressupõe a necessidade de ruptura das dualidades construídas ao longo da modernidade, não nos caberia falar, *necessariamente*, sobre a urgência de uma epistemologia política do espaço, a qual abarcasse a crítica dos pressupostos apontados e ao mesmo tempo incluísse o sentido do *possível (*porque política), inerente à filosofia da práxis (metafilosofia)?

Corroborando com Moreira (2014), o qual faz referência a Boaventura de Souza Santos, o momento atual do pensamento exige "uma epistemologia crítica, que supere o impasse e a crise do paradigma em que se encontra o universo das ciências", ao se referir à crise da razão fragmentária, que desde meados do século XIX, com o advento do positivismo, se instala e domina o cenário do pensamento científico e filosófico do Ocidente. Utilizamos epistemologia política como elemento do que o autor chama de epistemologia crítica, em virtude das categorias

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

da filosofia da práxis que estão sendo consideradas no presente trabalho e em virtude da proposição do capítulo 3 desta tese.

Segundo o filósofo Roberto Machado (2009), a epistemologia é uma reflexão sobre a produção de conhecimentos científicos que almeja avaliar a ciência do ponto de vista de sua cientificidade, mas, para que essa reflexão possa dar conta das condições de possibilidade dos conhecimentos científicos, a epistemologia elege a história como instrumento primordial de análise. Ainda segundo o autor, não significa afirmar que a história das ciências permita o entendimento da cientificidade da ciência ou mesmo das relações de saber/poder, mas sim que o entendimento de tais elementos perpassa uma análise histórico-descritiva e filosófica. Em outras palavras, não basta a dimensão descritiva das transformações do conhecimento, sendo também necessária a reflexão acerca dos desafios e horizontes à produção do conhecimento, assim como as rupturas e continuidades (como estabelecido anteriormente em relação ao positivismo e ao estruturalismo, por exemplo).

Para ele,

> se a epistemologia relaciona tão intimamente, para não dizer identifica, a reflexão filosófica com uma análise histórica das ciências, é porque a ciência põe uma questão fundamental para a filosofia: a da *racionalidade.* Para a epistemologia, a ciência, discurso normatizado e normativo, é o lugar próprio do conhecimento e da verdade e, como tal, é instauradora da racionalidade. E se a razão tem uma história, só a história das ciências é capaz de demonstrá-lo e indicar o seu itinerário. Daí a exigência de criticidade que confere à história das ciências sua dimensão propriamente filosófica. O que não significa que ela seja uma crítica da ciência, ao contrário, é uma crítica do negativo da razão. Seu objetivo é analisar a superação dos obstáculos, o desaparecimentos de preconceitos, o abandono de mitos que tornam possível o progressivo acesso à racionalidade; ela é um instrumento filosófico de esclarecimento do conhecimento que tem como norma a própria racionalidade científica em seu mais alto grau de elaboração. A epistemologia é, portanto, uma filosofia que tematiza a questão da racionalidade através da ciência, considerada por ela a atividade racionalista por excelência. (MACHADO, 2009, p. 8).

Nesse sentido, pensar a racionalidade moderna acerca do espaço, e os desafios e horizontes à constituição de uma epistemologia política do espaço, em geografia, pressupõe o entendimento das diversas correntes de pensamento e de todo um emaranhado de elementos, rupturas e continuidades ao longo da história das ciências e da filosofia. Longe de querer abarcar a totalidade desse movimento, o presente trabalho está buscando identificar elementos centrais nesse movimento

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

e colocá-los em evidência, em especial, a filosofia da práxis (metafilosofia) e as categorias inerentes à preocupação com a ontologia do político dessa corrente de pensamento. Em outras palavras, a dimensão política do espaço (e da reflexão sobre o espaço em Geografia) dá o sentido norteador das reflexões epistemológicas que foram levantadas e que serão abordadas mais à frente.

Nesse sentido, cabe-nos a análise da genealogia de uma epistemologia política do espaço em Geografia, de forma a fornecer subsídios para a reflexão sobre a atualidade e a atualização da filosofia da práxis a partir da Geografia.

Seguindo esse encaminhamento, Claval (2014, p. 351) afirma que

> as sociedades dotam-se sempre de representações ("de imaginações") que lhe permitem pensar a organização política do mundo no qual evoluem e o caminho que segue a civilização. (...) A consideração aos contextos epistemológicos e aos panos de fundo que propõe a imaginação geográfica, em cada época e para cada cultura, ajuda a compreender como os geógrafos concebem a sua ação e o seu engajamento. Ela lança uma luz sobre o lugar destinado à geografia na conjuntura científica.

Nesse sentido, busca-se "contribuir para um processo de libertação do espaço de sua velha cadeia de significado e associá-lo a uma cadeia diferente, na qual possa ter maior potencial político" (MASSEY, 2008, p. 89) a partir da consideração da atualidade da filosofia da práxis para o desenvolvimento do entendimento sobre o espaço e demonstrar a atualização da filosofia da práxis a partir da renovação epistemológica em Geografia, a qual será analisada a partir deste momento. Além de buscar entender o movimento de ruptura com a visão de mundo de viés positivista, busca-se a construção de novas "imaginações geográficas" a partir da filosofia da práxis.

Como afirmara Quaini (1979, p. 22-23),

> A Geografia revela ainda hoje uma alma dualista: oscila, continua oscilando entre determinismo e possibilismo, entre naturalismo e historicismo idealista, entre uma causalidade materialista e um finalismo indeterminado. (...) Acredito que a única solução desta antinomia consiste em sair fora dela radicalmente mediante o materialismo histórico, enquanto teoria científica que supera a dissociação entre natureza e história".

Além da preocupação com as múltiplas dualidades construídas na modernidade, a busca pela superação da visão científica apolítica passa a ser um

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

fio condutor das reflexões – não todas, apesar da crítica ao positivismo realizada pela corrente humanista, a qual não rompe com algumas dualidades e não nos permite afirmar que seja parte do que chamamos de genealogia de uma epistemologia política em Geografia.

O que chamamos de crítica (radical) a partir da incorporação da filosofia da práxis em Geografia vai ao encontro de Moraes (2007, p. 119), quando afirma que

> o designativo de crítica diz respeito, principalmente, a uma postura frente à realidade, frente à ordem constituída. São os autores que se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma desse processo. São, assim, os que assumem o conteúdo político do conhecimento científico, propondo uma geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem.

A incapacidade da produção de conhecimentos que propiciem uma transformação das condições sociais da existência (espacial) humana representa o principal fracasso da crítica humanista das anteriores práticas geográficas (estruturalismo, positivismo etc.). Toda a corrente hermenêutica viabilizou uma crítica concludente do positivismo lógico, por exemplo, mantendo o objetivo fundamentado na reflexão e compreensão.

Entretanto, a despeito da crítica realizada a algumas dualidades – principalmente a dualidade entre sujeito e objeto –, não pretendia apontar uma teoria geral da Geografia, tampouco uma perspectiva política do espacial na qual levasse em consideração a práxis, elemento central do que abordaremos acerca das transformações no pensamento geográfico a partir da década de 1960. As tradições radicais da teoria social e política na sua busca por um exame crítico das relações de poder que as sustentavam, foram o motivo pelo qual os geógrafos que almejavam desafiar as fundações de uma sociedade capitalista recorreram.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

2.2. A Emergência da Geografia Crítica e a Renovação Epistemológica em Geografia

A emergência da corrente crítica de viés marxista na investigação geográfica está associada diretamente ao contexto sócio-político em que ela surgiu, tornando evidente um dos pressupostos centrais da filosofia da práxis – a indissociabilidade entre teoria e prática, na crítica das perspectivas idealista, estruturalista, positivista, dentre outras, acerca da produção do conhecimento.

> No plano prático, a pespectiva marxista define uma nova atitude do cientista em sua relação com a sociedade, sempre crítico e pronto a denunciar as armadilhas ideológicas montadas pelo saber comprometido com o *status quo.* (...) A geografia radical, sob a influência direta do marxismo, propõe um novo modelo de análise espacial que pretende, ao mesmo tempo, ser rigorosamente científico e revolucionário. (GOMES, 2010, p. 283-292).

Peet e Thrift (1989) observam que a geografia radical apareceu na década de 1960, como uma reação crítica às duas crises do capitalismo da época: a luta armada na periferia dos países subdesenvolvidos, a exemplo da intervenção dos Estados Unidos na Guerra do Vietnam e a explosão de movimentos sociais urbanos em muitas cidades, em particular o movimento estadunidense pelos direitos civis e o sentimento perturbador de exclusão social que surgiu por volta dos anos de 1960 nos países.

Ainda segundo eles, os avanços da geografia radical nos anos de 1960 em diante refletiam uma maior compreensão dos vínculos intelectuais entre a Geografia e as demais ciencis sociais, igualmente aos casos de mudanças que ocorreram no enfoque humanista da Geografia.

Em síntese, os geógrafos começaram a desenvolver um diálogo mais intenso com economistas políticos e sociólogos, ao invés de uma simples importação de ideias procedentes da economia política marxista, o que desencadeou o desenvolvimento de uma reavaliação essencial das conexões entre as relações sociais e a dimensão espacial da realidade.

Os notórios êxitos econômicos dos principais estados capitalistas na década de 1960 e a abertura superficial dos acessos aos benefícios materiais, abriram, como consequência, desde o final da década, a possibilidade de uma forma de ciência mais reflexiva e menos utilitária desde o ponto de vista técnico.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

A despeito das supostas liberdades que estavam sendo conquistadas nesse período, nos países centrais, as dimensões da expansão capitalista das décadas de 1950 e 1960 se direcionaram rapidamente a uma maior detenção de consciência a despeito das contradições em que se sustentava.

Em primeiro lugar, o êxito deve-se ao acréscimo da desigualdade, não somente dentro dos estados capitalistas, onde grande parte dos pobres que obtiveram uma pequena ascensão social o fizeram em um ritmo muito mais lento que os que já eram ricos, mas sobretudo entre os estados capitalistas e as nações que foram denominadas de Terceiro Mundo.

Em segundo lugar, a vertiginosa expansão dos meios de comunicação e a indústria das comunicações proporcionaram à população dos estados capitalistas notar as desigualdades de forma mais rápida e generalizada. Os protestos em massa organizados e espontâneos eram mais fáceis e também mais eficazes como meio de influir no poder político.

Houve um efeito combinado dessas influências em que muitos geógrafos se defrontaram com as falhas do capitalismo em apontar caminhos para um verdadeiro desenvolvimento espacial e da ciência que não apontava uma critica radical da reprodução das relações sociais de produção na sociedade vigente.

Vale ressaltar que nos anos de 1960 em diante, os geógrafos tinham a sua disposição quatro posturas principais as quais aderiram. Primeiramente, poderiam declarar a aspiração por uma ciência mais pura e livre de juízos de valor. Tal tipo de ciência se justificava alegando conduzir o avanço de um conhecimento que, em um largo espaço, seria proficiente para a sociedade e, por conta disso, essa declaração não estabelecia limites a uma função aplicada direta. O interesse técnico correspondente da visão empírico-analítica da ciência foi aplicado com frequência pelos geógrafos físicos que continuavam com suas investigações explicativas da descrição e modelos precisos dos processos físicos (CLARK, GREGORY e GURNELL, 1987a).

Uma segunda possibilidade seria, por meio da produção de novos conhecimentos, buscar uma explicação para a economia, e que estes permitissem

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

resolver os problemas para o bem da sociedade capitalista, assim como os problemas sociais e econômicos aos quais ela se associa. Assim, mantinha-se a investigação empírico-analítica e quantitativa, que o Estado e a indústria estavam ansiosos para promover.

Destarte, segundo os analistas mais críticos, buscando em sua maior parte soluções técnicas e empíricas para os problemas que se encontravam nas próprias bases do capitalismo. Para os jovens geógrafos dispostos a alçar pela hierarquia acadêmica, esse seria o caminho mais seguro e eficaz para o progresso. Em terceiro lugar, era possível retirar-se na opção transcendental oferecida pelo humanismo. Por último, mencionamos a alternativa radical - escopo das análises deste trabalho - que pretendia deliberadamente produzir uma revolução na teoria e na prática da Geografia (QUAINI, 1979).

Duas são as premissas primordiais dessa prática: a primeira, o fato de que todas as ciências e, especialmente as ciências sociais, cumprem algum propósito político, o que por consequência e de forma óbvia, se faz inexistente uma ciência objetiva, totalmente livre de juízos de valor e politicamente neutra; a segunda é a função da ciência convencional, estabelecida a serviço do sistema social vigente e normatizado e, na realidade, como garantia de sua sobrevivência.

Assim, os jovens geógrafos urbanos e políticos, assim como aqueles interessados em estudos de desenvolvimento, buscaram na economia politica marxista uma estrutura que lhes permitisse interpretar esta expressão das contradições inerentes ao capitalismo.

Na Universidade de Clark em Worcester, Massachusetts, se lançou uma nova revista, *Antipode*, com enfoque específico para a publicação desta geografia que se autoqualificava de radical, e que em suas primeiras edições já se encontrava tanto o fervor como o compromisso com a transformação social por parte de seus autores e editores (PEET, 1977a). Dessa forma, tinha como principal objetivo questionar as instituições existentes com relação ao ritmo e qualidade de mudança, levantar questões referentes aos valores dentro da geografia, e consultar os indivíduos a despeito de seus próprios compromissos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

Os primeiros números da *Antipode* centravam-se, sobretudo, na manifestação espacial de bem-estar social associados aos assuntos como o acesso aos serviços sociais, os direitos das minorias e a pobreza, e, como observa Peet (1977b), uma metodologia desenvolvida dentro do contexto existente das relações de poder e a partir da filosofia da práxis. Como salientou Peet (1977b), a utilização da filosofia marxista advinha dos geógrafos que haviam começado a explorar os textos de Marx no final da década de 1960 - inicialmente da Grã-Betanha.

Até os anos de 1970, os estadunidenses não empreenderam com aptidão a análise desta temática de trabalho. Paradoxalmente, Harvey e Bunge - dois dos expoentes principais da geografia quantitativa e do positivismo lógico na disciplina dos anos de 1960, ocuparam a vanguarda na introdução da crítica radical dos anos de 1970. Harvey (1973) relata o modo como mudou a ênfase prática e teórica na introdução de seu livro "Justiça Social e a Cidade", que se configurou rapidamente num estandarte da nova geografia radical. Uma vez realizado seu estudo dos problemas metodológicos de *Explanation in geography,* Harvey obteve enfoque em outras questões da filosofia da práxis, e na forma como poderiam ir ao encontro com a investigação geográfica. Segundo ele,

> como acabo de me estabelecer em Baltimore, pareceu mais adequado que utilizasse essa cidade, juntamente a outras que também conhecia, como pano de fundo para estabelecer e despertar estudos das questões que surgiam ao projetar as questões filosóficas sociais e morais na matriz tradicional da investigação geográfica. (HARVEY, 1973, p. 9).

A relação entre os processos sociais e as formas espaciais, que foram precisamente o objeto e atenção de *Social justice and the city,* dentro do contexto de quatro temas: a natureza da teoria, do espaço, da justiça social e do urbanismo - representam um dos pontos centrais dessas novas ideias. Para Harvey (1973, p. 17), "o interessante da análise de Marx era que permitia reconciliar temas tão divergentes como os anteriores, suprimindo o dualismo sem perder o controle da análise".

Assim, como conclusão, Harvey (1973, p. 286) sugere que "o mais importante que deve extrair-se do estudo da obra de Marx é a concepção do método", imanente à sua filosofia. Logo após, os geógrafos radicais deram início

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

a um exame de uma série de obras metodológicas e teóricas de Marx, centrando-se em questões associadas ao subdesenvolvimento, imperialismo, evolução cultural, teoria da renda e desigualdade espacial (PEET, 1977a).

Nos finais dos anos de 1970, muitos geógrafos recorreram a outras interpretações, como estruturalistas, da relação entre as estruturas social e espacial ao realismo, finalizando o compromisso inicial com as ideias de Marx e, já no final da década de 80, com o advento do pós-modernismo. São nessas correntes tão divergentes que se concentrou a geografia radical.

As obras de Marx serviram substancialmente aos geógrafos para adentrar no funcionamento do capitalismo, tendo como sua principal influência as dimensões metodológica e política.

Marx criou um marco de trabalho onde se desenvolveu muito da geografia radical posterior, ao estabelecer o materialismo histórico-dialético como prática filosófico-científica.

Em sua forma original, o método dialético era essencialmente um modo de obter conhecimentos através de uma série contínua de perguntas e respostas, onde uma resposta dava prosseguimento a uma determinada pergunta, como praticava Zenón, discípulo de Parmênides, no século V A.C..Contudo, a dialética alcançou seu ponto culminante na filosofia de Hegel e, em particular, em sua *Fenomenologia do espírito*. No idealismo quase místico de Hegel, o objetivo da investigação filosófica era a busca da Ideia Absoluta, onde há a união entre o objetivo e o sujeito como uma forma de autoconsciência.

Para Hegel, em última instância, nada é real exceto o Todo, e o conhecimento do Todo se alcança por meio do método dialético, o que significa passar dos seus conceitos ou pensamentos a seus opostos e, através da reiteração deste método, alcançar uma unidade mais elevada. Geralmente considera-se que a dialética de Hegel está baseada na tríade: teses, antíteses e sínteses.

O aporte inovador de Hegel foi insistir no que incluía uma concepção de movimento necessário, reconhecendo o uso anterior do conceito de dialética. Entre outras noções cruciais em sua ideia da dialética, destacaremos a negação, o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

ceticismo e a razão. Assim, sustentando que "a história da Sociedade Civil era simplesmente a tomada de consciência progressiva da Ideia" (GREGORY, 1978, p. 109), Hegel também aplicou esse procedimento dialético ao progresso da sociedade.

Duas ideias substanciais da dialética de Hegel que Marx desenvolveu foi a ideia da dialética como processo histórico e a insistência na concepção do movimento necessário. Não obstante, rejeitou a sugestão hegeliana de que a força impulsora da dialética fosse o espírito. A contribuição essencial de Marx consistiu em abordar o materialismo dialético - que refletia as conjunturas materialistas da vida humana, substituindo a concepção idealista de Hegel, de um processo da sociedade determinado pela mente humana. Para Hegel as pessoas pensavam; para Marx, se realizavam na práxis, mediante o trabalho.

No prefácio de sua *Crítica da economia política,* publicada originalmente em 1859, encontramos a expressão mais clara das seis abstrações teóricas relacionadas entre si. O interesse pelas *relações de produção* é o primeiro conceito subsequente, "derivado" da interconexão entre suas concepções. A esse respeito, Marx assegurava que as coisas sempre se afiguram como objetos, com o que denominava de fetichismo da mercadoria, mais do que as relações sociais que encarnam. Em segundo lugar, sua teoria era materialista, centrando-se na sociedade constituída a partir da totalidade dessas relações de produção e sua estrutura econômica. Em terceiro lugar, temos uma conceituação particular das estruturas, na qual a estrutura econômica ou infraestrutura formam as bases para a expressão particular dos arranjos políticos ou jurídicos que compõem a superestrutura e que correspondem a tipos determinados de consciência social. A quarta abstração é que as forças e as relações de produção formam um modo de produção. Dessa forma, Marx sustentava que cada modo de produção tinha sua dialética interna de mudança. Cada uma delas possuiria suas contradições próprias entre as forças e relações de classe da produção e, precisamente através da resolução dessas se forja um novo modo de produção.

O propósito de suas investigações era, portanto, identificar as leis determinadas historicamente que regiam tais processos, empreendendo tal tarefa em *O Capital.* Por debaixo dessas ideias teóricas, Marx teria um propósito claro,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

evidente em sua ontologia do político: a realização de uma verdadeira democracia, no comunismo.

Essas ideias têm resultado especialmente significantes em algumas áreas primordiais do estudo geográfico. Primeiramente, na geografia histórica dos textos de Marx no estudo da transição do feudalismo ao capitalismo, na expansão colonial e imperialista das relações de produção capitalista a partir do epicentro europeu pelo resto do mundo, e no auge do capitalismo industrial, a expansão da realidade urbana e das contradições do capitalismo na reprodução das relações sociais de produção.

O que há em comum entre todas as obras é o interesse pelos modos de produção, pelo conflito de classes e pela dimensão espacial do capital e das suas contradições – notadamente percebidas em Harvey (1982, 1985) - e por encontrar caminhos teórico-metodólogicos que consolidassem uma geografia que rompesse radicalmente com os pressupostos científicos anteriores.

No entanto, rupturas e continuidades existiram na construção da geografia crítica de cunho marxista. Uma série de filosofias estruturalistas foram apresentadas diante dos geógrafos por meio da exploração da economia política marxista na década de 1970. Em particular, Peet e Thrift (1989) observam a disparidade entre a adoção de Castell (1977) e a economia política de Marx. Gregory (1978) integra sua discussão do estruturalismo no debate entre Vidal de la Blache e Durkheim sobre as relações entre a geografia e a sociologia, enfatizando os procedimentos e pressupostos que têm em comum a epistemologia de Piget e Lévi-Strauss.

O ponto de interseção das numerosas filosofias estruturalistas é um mundo empírico dos fenômenos observáveis determinado por estruturas subjacentes. A diferença dos sistemas, que se ocupam da realidade empírica, as estruturas não podem se tocar nem se medir, mas, no entanto, é dado por certo que são reais.

O estruturalismo, por conseguinte, oferecia aos geógrafos uma corrente de ideias com as quais contrariavam o empirismo da versão positivista lógica da geografia que predominava nos anos anteriores. Ademais, essa propriedade das

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

estruturas também oferecia aos geógrafos uma solução clara para o problema da descrição e explicação, porque se tais estruturas existem, então os fenômenos de superfície podem explicar-se através da descrição das estruturas subjacentes.

As mudanças na distribuição espacial das características superficiais, em particular, podiam se explicar recorrendo à descrição das transformações estruturais subjacentes. Porém, permanece aberto um importante debate sobre como chegar a conhecer essas estruturas. Glucksmann (1974) compara, por exemplo, o enfoque da realidade empírica, com o de Althusser, que começa com a teoria e vai desde a estrutura subjacente até a realidade superficial.

Lévi-Strauss (1953, 1963) era um antropólogo cujo interesse na estrutura social advinha do desenvolvimento de uma metodologia que lhe permitisse a compreensão de aspectos do parentesco, dos símbolos e dos mitos. Essa metodologia tinha como base a proposição inicial de que todas as coisas da vida estão formadas por parte de opostos ou oposições binárias, como nú-vestido ou luz-escuridão.

Dessa forma, definindo um fenômeno como uma relação entre dois termos ou mais, construindo uma tabela com as mais possíveis permutações desses termos e utilizando-as como objeto basilar de análise - assim consistia o método de Lévi-Strauss. O fenômeno empírico designado no princípio converte-se em uma das combinações realizáveis do sistema completo. Por fim, tinha como objetivo identificar as características comuns que sustentavam todos os sistemas de mito e parentesco por meio dessas tabelas básicas.

Nesse procedimento, Lévi-Strauss uniu ideias procedentes da linguística com a matemática para propor que os sistemas de parentesco podiam se interceptar como exemplos de estruturas algébricas (Piaget, 1971). Este esquema, em particular, é muito similar à visão que teria Saussure (1916) da linguagem, o qual estudava os vínculos que reúnem os términos para formar um sistema na mente coletiva dos falantes.

A linguística sistemática de Saussure se empenhava em determinar as regras subjacentes que regiam a comunicação, enquanto a antropologia de Lévi-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

Strauss pretendia exibir a estrutura oculta na sociedade humana. No entanto, uma conceituação desse tipo está fundamentada na premissa segundo a qual as diferenças dos fenômenos sociais são apenas variações de uma única estrutura subjacente. Como consequência, não existe nenhuma possibilidade de progresso, muito menos dinâmica de mudança.

Ao mesmo tempo em que Lévi-Strauss se ocupava essencialmente da compreensão das verdades universais por parte da mente humana e da antropologia, Althusser tinha como foco e interesse a filosofia e, particularmente uma reinterpretação do materialismo histórico de Marx. Esta última englobava uma discussão do conceito de estrutura em três níveis distintos, mas que se relacionavam entre si.

Primeiramente, ao reconhecer uma ruptura epistemológica nos textos de Marx, Althusser (1969) concentrou-se nas estruturas do texto escrito para sugerir que antes de 1845 sua problemática possuía um caráter ideológico, se convertendo posteriormente em científica. Isso não pressupõe que a primeira fosse falsa nem que a segunda fosse correta, mas simplesmente que o conhecimento científico e ideológico tem objetivos diferentes.

Por conseguinte, Althusser (1969) buscou desenvolver um caminho que levasse em consideração a base econômica ou infraestrutura como determinante, em todos os casos, da forma de expressão política e ideológica na superestrutura, pois encontrava-se obrigado a oferecer uma alternativa para a interpretação econômica das obras de Marx. Althusser alcançou esse objetivo estabelecendo uma distinção entre os casos dominantes e os determinantes (ALTHUSSER E BALIBAR, 1970). Por esse viés, foi proposto que o conflito social podia formular-se em um de três planos possíveis da atividade social: as práticas ideológica, econômica e política.

O plano em que se produzia era o caso dominante e recomendava que a economia constituísse o campo de possibilidades em que seria capaz de operar o caso dominante. Nesse segmento, exatamente, era determinante a economia. Como resumiu Gregory (1978, p. 113), “por conseguinte, no modo de produção capitalista, o nível econômico é dominante e determinante ao mesmo tempo”.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

O marxismo estruturalista de Althusser foi um dos mais representativos no campo da geografia, embora as variantes do estruturalismo tivessem essencial influência na biologia, assim como na filosofia e antropologia. Essa situação reflete em grande medida a importância da obra de Castells (1977) para apresentar aos geógrafos a interpretação althusseriana de Marx, assim como na análise de Gregory (1978) da contribuição potencial do estruturalismo e a investigação geográfica.

Foi surpreendentemente escassa, durante os anos de 1970, a investigação geográfica realizada dentro de um marco abertamente estruturalista, independentemente do poder da crítica estruturalista do empirismo e do positivismo lógico. À medida que grande parte da geografia radical pode se interpretar como estruturalista, em termos muito amplos, segundo a interpretação de Althusser dos textos marxistas, o principal enfoque de grande parte da geografia marxista está no conteúdo marxista, mais do que no estruturalista.

Para aqueles que se envolvem na investigação empírica, um dos problemas primordiais da estrutura althusseriana é a base profundamente teórico-abstrata em que se sustenta, ao mesmo tempo em que não se apresenta como "eficaz" no diálogo entre teoria e prática, sujeito e objeto, material e abstrato, teoria e empiria, e ação e estrutura, por exemplo.

A interseção da geografia humana com o marxismo estrutural levou a um modelo conservador passivo do homem, do qual resulta uma ofuscação dos processos pelos quais os seres humanos podem mudar a si próprios e mudar o mundo. Ademais, é extremamente difícil aplicar o holismo filosófico na investigação empírica, sendo o resultado que, em alguns casos, as explicações são totalmente inadequadas e o poder causal se atribua a construções mentais abstratas, enquanto que em outros casos as estruturas teóricas estão quase completamente separadas da análise empírica.

Independentemente de como considera-se a crítica filosófica do positivismo lógico encarnada no estruturalismo, vale mencionar mais uma vez a grande dificuldade de realizar investigações empíricas satisfatórias baseadas na interpretação estrutural althusseriana da obra de Marx.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

Uma solução para o problema de combinar a ação humana dentro de uma perspectiva estrutural tem sido tratar de integrar elementos da hermenêutica com o marxismo estrutural. Isso é o que tentou fazer, na sociologia, Giddens (1979; 1981), cuja teoria da estruturação também defenderam Gregory (1981) e Pred (1984) desde uma perspectiva geográfica.

Para os geógrafos, um dos traços mais interessantes da teoria da estruturação de Giddens, em particular através da referência à geografia do tempo de Hägerstrand, é que constitui uma tentativa de incluir na teoria social a preocupação tradicional dos geógrafos com o espaço.

Um meio diferente de analisar o espaço a partir do viés marxista é o defendido por Harvey (1973; 1982; 1985; 1989). O argumento mais geral de Harvey diz que "o controle de espaço tem uma extrema importância estratégica em qualquer luta pelo poder" (Harvey, 1989, p. 186). Seguindo as ideias de Lefebvre (1991a), sugere que o espaço produzido pela sociedade é o espaço da reprodução social e, por ele, "o controle sobre a criação desse espaço também confere certo poder sobre os processos da reprodução social".

Harvey (1989, p. 196) afirma que os processos urbanos dentro da sociedade capitalista estão prenhes de contradições, que podem ser compreendidas examinando "como a urbanização está enquadrada pela inserção das abstrações concretas do dinheiro, espaço e tempo, e diretamente moldada pela circulação de capital financeiro no tempo e espaço".

A partir desse autor[3], a abordagem sobre o espaço passa a superar o viés estruturalista do marxismo em Geografia, uma vez que se passa a analisar a produção do espaço em suas múltiplas escalas e dimensões, tanto quanto as múltiplas relações de poder inerentes à apropriação e dominação do espaço no que concerne à reprodução das relações sociais de produção capitalistas no processo de constituição do urbano.

[3]Não pretendemos abordar os inúmeros autores que buscaram superar as abordagens estruturalistas do marxismo a partir do deslocamento da análise estruturalista rumo ao entendimento das contradições do capitalismo, como Pierre George, B. Kayser e Yves Lacoste, mas, enfatizar os autores e categorias que mais se associam às abordagens teórico-conceituais do presente trabalho.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

O olhar sobre a "organização espacial" – advindo do conservadorismo da geografia pragmática e teorético-quantitativa (neopositivismo em Geografia), além das limitações teórico-metodológicas e políticas do estruturalismo marxista em geografia - passa a dar lugar a uma análise mais complexa e utópica da realidade, no momento em que se supera as dualidades inerentes a tais perspectivas, como estrutura e ação, sujeito e objeto, presente e o possível, ciência e ideologia/política, a partir de inúmeros conceitos – como cotidiano, reprodução das relações sociais de produção, alienação – e a partir de uma análise das contradições do capitalismo e das possibilidades de sua superação. Nesse sentido, acredita-se, aqui, que a perspectiva da produção do espaço seja o grande ponto de virada para a construção de uma epistemologia política do espaço em geografia.

Especificamente no Brasil, nos anos de 1970, a

> Geografia se encontrava sob forte crítica exigindo uma posição dos geógrafos sobre o seu papel na compreensão daquele momento da história e da transformação da sociedade brasileira. O materialismo histórico foi o caminho que abriu as portas para um debate frutífero e estimulante. Fazer geografia naquele momento era colocar em xeque não só um modo de pensar, mas de questionar a responsabilidade social do geógrafo. De um lado colocava-se a preocupação com o estatuto epistemológico da disciplina, mas, de outro, havia questões derivadas da prática social e da necessidade de compreendê-la. (...) Esse encaminhamento possibilitou desviar nossa análise no sentido de permitir responder às questões postas por uma sociedade em transformação, sob um regime militar sufocante, exigindo um projeto de mudança da sociedade a partir de sua compreensão. Nessa perspectiva, *problematizou-se* a noção de 'espaço como palco das atividades dos homens' e, como consequência, propôs-se a superação de noções generalizantes, e vazias, como a de 'população', abrindo-se para pensar o movimento contraditório do mundo e a situação dependente do Brasil. (...) O caminho dessa superação fundamentou-se na perspectiva teórico-metodológica aberta pela obra de Marx e, em seu prolongamento, teórico-prático, o que significou pensar o trajeto do conceito (espaço geográfico) na prática e saindo dela o que significava a relação indissociável teoria-prática (*práxis*), explorando como assinalava Marx, uma totalidade em devir, uma vez que o método colocava a possibilidade do pensamento utópico. Objetivava-se examinar atentamente os conteúdos da prática social produtora do espaço, com vistas a superar a ideia das ações humanas acontecendo sobre um espaço ou território, bem como elaborar o entendimento de que a produção do saber é uma etapa necessária à construção de um projeto de sociedade capaz de iluminar as contradições que sustentam a base da sociedade capitalista, questionando seus rumos. A noção de produção ganhava uma centralidade". (CARLOS, 2015, p. 11-12).

Nesse sentido, a filosofia da práxis em Geografia emerge tendo como noção central a produção do espaço, mas, também, a crítica da reprodução das relações sociais capitalistas inerentes a uma produção alienada do espaço, não

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

comportando, nessa perspectiva, uma abordagem neopositivista acerca do espaço, já que apesar da geografia pragmática e teorético-quantitativa ter uma preocupação científica na análise do espaço, não tecia caminhos que comportassem a relação entre ciência e ideologia/política, tampouco a compreensão da totalidade concreta em movimento.

Como consequência das preocupações em construir uma epistemologia política, o caminho investigativo, segundo a geografia crítica de cunho marxista norteada pela noção de produção, se desloca do campo da epistemologia "pura" para focar aquele da prática espacial em sua totalidade.

"No plano teórico, a exigência de uma teoria crítica aponta em duas direções: a crítica dos sistemas de pensamento e a crítica das relações sociais que move a história contraditoriamente" (CARLOS, 2015, p. 13), portanto, práxis, num horizonte epistemológico no qual o possível ilumina o real, elemento epistemológico nuclear da filosofia política marxista desenvolvida em Geografia. Como exposto, o caminho que passa a ser desenvolvido permite pensar uma "totalidade em devir, uma vez que o método colocava a possibilidade do pensamento utópico". Tal movimento será desenvolvido, por exemplo, pela orientação teórico-metodológica desenvolvida no Departamento de Geografia da FFLCH-USP, denominada marxista-lefebvriana, como caminho de construção de uma geografia crítica e radical, e por inúmeros autores que se debruçaram sobre a produção de um novo *sentido* político-epistemológico para a Geografia, tendo como exemplo basilar Milton Santos, notadamente em Por uma Geografia Nova.

Segundo Moraes (2007, p. 128),

> esta obra expressa uma tentativa sintética de outros trabalhos desse autor, representando uma proposta geral para o estudo geográfico. (...) Nesse trabalho, depois de avaliar criticamente a geografia tradicional, a crise do pensamento geográfico e as principais propostas de renovação, efetivadas pela geografia pragmática, M. Santos passa a expor sua concepção do objeto geográfico (...) argumenta que é necessário discutir o espaço social, e ver a produção do espaço.

Santos (2012, p. 201) afirma, portanto, que "todas as tentativas de explicar o espaço subtraíram praticamente o problema-chave de sua produção, a grande exceção vindo de Henri Lefebvre". Percebe-se que a produção emerge, como afirmado anteriormente, como elemento nuclear da renovação epistemológica em

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

geografia, da constituição de uma epistemologia verdadeiramente política no pensamento geográfico. Ainda segundo Santos (2012, p. 202), “nosso enfoque é fundamentalmente baseado no fato de ser o espaço humano reconhecido, tal qual é, em qualquer que seja o período histórico, como resultado da produção”.

Nesse encaminhamento, Carlos (2011) afirma que o homem, primeiro reunido em um grupo e depois organizado em sociedade, transforma a natureza por meio da atividade do trabalho, produzindo o mundo e a si mesmo.

Ao longo da história a sociedade reproduz a natureza como natureza social, tendo, portanto, uma dimensão natural, mas superando a natureza ao apropriar-se dela para e como realização humana.

> No processo, o homem se realiza como produto de relações sociais através de um conjunto de relações que organiza a vida em comunidade – a partir da divisão do trabalho, da propriedade etc. Desse modo, a relação inicial do homem com a natureza se encontra mediada pelo trabalho, e através dessa mediação supera os termos da relação e nos coloca diante de um espaço produzido pela sociedade como ato e ação de produção da própria existência. Nesse longo movimento, o homem cria-se através de um conjunto de produções, dentre as quais se situa a produção do espaço. É nessa condição que nos deparamos com a noção de produção. Como escrevem Marx e Engels, a primeira condição da história é manter os homens vivos, a segunda é assegurar a sua reprodução. Podemos dizer que esse processo acontece numa relação dialética sociedade-natureza, em que cada elemento da relação se transforma no outro e pelo outro, produzindo a vida e o espaço, ambos como criação real. Assim, o ato da produção da vida é, consequentemente, um ato de produção do espaço, além de um modo de apropriação. O espaço surge como produto saído da história da humanidade, reproduzindo-se ao longo do tempo histórico, e, em cada momento da história, em função das estratégias e virtualidade contidas em cada sociedade. Podemos pressupor que a espacialidade das relações espaciais pode efetivamente ser compreendida no plano da vida cotidiana, e, a partir dela, articulada e redefinida como plano da reprodução das relações sociais, compreendida na multiplicidade dos processos que envolvem a reprodução do espaço em seus mais variados aspectos e sentidos, como prática socioespacial. Isso ocorre porque as relações sociais têm concretude no espaço, nos lugares onde se realiza a vida humana (...) Nessa condição, espaço e tempo aparecem em sua indissociabilidade por meio da ação humana. (...) A relação espaço-tempo se explicita, portanto, como prática socioespacial, no plano da vida cotidiana, realizando-se enquanto modos de apropriação. (...) Nesse sentido, a formulação sobre a possibilidade do homem se autocriar no processo histórico, produzindo um mundo com determinações próprias de cada época, abre a possibilidade de compreensão da produção do espaço como produto histórico, condição necessária da realização da vida material, como conteúdo da práxis. (CARLOS, 2011, p. 41-44).

Portanto, pensar a práxis pressupõe, de forma ontológica e epistemológica, a consideração de que a produção do espaço é condição essencial à reprodução da

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

vida social, num processo ininterrupto de reprodução do espaço, espaço esse que a cada momento do processo histórico apresenta-se como seu produto e condição para a instauração de um novo processo; totalidade concreta em movimento a partir da dimensão espacial. Em outras palavras, a possibilidade de compreensão da totalidade concreta em movimento – e a emergência de uma epistemologia política sobre o espaço – só ocorre mediante a apropriação da filosofia da práxis pela geografia, reinventando-se e participando daquilo que chamamos de atualização da filosofia da práxis – mediante a abordagem da espacialidade da totalidade da vida humana.

Cabe-nos indagar, a partir de agora, quais são os elementos da filosofia da práxis associados ao movimento de renovação epistemológica em Geografia apontado até o momento e quais são os horizontes da produção de conhecimento acerca do espaço em Geografia a partir dessa filosofia.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

3. Por uma Epistemologia Política do Espaço

Pensar o espaço para além das representações do espaço construídas na modernidade – e também para além das concepções estruturalistas de espaço – pressupõe a utilização da filosofia da práxis (metafilosofia) como base onto-epistemológica para a produção do entendimento do espaço como aberto, múltiplo e relacional, ou seja, pensar a sua (re)produção, pensar na superação da dualidade sujeito-objeto / ciência-ideologia/política, pensar o espaço a partir da interação entre parte e todo, assim como pensar o desenvolvimento espacial a partir da concepção de interação e multiplicidade (MASSEY, 2008).

Terminologicamente, práxis e prática, na língua portuguesa, advém do termo empregado pelos gregos e podem ser utilizados indistintamente, embora seja o segundo – prática – que costuma ser percebido na linguagem comum e na literária. O primeiro – práxis – é reconhecido, quase que exclusivamente, no vocabulário filosófico. Aqui adotamos práxis ao invés de prática para desvencilhar-nos do significado predominante no cotidiano (e em distintas línguas e países – no frânces, "practique", no russo, "práktika", no inglês, "practice"), usualmente associados a qualquer atividade humana, ao mesmo tempo que para sinalizar uma orientação teórico-metodológica: a da filosofia da práxis.

Resgatando sua acepção inicial, o termo grego práxis significa a ação de levar algo a cabo e que não cria um objeto alheio ao sujeito ou a sua atividade. Nesse sentido, pensar o espaço sob esses pressupostos significa pensar o espaço como produto e condição à realização da sociedade. Em outras palavras, significa pensar a espacialidade que é ontologicamente vinculada aos sujeitos, no processo de reprodução das relações sociais de produção.

Entendida dessa forma, a práxis situa-se como o lugar central da Filosofia e da Geografia que se concebe a si mesma não apenas como interpretação do mundo, mas também como elemento central de sua transformação.

Tal percepção da práxis está associada originalmente aos pensadores da antiguidade grega, mas só se consolida como uma filosofia a partir de Marx, não se esgotando nele. Constitui-se como uma superação – no sentido dialético de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

superar e absorver – da consciência idealista de Kant, Fichte e Hegel, mas também do racionalismo e pragmatismo inerentes ao positivismo.

3.1. A Filosofia da Práxis e o Espaço

A especificidade da filosofia da práxis (segundo Gramsci, o "coração do materialismo histórico-dialético") é, fundamentalmente, porque ela desencadeia[4] uma nova inteligibilidade do real. Ela instaura uma relação dialética entre representação e vida, entre conhecimento e ação, entre ideias e exercício político (SEMERARO, 2006).

O pensamento, sob essa perspectiva, é integrante do real, onde a leitura dos fatos e as abstrações produzidas não são únicas, pois o próprio real é múltiplo e complexo. Agir e conhecer são indissociados, pois agimos e pensamos em espaços-tempo específicos.

A epistemologia não se limita às abstrações assépticas e neutras, universais e necessárias, pois é inerente à filosofia da práxis a dimensão política[5] onde o possível ilumina a compreensão do real (LEFEBVRE, 1999). A própria política realizada, praticada e inventada em espaços-tempo concretos influenciaria na possibilidade de conhecer o real.

> No pensamento politico e na teoria política, a categoria (ou conceito) de 'real' não pode obscurecer a do 'possível'. Pelo contrário, é o possível que deveria servir como instrumento teórico para explorar o real (BRENNER, 2001, p. 797).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

---

4 Utilizo o termo desencadear ao invés de somente propor porque um dos princípios centrais da Filosofia da Práxis é buscar compreender o movimento contraditório do real, e, como é justamente nesse movimento contraditório do real que as contradições mentais são elaboradas, desencadear adquire um tom de transformação que é mais fidedigno à proposta do que o termo propor, que insinua um tom de fixidez.

5 Poder-se-á simbolizar a dimensão política relacionada à epistemologia dialética da Filosofia da Práxis em trechos do clássico "Passagens", de Walter Benjamin: "A especificidade da experiência dialética consiste em dissipar a aparência do sempre-igual – e mesmo de repetição – na história. A experiência política autêntica está absolutamente livre desta aparência. (...) Para o dialético, o que importa é ter o vento da história universal [*weltgeschichte*] em suas velas. Pensar significa para ele: içar as velas. O que é decisivo é *como* elas são posicionadas. As palavras são suas velas. O modo como são *dispostas* transforma-as em conceitos. (...) Ser dialético significa ter o vento da história nas velas. As velas são conceitos. Porém, não basta dispor das velas. O decisivo é a arte de *posicioná-las*." [Grifo nosso]. Trechos extraídos de: BENJAMIN, Walter. Passagens. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2007. (p.515).

É nesse sentido que a grande tarefa epistemológica da filosofia da práxis

> não se resolve em abstrações, em exercícios cerebrais nem em mero dizer de narradores que conversam e redescrevem, livres de injunções, mas está vinculada a um ativo agir político (SEMERARO, 2006, p. 18).

Esta filosofia revolucionária, que é a única que podemos acreditar que se constitua como uma "epistemologia política", não é um "ato puro" do pensamento, "esquema gnosiológico abstrato que 'cria' idealisticamente as coisas e os fatos, mas 'ato impuro', atividade concreta" (SEMERARO, 2006, p. 33) baseada na interação de sujeitos de espaços-tempo concretos.

"Na história, e no processo de conhecimento, há uma compenetração de forças relativamente estáveis, permanentes, regulares, 'objetivas', com forças intencionais, ativas, criativas, 'subjetivas' (SEMERARO, 2006, p. 34)". Semeraro (2006) não poderia ser mais claro para nos apresentar que realmente a filosofia da práxis constitui-se como uma epistemologia política. O mesmo poder-se-ia dizer sobre Lefebvre (1999; 2001) quando aponta a importância da metafilosofia.

O método de aproximação do real e de busca por sua inteligibilidade, segundo a filosofia da práxis, não parte do racional-universal para explicar todas as partes da realidade - como ocorre na perspectiva epistemológica positivista (SANTOS, 2009). Epistemologicamente, ele abandona o princípio universal para encaixar-se em cada objeto e compreender seu movimento contraditório e suas conexões (internas e externas). Entretanto, não visa ver o real de modo fragmentado e estilhaçado, ele busca justamente relacionar as partes do real para constituir uma totalidade. De forma distinta da racionalidade metonímica, que é uma das faces da racionalidade indolente (SANTOS, 2008), a filosofia da práxis compreende que parte e todo convivem em relação dialética. O todo não pode ser explicado por uma parte isolada, nem a parte pode ser compreendida como *mimesis* do todo.

Para o marxismo vulgar – seja o de viés economicista, materialista abstrato, stalinista ou estruturalista – a ideia de totalidade pode se encerrar em uma dimensão ou outra, por vezes elucidando uma totalidade fechada associada a um viés positivista ao qual o próprio marxismo vulgar julgou estar ultrapassando;

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

paradoxo.

Em alguns momentos, permeia o paradoxo entre vida empírica e totalidade estrutural, o que nos remete à crítica necessária da totalidade a partir de uma perspectiva dialética, como já sinalizado neste ensaio.

Segundo Ciavatta (2014, p. 195), a totalidade é uma "teoria da realidade em que seres humanos e objetos existem em situação de relação, e nunca isolados. (...) Neste sentido, a dialética da totalidade é um princípio epistemológico e um método de produção de conhecimento".

Neste encaminhamento, Ciavatta (2014, p. 194) afirma que a "totalidade social construída não é uma racionalização ou modelo explicativo, mas um conjunto dinâmico de relações que passam, necessariamente, pela ação de sujeitos sociais". Destarte, pensar o espaço a partir do diálogo entre Massey (2008) e Ciavatta (2014) perpassa pensar a dimensão da práxis como elemento central, uma vez que são as práticas espaciais (Lefebvre, 1991a) que se conjecturam como produtoras do espaço.

Corroboramos com a autora ao afirmar a superação do marxismo vulgar como necessidade na produção (crítica) do conhecimento e na realização da práxis, uma vez que "compreender a história como processo não é apenas uma questão científica, mas, também, política". Acreditamos, pois, que tal pressuposto epistemológico revele um sentido ontológico inerente ao trabalho do pesquisador que aborda conscientemente os pressupostos científico-políticos da abordagem da totalidade dialética.

Nesse encaminhamento teórico-metodológico, Lefebvre (1979, p. 98-99) afirma que

> o materialismo dialético prolonga o antigo racionalismo, mas superando-o, eliminando os seus aspectos restritivos e negativos. Assim, deixa de conceber, apenas a razão universal como intrínseca ao indivíduo e apresenta-a na sua universalidade concreta, ou seja, como razão humana, como conquista histórica e social do homem. Deixa de separar a razão da natureza, da prática, da vida. Evita, enfim, fornecer este ou aquele aspecto do homem total e definir o humano por um de seus aspectos. O que é cada ciência? É o homem tomando consciência da natureza e da sua própria natureza e descobrindo um aspecto total? Não é exclusiva e unilateralmente físico nem fisio-social; é tudo isso e mais do que a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

> soma de todos esses elementos ou aspectos, é a sua unidade, a sua totalidade, o seu devir. O homem define-se através do conhecimento, através das ciências, através do que as ciências revelam; mas as ciências só se determinam através do que as ciências revelam; mas as ciências só se determinam através do homem atuante e pensante. Enquanto o velho cientificismo se contentava, quer em fornecer de forma abusiva esta ou aquela ciência e conceber, por exemplo, todas as coisas em termos físicos, matemáticos ou biológicos, quer em considerar uma soma de resultados adquiridos pelas diferentes ciências – o materialismo dialético coloca o *homem* no centro das preocupações; mas trata-se do homem em devir, formando-se por meio do conhecimento e conhecendo-se na sua formação.

Pressuposto epistemológico revelador de um sentido ontológico (crítico) é o exposto por Kosik (1969), ao afirmar que a totalidade social sob uma perspectiva dialética se associa à distinção entre representação e conceito da coisa, distinguindo, assim, duas formas e dois graus de conhecimento da realidade, e duas qualidades da práxis humana. O autor irá enfatizar o papel ativo dos sujeitos no ato de produção do conhecimento, uma vez que não examinaríamos especulativamente a realidade tampouco seríamos um produto direto da realidade. Assim, na busca pela superação do viés ideológico materialista vulgar e do viés ideológico idealista, Kosik (1969, p.10) irá afirmar que a

> realidade não se apresenta aos homens, à primeira vista, sob o aspecto de um objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente, cujo pólo oposto e complementar seja justamente o abstrato sujeito cognoscente, que existe fora do mundo e apartado do mundo; apresenta-se como o campo em que se exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento prático-utilitário com as coisas – em que a realidade se revela como mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazer a estas – o indivíduo 'em situação' cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade. Todavia, a 'existência real' e as formas fenomênicas da realidade – que se reproduzem imediatamente na mente daqueles que realizam uma determinada práxis histórica, como conjunto de representações ou categorias do 'pensamento comum' – são diferentes e muitas vezes absolutamente contraditórias com a lei do fenômeno, com a estrutura da coisa e, portanto, com o seu núcleo interno essencial e o seu conceito correspondente. (...) Por isso, a práxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade.

Nesse sentido, pode-se afirmar que é a partir do cotidiano (e da sua "suspensão") que podemos, contraditoriamente, superar as dualidades expostas por Kosik (1969): sujeito e objeto, corpo e mente, parte e todo, essência e fenômeno, indivíduo e gênero etc.; contradição percebida, concebida e vivida no cotidiano e nas possibilidades de sua suspensão.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

Em outras palavras, conforme afirma Netto (2012, p. 21), ao resgatar Lefebvre e Lukács, pode-se perceber que “a totalidade está sempre em processo de estruturação e desestruturação. Ela é histórica. Assim, é preciso captar o seu movimento e a sua direção enquanto devir histórico”.

Para pensar a relação entre a dimensão da totalidade na filosofia da práxis e na metafilosofia e sua relação com a concepção de espaço, cabe-nos realizar algumas reflexões em torno da noção de reestruturação.

A palavra reestruturação é derivada da palavra estrutura, porém não se confunde com ela. Significa mais do que reestruturar de novo, pois implica uma outra concepção onto-epistemológica de real e, por conseguinte outro pressuposto metodológico.

Não objetivamos perceber a palavra reestruturação no sentido da noção de estrutura inerente à corrente de pensamento estruturalista, pois isso significaria corroborar com a anulação da ideia de desenvolvimento espacial. Seria fazer a defesa da ideia de sistema – um conjunto de elementos em interação – como totalidade estruturada pela soma das partes, o que anularia nossa perspectiva, ou seja, a noção de desenvolvimento espacial a partir de uma totalidade concreta em movimento, dialogando Kosik (1969) e Massey (2008) no que concerne a concepção do espaço como multiplicidade em movimento a partir das múltiplas interações em um processo contínuo de reestruturação; reestruturação espacial como desenvolvimento espacial.

A unidade entre parte e todo em movimento aqui tratada a partir da filosofia da práxis e da metafilosofia parte do pressuposto, pois, de que o cotidiano e a reprodução das relações sociais de produção são termos co-constitutivos do real, em vez da concepção estruturalista que anula o desenvolvimento espacial. Parte-se, pois, da concepção de que parte e todo, no desenvolvimento espacial, compreendem-se como elementos em transformação conjunta, fazendo parte de uma totalidade sempre aberta e em movimento.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a dimensão da totalidade concreta dos pressupostos onto-epistemológicos aqui tratados refere-se a um posicionamento

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

historicista e não estruturalista no que concerne às possibilidades de produção do conhecimento, trazendo à luz do debate a vida cotidiana e as múltiplas interações espaciais, fazendo do espaço geográfico espaço múltiplo, aberto e relacional (MASSEY, 2008).

A análise da vida cotidiana está intimamente associada às intenções de Kosik (1969), uma vez que o autor busca a compreensão da realidade prático-sensível a partir de uma perspectiva totalizadora, ou seja, percebendo o vivido, as emoções, os hábitos e gestos corriqueiros sem deixar de dialogar com as representações do próprio real.

O cotidiano seria um eterno claro-escuro entre manifestação do sentido ontológico da existência humana, realização prática do devir histórico no cotidiano e suspensão do cotidiano na realização do sentido ontológico do ser social; superação dialética e eterna do real produzido, evidenciando direções distintas e coexistentes em um mesmo sentido ontológico, aquele da realização do ser humano a partir do trabalho.

A dialética entre cotidiano e a sua suspensão permite compreender que o indivíduo se reproduz diretamente enquanto indivíduo ao mesmo tempo em que reproduz indiretamente a totalidade social. O homem sobrevive e vive em seus atos corriqueiros sem perceber tal tensão entre parte e todo; nem sempre o ser social percebe para além do imediato da vida cotidiana.

"Na vida dos indivíduos é um fato excepcional a elevação do indivíduo ao gênero; a esmagadora maioria dos homens não realiza essa experiência. Mantém-se muda a unidade vital de particularidade e genericidade" (NETTO, 2012, p. 26). Assim, no cotidiano, a compreensão do sentido ontológico da realidade social enquanto totalidade dialética percebe-se obstruída pela compreensão de causalidades no cotidiano, sem compreender o "pôr de um fim", sem a compreensão do sentido teleológico da existência humana, a qual seria a superação das dualidades anteriormente citadas. Nesse sentido, Lukács (2013, p. 48) afirma que

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

> conceber teleologicamente a natureza e a história implica não somente que ambas possuem um caráter de finalidade, que estão voltadas para um fim, mas também que sua existência, seu movimento, no conjunto e nos detalhes devem ter um autor consciente.

Nega-se, pois, resgatando Marx, qualquer teleologia fora do trabalho, da práxis, o que nos permite afirmar, de acordo com a proposta deste ensaio, que epistemologia e ontologia dialogam, criticamente e em busca da totalidade social dialética, no cotidiano, num vai-e-vem entre a sua realização banal e as possibilidades de sua suspensão. A vida cotidiana seria a possibilidade concreta de uma totalidade epistemológica a partir de um sentido ontológico do ser social que tem no trabalho a possibilidade de sua realização, desconstrução e reconstrução, tanto da vida, em um sentido amplo, como da práxis transformadora da realidade.

Nesse encaminhamento, Carlos (2011) afirma que o homem, primeiro reunido em um grupo e depois organizado em sociedade, transforma a natureza por meio da atividade do trabalho, produzindo o mundo e a si mesmo. Ao longo da história a sociedade reproduz a natureza como natureza social, tendo, portanto, uma dimensão natural, mas superando a natureza ao apropriar-se dela para e como realização humana.

> No processo, o homem se realiza como produto de relações sociais através de um conjunto de relações que organiza a vida em comunidade – a partir da divisão do trabalho, da propriedade etc. Desse modo, a relação inicial do homem com a natureza se encontra mediada pelo trabalho, e através dessa mediação supera os termos da relação e nos coloca diante de um espaço produzido pela sociedade como ato e ação de produção da própria existência. Nesse longo movimento, o homem cria-se através de um conjunto de produções, dentre as quais se situa a produção do espaço. É nessa condição que nos deparamos com a noção de produção. Como escrevem Marx e Engels, a primeira condição da história é manter os homens vivos, a segunda é assegurar a sua reprodução. Podemos dizer que esse processo acontece numa relação dialética sociedade-natureza, em que cada elemento da relação se transforma no outro e pelo outro, produzindo a vida e o espaço, ambos como criação real. Assim, o ato da produção da vida é, consequentemente, um ato de produção do espaço, além de um modo de apropriação. O espaço surge como produto saído da história da humanidade, reproduzindo-se ao longo do tempo histórico, e, em cada momento da história, em função das estratégias e virtualidade contidas em cada sociedade. Podemos pressupor que a espacialidade das relações espaciais pode efetivamente ser compreendida no plano da vida cotidiana, e, a partir dela, articulada e redefinida como plano da reprodução das relações sociais, compreendida na multiplicidade dos processos que envolvem a reprodução do espaço em seus mais variados aspectos e sentidos, como prática socioespacial. Isso ocorre porque as relações sociais têm concretude no espaço, nos lugares onde se realiza a vida humana (...) Nessa, condição, espaço e tempo aparecem em sua indissociabilidade por meio da ação humana (...) A relação espaço-tempo se explicita, portanto, como prática

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

> socioespacial, no plano da vida cotidiana, realizando-se enquanto modos de apropriação. (CARLOS, 2011, p. 41).

A passagem do "homem inteiro para o inteiramente homem" (NETTO, 2012), numa realização da unidade vital entre particularidade e genericidade, perpassaria o rompimento da cotidianidade a partir das quatro formas de suspensão da vida cotidiana – o trabalho, a arte, a ciência e a moral – e seria, para o presente ensaio, as possibilidades concretas, no real, de ganhos de consciência em torno do sentido ontológico da existência humana, no sentido Lukácsiano. Nossa posição vai o encontro de Netto (2012, p. 27-28) ao afirmar que "à medida que estas suspensões se tornam frequentes, a reapropriação do ser genérico é mais profunda e a percepção do cotidiano fica mais enriquecida (...) o indivíduo sente a plenitude existencial".

O cotidiano é, pois, um eterno claro-escuro da realização concreta da unicidade entre a particularidade e a genericidade, num movimento prático-teórico (práxis) de apreensão da realidade e de sua transformação. A vida cotidiana se insere, portanto, na história e se modifica com as relações sociais. Mas a direção destas modificações "depende estritamente da consciência que os homens portam de sua 'essência' e dos valores presentes ou não ao seu desenvolvimento".

A filosofia da práxis não é, pois, somente um método argumentativo ou uma base epistemológica e ontológica que revoluciona a forma como o pensamento se aproxima e se entrelaça com a realidade. Seu caráter revolucionário é porque é também um "instrumento" da ação, é a base para a constituição de uma sociedade civil organizada que busca constantemente superar a situação vigente e constituir-se enquanto hegemônica.

> Ao contrário das práticas políticas dominantes a filosofia da práxis não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, mas é a própria história de tais contradições; não é instrumento de governo de grupos dominantes para ter o consenso e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; mas é a expressão dessas classes subalternas que querem educar a si mesmas para a arte de governo e têm interesse em conhecer todas as verdades, também as desagradáveis, e evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e até de si mesma (...) se apresenta como o caminho para a democracia popular pelo fato de ser o instrumento das massas silenciadas e subjugadas exercerem publicamente o direito do *logos* e a direção da sociedade (SEMERARO, 2006, p. 45).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

Não se trata, portanto, de a sociedade civil organizada apenas apoderar-se do Estado, de administrá-lo pragmaticamente melhor, de utilizar os mecanismos de planejamento e administração já prontos, mas de romper profundamente a concepção de poder e de Estado capitalista, superando progressivamente a visão de política como esfera separada, estranha, acima do sujeito e das relações sociais.

Nesse movimento, a metafilosofia, segundo Lefebvre, estaria associada à *realização da filosofia*, uma vez que se ultrapassaria a cisão entre sociedade civil e sociedade política, sujeito pensante e sujeito da atividade prática. Segundo Lefebvre (2001, p. 40-41),

> já sabemos que Marx não refutou nem recusou a afirmação hegeliana essencial. *A filosofia se realiza.* O filósofo não mais tem direito à independência frente à prática social. A filosofia insere-se nessa prática. Existe mesmo o devenir-filosofia do mundo e devenir-mundo da filosofia, simultaneamente, portanto tendência para a unidade (conhecimento e reconhecimento da não-separação). E no entanto Marx repudia o hegelianismo. A história não se completa. A unidade não é alcançada, nem resolvidas as contradições. Não é no e pelo Estado, com a burocracia por suporte social, que a filosofia se realiza. (...) É preciso virar o mundo pelo avesso; é numa outra sociedade que se realizará a junção do racional e do real.

Nesse sentido, a realização da filosofia, a partir da anulação da dualidade sociedade civil e sociedade política, é a mola propulsora da dimensão política da metafilosofia. Corroborando com tal pressuposto, Lefebvre (1999, p. 67), afirmará que "situando-se além da filosofia, a metafilosofia se liberta do discurso institucional vinculado à filosofia como instituição", o que permite afirmar que a realização da filosofia em Marx está diretamente associada à constituição do homem em sua totalidade, mediante, dentre outros fatores, a supressão da dualidade apontada acima.

No processo de construção da vinculação entre sociedade civil e sociedade política, até o ponto em que as duas não estejam mais dissociadas, ocorreria concomitantemente um processo de desenvolvimento da "autonomia" (CASTORIADIS, 1992) e "autogestão" (BRENNER, 2001), gerando a

> autodeterminação e a socialização do político, de modo a operar efetivamente a passagem para uma sociedade substantivamente democrática (...) a 'cidade futura' da qual Gramsci fala não desce do céu nem se coloca como conclusão necessária de um parto da história, mas é a construção ativa, consciente, aberta, permanente, conduzida por homens reais, expostos sempre ao imponderável e às contradições.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

> De fato, o sujeito político para Gramsci nunca é um ser pressuposto, ontologicamente já formado nem é idealizado, não é um povo ('demos') homogêneo, unitário e infalível, portador *à priori* de uma verdade natural, mas sempre um sujeito concreto que se auto-constitui na práxis (...) é a práxis política o verdadeiro lugar de formação de subjetividades, de culturas, de valores, de estruturas e instituições verdadeiramente democráticas (SEMERARO, 2006, p. 55-57).

A práxis política realizada por sujeitos concretos formaria uma nova hegemonia, uma hegemonia radicalmente democrática amparada em princípios como autonomia e autogestão.

É nesse sentido que Arendt (2008) infere que a filosofia (antes do surgimento da filosofia da práxis) nunca encontrou um lugar onde a política pudesse concretizar-se. São duas as razões:

> A primeira é a suposição de que há no homem algo de político que pertence à sua essência. Isso simplesmente não acontece; o homem é apolítico. A política surge entre os homens; portanto, absolutamente fora do homem. Não existe, por conseguinte, nenhuma substância política. A segunda é o conceito monoteísta de Deus, a cuja imagem se diz que o homem foi criado. Sobre essa base só pode, é claro, existir o *homem*, do qual os *homens* são apenas uma repetição mais ou menos bem-sucedida. O homem, criado à imagem da solidão de Deus, está na base do "estado de natureza" de Hobbes como uma "guerra de todos contra todos" (ARENDT, 2008, p. 146).

Destarte, a dimensão política inerente à filosofia da práxis é única em toda a história da filosofia, ela revoluciona todo o pensamento político que buscou tratar política como uma substância humana, ou como uma "guerra de todos-contra-todos". A dimensão política da filosofia da práxis assume uma postura crítica diante do individualismo e isolacionismo políticos de Nietzsche e Espinosa, por exemplo, que mesmo tendo contribuições importantíssimas para a construção da ideia de subversão da racionalidade política moderna, em seus conceitos de "vontade de potência" e "potência de agir", respectivamente, não tratam a política da forma contraditória, integral e relacional como a Filosofia da Práxis faz.

A Filosofia da Práxis também busca superar visões políticas românticas e utópicas que sejam desvencilhadas do real. Somente a partir de uma "compreensão mais global das contradições do mundo em que se vive" (SEMERARO, 2006, p. 49) é que se poderia construir utopias políticas "fortes".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

Esse é um dos sentidos em que se torna interessante a perspectiva de Lefebvre (1991) acerca da compreensão da produção social do espaço social, pois, como vimos, as representações dominantes do espaço, que conformam um espaço abstrato que tende à homogeneização, em conflito com os espaços de representação, que buscam "contra-espaços" e "contra-modernidades", só pode ser perceptível através da e na práxis espacial.

> Para Lefebvre, a transformação revolucionária da sociedade requer que a expropriação do espaço, a liberdade de usar o espaço, o direito existencial ao espaço (o direito à cidade) para que todos sejam reafirmados através de uma versão radical da práxis sócio-espacial. Isso não significa que o espaço precise ser apreendido e dominado por uma ordem nova. O espaço já está socializado, mas a atual dominação do espaço abstrato esconde esse fato. Precisamos extinguir o sistema de relações de propriedade e formas institucionais de regular o espaço que produz a dominação dele tanto política quanto economicamente, e precisamos substituir tais relações por relações sociais liberatórias que favoreçam a capacidade de apropriar o espaço para usos sociais liberatórios (GOTTDIENER, 1997, p. 132).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

3.2. A Metafilosofia e o Espaço

Lefebvre (2008), ao relacionar práxis e espaço, demonstra que a busca por um sistema lógico-formal acerca do espaço, em que o espaço seja algo além ou aquém da vida, é uma perspectiva cristalizadora do real e que nega a dimensão política do espaço.

Originalmente publicado em 1972, o livro "Espaço e Política" não se resume a um conjunto de textos sobre a cidade e o urbano, nas quais o autor se debruçava mais profundamente desde o final dos anos de 1960. Segundo o autor, "este pequeno livro, e os que acompanham e o sucedem, não anula os precedentes, senão de forma dialética: ele os retoma tentando situá-los num nível mais elevado".

Lefebvre elabora uma teoria sobre a problemática do espaço, criticando a racionalidade fragmentária e fragmentadora inerente às ciências existentes. Convém salientar que Lefebvre inscreve tais ciências na racionalidade produtivista e positivista ao demonstrar as suas inserções e contribuições para com a reprodução das relações sociais de produção.

Buscando refutar as ideologias da sociedade existente, Lefebvre desvenda horizontes ao inscrever o *possível* como uma categoria da realidade. Destarte, aponta para o político como dimensão ontológica do real, indicando a possibilidade de uma outra epistemologia – não mais associada a uma ciência do espaço formal, mas uma inovadora forma de pensar que desvende a práxis a partir das contradições do espaço – e metodologicamente enfatizando as intencionalidades na produção social do espaço.

Destarte, Henri Lefebvre pretende construir uma metafilosofia, tendo como objetivo central elaborar a tese de que o conhecimento não se encontra separado da prática. Portanto, realiza uma crítica às disciplinas parcelares e busca a interdisciplinaridade. Ele acredita que não há mais possibilidade de se pressupor a noção de espaço como um sistema social ou político, teórico ou ideológico, assim como não se pode pressupor que possua uma lógica preexistente.

Para a construção de sua proposta acerca do espaço, ele realiza uma critica às três principais concepções filosóficas que estruturam o pensamento científico (e a sociedade neocapitalista). Ao final de suas abordagens, ele almeja estabelecer uma quarta alternativa em que pretende construir um "novo sistema" sobre a recusa do saber, porém usando seus elementos, fragmentos, suas tecnologias, suas palavras e seus conceitos. Busca ir além da crítica marxista ortodoxa e foca na noção de espaço – e do seu papel para a reprodução das relações sociais de produção - com uma inserção dessa noção na prática social e política.

O autor elabora quatro hipóteses sobre a noção de espaço. São elas:

Primeira hipótese: ligado ao racionalismo, o espaço é uma forma pura, a transparência, a inteligibilidade. Ideia do espaço como um absoluto (que tem uma coerência ou um modelo de coerências). Objeções: liquidação da ideia de tempo histórico, como o tempo vivido. Cientificidade abstrata. Lugar do transcendente e do vazio. Espaço dos arquitetos, pois prioriza o absoluto, os números e as proporções. Ideologia do saber e o saber ideológico.

Segunda hipótese: ligado ao empirismo, o espaço é um produto da sociedade, portanto é necessária a discrição empírica antes de qualquer teorização.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

O espaço resulta do trabalho e da divisão do trabalho. Ele é o lugar geral dos objetos construídos e produzidos; seria um conjunto de coisas. Objeções: o espaço é objetivo, há uma objetificação do espaço social, e consequentemente do espaço mental. O conhecimento se reduz ao recorte, e à redução desse recorte, pois não existe síntese.

Terceira hipótese: ligado ao marxismo clássico e ao estruturalismo o espaço não seria um ponto de partida (campo de hipóteses filosóficas) e nem um ponto de chegada (produto social ou lugar de produtos). Porém, ele é um intermediário em todos os sentidos, um meio ou uma mediação um instrumento, portanto ele é político e intencionalmente manipulado. Introdução da ideia de luta de classes e de poder (burguesia). O espaço é ao mesmo tempo ideológico (porque político) e saber (porque comporta representações). Funcional e instrumental. Vincula-se na reprodução da força de trabalho pelo consumo. Meio e modo do neocapitalismo, da sociedade burocrática de consumo dirigido. Nesse sentido, as cidades tornam-se unidades de consumo correlatas às grandes unidades de produção, isso gera ao mesmo tempo uma consciência de classes e uma alienação.

Objeções: abrange somente a reprodução dos meios de produção, dos quais faz parte a força de trabalho.

Quarta hipótese: aqui não se pode dizer que o espaço seja produto, objeto ou soma de objetos, coisa ou coleção de coisas, mercadoria ou conjunto de mercadorias. Ele é pressuposto de toda produção e de toda troca. O espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção. Envolve a terceira hipótese e a amplia. O espaço teria um sentido dinâmico e comum a todas as atitudes neocapitalistas, aos trabalhos divididos, à cotidianidade, às artes, aos espaços efetuados pelos arquitetos e urbanistas.

Seria uma relação e um suporte de inerências na dissociação; seria inclusão e separação. Ao mesmo tempo abstrato, concreto e homogênio/desarticulado, que deveria se reencontrar na cidade nova, na pintura, na escultura, na arquitetura, no saber, ou seja, na reapropriação da centralidade e na transformação da práxis burguesa na práxis urbana. O trabalho torna-se não trabalho, se vincula à arte e criatividade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

O espaço inteiro torna-se lugar da reprodução. As “propriedades” deste espaço situam-se na articulação de forma e conteúdo e corresponde a um tempo com as mesmas propriedades. Portanto, ele se organiza em função do trabalho produtivo e na reprodução das relações de produção na cotidianidade.

O que o autor afirma e propõe a partir de suas críticas é que não se pode pressupor uma lógica preexistente, com uma coesão já efetuada. O espaço é produzido e reproduzido socialmente. Isso implica negar as abordagens acerca do espaço como uma estrutura fechada e buscar o sentido dos sujeitos, das ações e das representações, intrínsecos à produção e à reprodução do espaço, assim como elementos do debate em torno da práxis transformadora e da realização da filosofia (metafilosofia).

Resgatando Henri Lefebvre em “Estrutura Social: a reprodução das relações sociais”, podemos afirmar que as abordagens estruturalistas acerca do espaço e, inerentemente, das relações sociais, não nos permite visualizar uma dimensão fundamental das obras de Marx – a perspectiva da reprodução das relações sociais de produção. Ora, se Marx estava preocupado com uma revolução das relações sociais de produção, em que o sistema capitalista fosse superado, podemos afirmar que o vivido era uma categoria fundante para se pensar o conceito de estrutura ou sistema. Como nos mostra Lefebvre (1977b, p. 186), “pelo exposto em O Capital e nas obras anexas, parece que a reprodução das relações sociais constitutivas desta sociedade lhe é inerente”, o que nos leva a afirmar que não podemos nos prender a conceitos como modo de produção, forças produtivas, dentre outros, de forma a desconsiderar a temporalidade da sociedade e a importância da análise das relações sociais de produção.

De acordo com o mesmo autor, o capitalismo não somente subordina setores já criados para sua reprodução, ele produz novos setores e representações para a sua perpetuação.

O que nos permite englobar todo um conjunto de gestos e representações, mas também de hábitos e discursos ideológicos (na perspectiva da reprodução das relações de produção exposta pelo autor) é a afirmação de que o espaço está diretamente associado à reprodução das relações sociais de produção. De outra

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

forma, podemos afirmar que é no espaço da vida, produzido e reproduzido, que ocorre a reprodução das relações sociais de produção. Isso nos permite uma abordagem mais rica do que aquela que observa o espaço enquanto uma estrutura neutra e estática.

Corroborando com tal perspectiva acerca do espaço, Massey (2008) nos incita a buscar novas "imaginações geográficas" que permitam um trato político do espaço. Segundo a autora, conceber o espaço como um recorte estático através do tempo, como um sistema fechado, é um modo de subjugá-lo, de retirar-lhe a vida.

De outra forma, entretanto com a mesma perspectiva, Lefebvre (2008) demonstra que a busca por um sistema lógico-formal acerca do espaço, em que o espaço seja algo além ou aquém da vida, é uma perspectiva cristalizadora do real e que nega a dimensão política do espaço.

> Ora, não se tem o direito de postular um sistema já existente, um sistema social, ou um sistema espacial, ou um sistema urbano, por exemplo – para nele se inserir elementos parciais 70 cuja racionalidade (ou irracionalidade) derivaria dessa suposição, seria deduzida do conjunto (LEFEBVRE, 2008, p. 38).

O que o autor afirma é que não se pode pressupor uma lógica preexistente, uma coesão já efetuada. O espaço é produzido e reproduzido, na epelasociedade.

Isso implica rejeitar as abordagens acerca do espaço enquanto uma estrutura fechada e buscar o papel dos sujeitos, das ações e representações como intrínsecas à produção e reprodução do espaço. Vejamos agora o papel das representações na produção do espaço, como forma de elucidar como as representações ao mesmo tempo em que interpretam, interferem na concepção de práxis, o que nos permitirá visualizar a impossibilidade de tratar o espaço de forma axiologicamente neutra.

Em Lefebvre (1981), percebemos que o que se representa está presente e ausente, na representação. A mediação, segundo Henri Lefebvre em A presença e a ausência se dá entre o representado e o representante, por meio da representação. Se por um lado a representação está intrinsecamente ligada a um tempo presente, por outro ela se refere a algo que se foi, mas que permanece interferindo na

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

transformação do real e do presente.

Lefebvre busca em diversos autores da filosofia inspiração para sua teoria crítica das representações. Mostra como a filosofia tendeu a trabalhar com o conceito de verdade, o que acaba por buscar uma eliminação (ultrapassagem) da representação. A representação estaria, neste sentido, menos ligada a uma mediação e mais ligada a um impasse ao conhecimento, à verdade.

Lefebvre vai construir sua crítica apontando a diferença entre ideologia e representação. Essa estaria relacionada à dissimulação da realidade; o signo e a palavra se tornando mais fortes que as sensações e emoções vividas. As representações, segundo o autor, são falsas e verdadeiras ao mesmo tempo: falsas na medida em que dissimulam objetivos reais e verdadeiras como resposta a problemas reais.

Outro ponto diferencial do autor é mostrar como as representações funcionam para explicar o real, ao mesmo tempo em que servem para manipulá-lo/dissimulá-lo. Ou seja, constituem-se como força de dominação ou libertação. Possuem o papel de reproduzir as relações sociais de produção, ou de ultrapassar o já dado e buscar *o possível*, não separando o conhecimento do que já está construído e a vida que reconstrói o que se busca conhecer. Vida e conhecimento são categorias indissociadas, segundo o autor, e que segundo Castoriadis (1982) poderiam ser abordadas (as representações) enquanto um magma de significações imaginárias sociais.

> Tentemos, enfim, mediante uma acumulação de metáforas contraditórias, dar uma descrição intuitiva do que entendemos pormagma (o melhor suporte intuitivo que o leitor pode-se dar é pensar em "todas as significações da língua francesa" ou em "todas as representações de sua vida"). Temos que pensar uma multiplicidade que não é uma no sentido adquirido do termo, mas que referimos como uma, e que não é multiplicidade em sentido de que poderíamos enumerar, *efetivamente ou virtualmente,* o que ela "contêm", mas onde podemos referir cada vez termos não absolutamente confundidos; ou ainda, uma indefinidade de termos eventualmente mutantes reunidos por uma pré-relação facultativamente transitiva; ou a unificação de ingredientes distintos-indistintos de uma diversidade; ou ainda uma reunião infinitamente confusa de tecidos conjuntivos, feitos de materiais diferentes e no entanto homogêneos, toda constelada de singularidades virtuais e evanescentes. (...) Nossa colocação é de que tudo o que pode efetivamente ser dado – representação, natureza, significação – é segundo um modo de ser do magma; que a instituição social-histórica do mundo, das coisas e dos indivíduos, é sempre também, e necessariamente, instituição de um magma de significações

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

imaginárias sociais. (CASTORIADIS, 1982, p.389-390).

Destarte, como nos apresenta a abordagem totalizadora de Castoriadis, podemos inferir acerca de magma de representações, não dissociando a representação enquanto realidade e enquanto possibilidade, não a tratando enquanto verdade ou falsidade, não a visualizando enquanto conhecimento ou vida. Todas estas premissas são vistas de forma conjunta para trabalharmos com a teoria das representações; as representações, sendo assim, constituem-se como mediações entre esses termos expostos (entre vida e conhecimento; entre verdade e mentira; entre ideologia e prática social; entre o "real" e o possível).

Assim, torna-se impossível uma abordagem axiologicamente neutra acerca do espaço, no momento em que consideramos as representações como forças presentes na realidade espacial e não meramente enquanto representativas de um passado já acabado; sistema e estrutura, ação e representação espaciais são termos co-constitutivos para a análise do cotidiano. A práxis, neste sentido, entra como categoria central para ultrapassarmos o pressuposto que trata o espaço como neutro e apenas aprisionado em representações.

Pensar o espaço a partir da metafilosofia consiste, pois, em pensar o espaço como produção social e histórica múltipla, aberta e multidimensional, pois contraditória. Nesse sentido, pressupõe uma nova inteligibilidade do real diante das filosofias idealistas e positivistas, assim como das percepções da espacialidade que são construídas sob tais orientações. Pressupõe a superação da análise da organização do espaço em busca da compreensão do espaço enquanto produção social e do papel da espacialidade na constituição dos sujeitos, a partir das contradições em períodos históricos específicos.

A análise geográfica sob a perspectiva da filosofia da práxis (metafilosofia) caminha, pois, no sentido de desvendar os processos constitutivos da reprodução do espaço, uma vez que é no espaço que se pode ler as possibilidades concretas de realização da sociedade.

Outro ponto central é a consideração do espaço como produto de inter-relações e como a esfera da possibilidade de existência da multiplicidade, na qual distintas trajetórias coexistem contraditoriamente. Significa perceber a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

espacialidade como parte ontológica dos sujeitos, já que a metafilosofia parte da relação entre sujeito e objeto, na indissociabilidade entre teoria e prática espacial.

Tal pressuposto reforça a necessidade de pensar o espaço a partir de uma perspectiva que considere o político e o sujeito, ao invés dos purismos epistemológicos que ora afirmam uma ciência espacial e uma ciência da organização do espaço, ora afirmam que a separação entre sujeito e objeto, teoria e prática são necessários à constituição da cientificidade da ciência, à sua legitimação.

Significa pensar, como Massey (2008, p.135), que "a multiplicidade do espaço é uma precondição para o temporal, e as multiplicidades dos dois, juntas, podem ser uma condição para a abertura do futuro", perspectiva onto-epistemológica que engloba a práxis como elemento central de uma epistemologia política do espaço.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

4. A Centralidade da Teoria da Alienação na Reconstrução Epistemológica do Espaço a partir da Metafilosofia

O discurso teórico, em qualquer ciência parcelar, é determinado por duas condições essenciais: a primeira é a epistemológica, associada à cientificidade inerente à produção do conhecimento e ao seu caminho auto-reconstrutor – assim como a legitimidade em um determinado campo do saber e por uma comunidade científica –; a segunda é contextual, associada a problemáticas reais, circunscritas em fatos objetivos os quais são os pontos de partida da comunidade científica em questão.

O discurso científico, resultado e fundamento da ação empreendida por um conjunto de autores com elementos nucleares de um determinado campo do saber, torna-se teórico no momento em que explicita as preocupações da primeira condição essencial e da segunda condição essencial, indissociavelmente; teoria e prática como fundamentos onto-epistemológicos da produção do conhecimento: eis o ponto central para pensar a análise da centralidade de uma teoria em qualquer reconstrução epistemológica.

Em outras palavras, parte-se de um pressuposto inerente às análises acima: não se pode considerar teórico o discurso que só se limite à descrição da realidade. Considera-se teórico pois se insere dentro do desenvolvimento de uma determinada corrente filosófica, assim como imanente a determinado campo do saber científico; filosofia e ciência retroalimentando-se como essencial para a construção da cientificidade de determinada ciência parcelar.

Percebe-se, pois, que é o desenvolvimento histórico de uma ciência e a contínua relação entre teoria e prática dessa ciência que diacronicamente constroem uma teoria. Em outras palavras, é a inserção diacrônica de um escopo específico de uma disciplina em determinada corrente filosófica que permite indicar que um discurso teórico seja científico e que uma determinada teoria seja balizadora do desenvolvimento da cientificidade dessa ciência. Pela mesma via, a corrente filosófica a qual foi fundamento da construção desse conhecimento alterou-se/atualizou-se no bojo desse processo de reconstrução epistemológica de uma determinada ciência parcelar.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

A teoria geográfica, por exemplo, é produto da história da disciplina – com suas rupturas e continuidades, práticas, grupos e campos de análise – assim como das correntes filosóficas as quais foram balizadoras do seu desenvolvimento – e as teorias ("externas" à Geografia) que foram centrais na reconstrução do pensamento geográfico e que fizeram com que certos temas e conceitos geográficos ganhassem existência concreta no saber/fazer dessa disciplina, mas também ganhassem existência muito além dos muros dessa ciência parcelar; fronteira epistemológica e não campo epistemológico como expressão da reconstrução em questão.

Destarte, torna-se possível falar em atualização da metafilosofia a partir da teoria da alienação e de sua reconstrução (da teoria da alienação e, por conseguinte, da metafilosofia) na renovação epistemológica promovida pela Geografia Crítica. Vejamos sua atualidade.

Como assinala Morin (1994, p. 257), "uma teoria não é o conhecimento; permite o conhecimento. Uma teoria não é uma chegada. É a possibilidade de uma partida". Tal movimento instaura-se incessantemente a cada vai-e-vem entre ciência, teoria e corrente de pensamento, em uma renovação múltipla e ininterrupta. Somente com tais pressupostos e delineando tal movimento, mediante atualizações, pode-se reconstruir o pensamento sem as degradações – doutrinária, tecnicista e pop-degradação - de que tanto fala o autor. "Toda teoria dotada de alguma complexidade só pode conservar a sua complexidade à custa de uma recriação intelectual permanente" (MORIN, 1994, p. 257).

Acrescentamos, corroborando com o autor, que toda teoria amparada na metafilosofia só pode conservar a sua complexidade à custa de uma recriação intelectual permanente das fronteiras epistemológicas de determinada disciplina; pressuposto da metafilosofia assim como da prática de sua atualização.

Partamos, então, da teoria da alienação como elemento central da metafilosofia e da renovação epistemológica da Geografia através da Geografia Crítica, em especial a partir da perspectiva de Henri Lefebvre (em diálogo com Marx).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

O termo "crítica" certamente possui muitos sentidos. Entretanto, sua essência aponta para o fato de que não é possível mostrar como as coisas são, senão a partir de como deveriam ser. Nesse sentido, crítica revela o possível do real. Um ponto de vista, ou melhor, uma *visão de mundo crítica*, nesse sentido, está associada ao pressuposto utópico de perceber que o que existe está como inacabado, e se inacabado, está prenhe de possibilidades outras. Tal ideia representa a totalidade concreta em movimento ao mesmo tempo em que apresenta para a construção da crítica científica à ideia de que não existe a possibilidade de uma epistemologia neutra, a qual cristalizaria o real em uma reflexão sobre campo científico e análise estrutural da cientificidade da ciência; práxis e epistemologia política, em relação dialética.

No bojo dessa discussão – e dessa perspectiva acerca da historicidade da produção do saber científico e filosófico - inscreve-se uma visão de mundo ampla e desenvolvida por inúmeros autores da chamada "teoria crítica", expressão cunhada pelo alemão Max Horkheimer (Escola de Frankfurt) e que nos baliza para pensar uma amálgama de perspectivas as mais diversas e que tem um elo entre si no que concerne à produção do conhecimento: contrastando com a teoria tradicional – associada ao positivismo – a teoria crítica é comprometida com a emancipação humana e a realização de uma transformação radical na realidade na forma com que produzimos o conhecimento.

Assim, pode-se afirmar que somente a metafilosofia, inscrita na visão de mundo crítica (pois amparada no desenvolvimento da teoria crítica), permite-nos apresentar possibilidades de entendimento da alienação como central na renovação epistemológica da Geografia (Crítica) e, assim, desvendar caminhos que foram delineados no processo de construção de uma epistemologia política[6]

[6] Sobre esse termo, salientamos que "a teoria de Marx analisa implicitamente como social a condição de *(auto)*conhecimento. (...) Essa teoria sócio-histórica do conhecimento não se restringe ao exame das determinações sociais e históricas das condições subjetivas de percepção e conhecimento. Embora a teoria crítica de Marx rejeita a possibilidade de conhecimento absoluto, ela não implica uma espécie de epistemologia kantiana social e historicamente relativizada, pois busca compreender a constituição de formas de objetividade social, com suas formas conexas de subjetividade. A crítica marxiana, portanto, não implica uma teoria do conhecimento, no sentido próprio, mas sim uma teoria da constituição de formas sociais historicamente específicas que são simultaneamente formas de objetividade e subjetividade sociais. No âmbito dessa teoria, as categorias de apreender o mundo e as normas de ação podem ser vistas como ligadas na medida em que ambas, em última análise, são baseadas na estrutura das relações sociais. Essa interpretação sugere que a epistemologia se torna, na teoria de Marx – *e no desenvolvimento da*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

em Geografia.

"A crítica radical da filosofia, que traz sua verdade social e prática, liga-se, pois, a uma crítica radical do Estado" (LEFEBVRE, 1967, p. 78): eis os dois elementos nucleares da teoria da alienação balizadores da reconstrução epistemológica em Geografia, segundo esta tese, e que foram apresentados nos capítulos anteriores como dimensões da filosofia da práxis (metafilosofia).

Vale salientar que para entender a centralidade da teoria da alienação a partir da metafilosofia delineada por Henri Lefebvre é fundamental reconhecer que em *Metafilosofia* (LEFEBVRE, 1967), assim como em inúmeras obras do autor (LEFEBVRE, 1955, 1967, 1968, 1977a, 1977b, 1979, 1989, 1991a, 1991b, 1999, 2001, 2002, 2006, 2008, 2009), os aspectos/fundamentos apresentados por Marx nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844 (MARX, 2004) foram essenciais para a construção categorial de Lefebvre, em especial, a concepção de "transcendência positiva da autoalienação" mediante o conceito de *Auphebung*, o qual significa transcendência ou superação pela elevação a um nível superior. Tal elemento é nuclear pois é base para pensar o possível em Lefebvre, assim como a instauração do cotidiano e a cotidianidade, a reprodução das relações sociais de produção e o direito à cidade – e à produção do espaço.

Não pretendemos afirmar que ocorreu uma apropriação por parte de Henri Lefebvre dos *Manuscritos* de Marx de forma clara, explicitada e simplista. Parte-se do pressuposto de que na historicidade do que aqui chamamos de teoria crítica, ou mesmo no desenvolvimento da metafilosofia, tais laços são inerentes justamente porque são fundamentos onto-epistemológicos da metafilosofia (filosofia da práxis), o coração do materialismo histórico-dialético. Segundo Mészáros (2016), o conceito marxiano do termo – *Auphebung* – é a chave para compreender a teoria da alienação e não o inverso. Em outras palavras, é a possibilidade de superação da alienação – mais à frente leremos o "possível" de Lefebvre como "transcendência positiva da autoalienação" – que permite o entendimento da perspectiva de Marx nos Manuscritos econômico-filosóficos – e

---

teoria crítica – radical como epistemologia social. (POSTONE, 2014, p. 253, grifo nosso). O que abordamos como "epistemologia política" é o mesmo que o autor apresenta como epistemologia social.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

da construção categorial de Henri Lefebvre – e não o inverso. Nesse sentido, enfatizamos mais uma vez: trata-se de uma *visão de mundo crítica*.

Tendo como pressuposto a crise estrutural do sistema do capital, a visão de mundo delineada pela teoria crítica refere-se à alienação como perda de controle, como estranhamento e como privação/negação do possível mediante a categoria trabalho, mas, também, outros nexos categoriais os quais serão alvo de nosso escrutínio mais a frente.

4.1. A teoria da alienação de Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*

Quando Marx escreve os seus *Manuscritos econômico-filosóficos*, indica quatro aspectos principais da alienação: a alienação dos seres humanos em relação à natureza, a alienação dos seres humanos em relação à sua própria atividade produtiva, a alienação dos seres humanos em relação ao seu ser genérico e a alienação na relação do ser humano entre si.

Pode-se sintetizar tais aspectos de forma abrangente: o estranhamento do homem da natureza e de si mesmo, e as manifestações desse estranhamento na relação ser humano-gênero humano e ser humano-ser humano. Longe de querer elaborar uma síntese do trabalho de Marx a partir dos Manuscritos ou mesmo fazer uma apropriação direta para a abordagem acerca da epistemologia política em Geografia calcada na metafilosofia, buscou-se, nos dois capítulos anteriores desta tese, acentuar dois aspectos inerentes a tal síntese e ao desenvolvimento da metafilosofia e da Geografia Crítica: a superação da filosofia e a superação do Estado como eixos centrais, ou, em outras palavras, uma dimensão filosófica da teoria da alienação e uma dimensão política da teoria da alienação, as quais são centrais na construção do discurso da teoria crítica.

Desvinculando-se dialeticamente das perspectivas filosóficas anteriores, Marx enfatiza que não é fruto do acaso, uma fatalidade da natureza[7], mas que se

[7] Como salienta Mészáros (2002, p. 183), "naturalmente, o sistema do capital não surgiu a partir de alguma predestinação mítica nem das determinações decisivas e das exigências auto-realizáveis da chamada "natureza humana". Em geral, está é sempre definida circularmente por filósofos e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

trata de uma forma de autoalienação (termo utilizado por Marx nos Manuscritos). Ao mesmo tempo, como resultado de um tipo determinado de desenvolvimento histórico, pode ser superado, transcendido por uma intervenção prático-teórica que visa transcender a autoalienação.

Como assinala Lefebvre (1968, p. 28-29) em *Sociologia de Marx*,

> Seria o homem, enquanto ser de necessidade, para Marx e para o pensamento marxista, objeto de uma de uma ciência particular que se poderia chamar de *antropologia*? Sem dúvidas. Os *Manuscritos de 1844* esboçam essa antropologia e ao mesmo tempo contem a sua crítica. A antropologia (e a de Feuerbach é o exemplo típico) tende a imergir o homem na natureza ou a separá-lo dela. Ao contrário, o que é preciso perceber é a relação conflituosa entre o homem e a natureza: unidade (o homem mais desenvolvido não se separa da natureza) e luta (a atividade humana arranca da natureza a satisfação das necessidades humanas, transformando-a, devastando-a). O fundamento do ser humano na natureza pode legitimamente ser tomado por ontológico (*Manuscritos*, p. 119). Por outro lado, tudo o que o homem faz entra no vir a ser, isto é, na História. Mas não temos o direito de "ontologizar" a História e muito menos a natureza, fazendo dela uma filosofia, separando assim mais uma vez o humano do natural. As necessidades são estudadas na medida em que entram no movimento geral da espécie humana e enquanto estimulam as atividades do homem que vai tornando humano (...) a passagem da utilidade natural ao uso humano (*ibidem*, p. 92). O estudo das necessidades revela um entrelaçamento dialético. (...) A necessidade é, ao mesmo tempo, ato (atividade) e relação, em si mesma complexa, com a natureza e outros seres humanos, com objetos. Pelo trabalho o ser humano domina a natureza e se apropria parcialmente dela. (...) O trabalho torna-se uma necessidade. (...) O trabalho substitui a necessidade como sinal de impotência, pela necessidade como capacidade de gôzo, como poder de realizar tal ou qual ato. O ser humano substitui assim, aquela sua unidade com a natureza – imediata e pouco diferenciada, enquanto ser natural, - por uma totalidade diferenciada. Sendo múltiplo, ele se arrisca a mutilar-se pela alienação.

Marx não foi o primeiro a utilizar o termo alienação, nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*: o termo alienação aparece na metafísica, na religião ou mesmo no estoicismo, assim como a desalienação (quando, por exemplo, no estoicismo se percebe a possibilidade de superação da alienação pela razão e pela libertação da ligação – emocional - com o outro etc.).

---

economistas políticos que adotam o ponto de vista do capital, e que descrevem o mundo em termos da característica de imposição de valores do sistema socioeconômico capitalista que, por sua vez, se supõe 'naturalmente' resultante da própria 'natureza humana egoísta'. Todavia, apesar de toda a poderosa influência das ideologias que postulam nestes termos a origem do capital e sua dominação contínua, nem o início, nem a forçosa persistência desse modo de controle sociometabólico podem se tornar inteligíveis com base numa necessidade natural arbitrariamente postulada e historicamente insuperável (...) A natureza humana é em si inerentemente histórica e por isso totalmente imprópria para o congelamento arbitrário da dinâmica do desenvolvimento socioeconômico real visando atender à conveniência do modo de reprodução sociometabólico do capital. A história, ainda que muitas vezes tendenciosamente ignorada, não merece o seu nome a não ser quando concebida como aberta tanto em direção ao passado como na direção do futuro".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

Entretanto, nenhuma abordagem levou em consideração aquilo que era essencial para a dialética marxiana: o homem faz-se, desenvolve-se dialeticamente através da relação humano-inumano no decorrer da história. Sob esse aspecto, Marx apresenta um sentido mais complexo e preciso às concepções anteriores acerca da alienação, saindo do labirinto metafísico e do labirinto moral, evidenciando o social e o histórico como princípios onto-epistemológicos para entendimento/superação da autoalienação.[8]

Nesse desenvolvimento – e tomando como ponto de partida a categoria trabalho – Marx irá reconhecer que no desenvolvimento histórico concreto do capitalismo há a degradação da humanidade do homem a partir de sua grande ideia sintetizadora: "a autoalienação do trabalho" como causa que está na raiz de todo um tecido de estranhamento e reificação, que tem como substrato e como corpo tantos os estranhamentos manifestos da vida cotidiana como as concepções alienadas da filosofia e da ciência. Assim, a superação do Estado[9] e a superação da filosofia e da ciência alienadas (Marx parte da defesa de uma "ciência humana" como expressão e como condição da superação da separação entre ciência e filosofia, teoria e prática) emergem como alvos de Marx para a caracterização da alienação assim como para a sua suplantação; contradição e suplantação como nexos categoriais constitutivos de *auphebung*.

Para Marx, somente na prática social (nos *Manuscritos* acentua o trabalho alienado como dimensão ontológica dessa prática sócio-histórica de humanização do homem) é que podemos alcançar um nexo aglutinador entre os dois principais conjuntos de questões apresentadas nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* – o "porquê" (diagnóstico) e o "como" (transcendência) da autoalienação, e é justamente nessa perspectiva que reside o caráter revolucionário do autor ao longo da trajetória do termo e conceito de alienação, assim como por todo um programa de pesquisa amparada na teoria da alienação como central na

[8] Em Marx, os termos *entäusserung* e *entfremdung* apresentam funções conceituais como alienação em português, fazendo alusão à alienação para expressar um princípio geral, um estado de coisas atual ou um processo que leva a tal estado de coisas atual, revelando, pois, exteriorização/reificação- *entäusserung* - ou o fato de o ser humano ser confrontado por um poder hostil produzido por ele mesmo – *entfremdung*, como se percebe em Marx (2004), Jappe (2014) e Mészáros (2016).

[9] Vimos nos capítulos anteriores que Gramsci, assim como outros autores da teoria crítica, apresentam a cisão entre sociedade civil e sociedade política como a contradição (alienação) política essencial da modernidade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

metafilosofia (que, por conseguinte, conjectura-se como o coração do materialismo histórico-dialético) e que terá manifestações e ressignificações em O Capital, por exemplo.[10]

Ao mesmo tempo, falar em prática social como fundamento do entendimento/superação da alienação pressupõe em vez de confundir prática social como um conjunto de ações as quais podem ser descritas empiricamente, buscar um entrelace onto-epistemológico entre filosofia e antropologia, ou melhor, entre antropologia e ontologia.

Sobre essas considerações, Mészáros (2016, p.47) aponta que

> a percepção profunda que Marx teve da verdadeira relação entre antropologia e ontologia reveste-se de suma importância. Com efeito, há uma só maneira de produzir uma teoria histórica oniabrangente e consistente em todos os seus aspectos, a saber, situando positivamente antropologia dentro de um quadro de referência ontológico geral adequado. Contudo, se a ontologia for subsumida na antropologia (...) princípios antropológicos apreendidos de modo unilateral que deveriam ser explicados historicamente tornam-se axiomas autônomos do sistema em questão e solapam sua historicidade. (...) É particularmente importante ressaltar aqui que não há como apreender o fator antropológico específico ("humanidade") em sua historicidade dialética, a menos que seja concebido com base na totalidade ontológica historicamente em desenvolvimento ("natureza") à qual ele, em última instância, pertence. A falha na identificação da adequada relação dialética entre totalidade ontológica e especificidade antropológica traz consigo contradições insolúveis. Em primeiro lugar, ela leva a postular alguma "essência humana" fixa enquanto "dado original" do filósofo e, consequentemente, em última instância, à liquidação de toda historicidade (...) O "princípio antropológico", por conseguinte, deve ser posto no lugar que lhe é próprio, dentro do quadro de referência geral de uma ontologia histórica abrangente. Em termos mais precisos, qualquer princípio desse tipo deve ser transcendido na direção de uma ontologia social dialética complexa (...) De modo similar, nada será compreendido sobre a alienante "natureza do capital" em termos dos postulados fictícios de uma 'natureza humana egoísta' tão cara aos economistas políticos (...) torna-se possível visualizar a transcendência (auphebung) da alienação, desde que essa questão seja formulada como uma transformação ontológica radical da estrutura social como um todo (...) somente se e na medida em que algumas condições básicas de uma transcendência ontológica forem satisfeitas – isto é, desde que haja uma ruptura efetiva na continuidade ontológica objetiva do capital no mais amplo sentido marxiano – podemos falar de uma fase qualitativamente nova de desenvolvimento: o início da "verdadeira história do gênero humano.

[10] Apesar de não ser foco do presente trabalho a análise das continuidades e rupturas no sistema marxiano, cabe ressaltar que já em 1843, em "Sobre a questão judaica" e em "Crítica da filosofia do direito de Hegel", Marx irá questionar a universalidade abstrata de um pseudo-humanismo – alusão não acidental à pseudo-concreticidade de Kosik (1969) – amparado no "deve" – preceito moral e postulado – e não no "é" / "está", mais associado ao materialismo histórico-dialético, e certamente tal acepção é basilar de suas reflexões sobre a transcendência positiva da autoalienação, perceptível tanto nos Manuscritos quanto no decorrer de sua obra.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

Nesse sentido, não cabe no sistema marxiano - no que concerne à teoria da alienação - apresentar o entendimento e a superação da alienação como elemento pontual de ações humanistas empiricamente observáveis, porém desprovidas de acepção ontológicas, tampouco apresentar prerrogativas morais (como pode ser percebida na moral judaica ou mesmo no humanismo moralista de Rousseau – mas também em filósofos medievais como Santo Agostinho), mas, sim, identificar o possível do ser – na constituição do ser genérico – ao longo da trajetória concreta no processo de superação da autoalienação do trabalho, através de uma possível "reintegração da vida humana no mundo real, por meio de uma transcendência positiva, em lugar da auphebung *(hegeliana)* meramente conceitual da alienação (MÉSZÁROS, 2016, p. 78).

A (des)alienação, pois, passa a ser vista como instaurada, no vivido, a partir de mediações as quais não são ontologicamente ou essencialmente ligadas ao ser humano – como, por exemplo, a divisão do trabalho, a troca e a propriedade privada – engendrando produtos do homem os quais subtraem a humanidade do homem, fazendo com que a produção humana crie abstrações concretas as quais são opressoras do autêntico concreto: o ser genérico, o humano, em sentido amplo.

> Atividade, divisão do trabalho, troca e propriedade privada constituem conceitos-chave dessa abordagem da problemática da alienação. O ideal de uma transcendência positiva da alienação é formulado como suplantação sócio-histórica necessária das mediações: propriedade – troca – divisão do trabalho, que se interpõem entre o ser humano e sua atividade e o impedem de encontrar satisfação no seu trabalho, no exercício de suas capacidades produtivas (criativas) e na apropriação humana dos produtos de sua atividade (MÉSZÁROS, 2016, p. 78).

A crítica marxiana da alienação e os horizontes de sua suplantação, mediante o nexo abordado anteriormente entre ontologia e antropologia na constituição de uma verdadeira "ciência humana" (MARX, 2004) perpassam, assim, pela rejeição das mediações. Não de toda mediação, mas das mediações de segunda ordem, uma "mediação da mediação", concreta pois historicamente específica e oriunda da automediação ontologicamente fundamental do ser humano com a natureza, da mediação de primeira ordem.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

Somente nos Manuscritos econômico-filosóficos que Marx indicará que a noção de *produção* é central para pensar as mediações. Aspecto ontológico fundamental é o fato de o ser humano precisar produzir a fim de satisfazer as suas necessidades, evidenciando a relação ser humano e natureza a partir da atividade produtiva vista como mediadora da relação sujeito-objeto. Ratificando tal ideia, Postone (2014, p. 255) afirma que "a teoria da prática de Marx é a teoria da constituição e possível transformação das formas de mediações sociais", indicando, como já mencionado, as noções de produção e de trabalho alienado como centrais na transformação da totalidade concreta. Nesse sentido, "a 'totalidade social' existe por e nessas mediações multiformes". (MÉSZÁROS, 2013, p. 58).

A crítica estabelecida nos *Manuscritos* é que o ser humano se apropria de forma estranhada de seus produtos; o ser humano se encontra, no desenvolvimento do capital, numa encruzilhada que é a atividade produtiva vista como atividade alienada, já que essa não proporciona uma mediação humanamente não estranhada entre a relação sujeito-objeto. Em outras palavras, o ser humano se encontra reificado nesse processo, uma vez que o seu encontro com o seu ser genérico – aquele que poderia existir somente sem a institucionalização capitalista de todo um sistema de mediações de segunda ordem – se encontra negado, uma vez que o próprio homem se torna objeto apropriado pelo capital em seu processo de reprodução.

> E é por isso que a economia política não é capaz de chegar às raízes da questão. Ela concebe uma forma particular de atividade (divisão capitalista do trabalho) como a forma universal e absoluta da atividade produtiva. Consequentemente, no raciocínio dos economistas políticos, o ponto de referência último não pode ser a *atividade mesma*, tendo em vista o fato de que a forma particular da atividade – prática socioeconômica historicamente estabelecida do capitalismo – é absolutizada por eles (MÉSZÁROS, 2016, p. 86).

Em sua crítica, Marx mostra que a economia política não assume a atividade produtiva como condição absoluta da existência humana justamente porque tal ponto de referência – o possível visto como possibilidades de transcendência positiva da autoalienação do trabalho – impossibilitaria a absolutização de uma forma específica, particular, de atividade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

Mais do que um jogo de palavras, a inversão do universal e do particular realiza uma operação onto-epistemológica positivista para os economistas políticos que permitem a eles naturalizarem toda sorte de mediações de segunda ordem do capital; a propriedade privada, a troca capitalista e o trabalho alienado não aparecem como pseudoconcreticidades ou mesmo como manifestações concretas de um mundo (ainda) não apropriado plenamente pelo homem (total) – em seu encontro com a sua genericidade – mas sim como realidades naturais e absolutas concretamente percebidas na realidade. [11]

Em um sentido amplo, Marx traça a linha de demarcação conceitual entre trabalho enquanto "manifestação da vida" e trabalho enquanto "alienação da vida" (MARX, 2004). Distinguindo uma mediação adequada do ser humano com o ser humano – a partir de uma atividade motivada por uma necessidade interior à sua constituição como ser e em uma autoapropriação da atividade produtiva – de uma mediação alienada – na alienação da própria atividade de mediação, em uma desumanização do homem, sendo ele reificado no processo de imposição de regras e da apropriação de sua atividade pelo capital (um mediador estranho), Marx irá fundar nos Manuscritos a base para toda constituição da crítica do trabalho alienado – e de toda sorte de mediações de segunda ordem – no desenvolvimento da teoria crítica e da filosofia da práxis no século XX.

Sintetizando a segunda ordem de mediações do sistema do capital, Mészáros (2002) apontará a existência de um círculo vicioso a partir da interação entre os componentes abaixo, referindo-se ao modo como é estabelecido o controle sociometabólico do capital, enfatizando que os adversários da ordem estabelecida da reprodução sociometabólica têm de enfrentar e superar não somente a apropriação do trabalho, mas também a força destrutiva das mediações de segunda ordem, intimamente ligada à categoria citada:

[11] Em interessante análise sobre essa questão e de forma sarcástica, Mészáros (2002, p.182) em "Para além do capital" afirma que "a idealização das relações capitalistas de troca tornou-se regra pouco depois de Diderot e outras grandes personalidades do Iluminismo formularem suas teorias. Essa idealização surgiu no horizonte em consequência da disseminação e consolidação do sistema dos 'moinhos satânicos', trazendo consigo a aceitação pelos economistas políticos burgueses de que a alienação e a desumanização eram o preço 'que valia a pena ser pago' em troca do avanço capitalista, não importa o quanto fossem miseráveis as chances de vida do trabalhador diarista de Diderot. Ainda mais tarde, até mesmo a memória do outrora sincero dilema de se ter de optar pela produção de riqueza capitalista, com toda a sua miséria e sua desumanização, desapareceu inteiramente da consciência dos ideólogos do sistema do capital".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

> A família nuclear, articulada como microcosmo da sociedade que, além do papel de reproduzir a espécie, participa de todas as relações reprodutivas do macrocosmo social, inclusive da necessária mediação das leis do Estado para todos os indivíduos e, dessa forma, vital também para a reprodução do próprio Estado; os meios alienados de produção e suas personificações, pelos quais o capital adquire rigorosa vontade férrea e consciência inflexível para impor rigidamente a todos submissão às desumanizadoras exigências objetivas da ordem sociometabólica existente; o dinheiro, com suas inúmeras formas enganadoras e cada vez mais dominantes ao longo do desenvolvimento histórico (...); os objetivos fetichistas da produção, submetendo de alguma forma a satisfação das necessidades humanas (e a atribuição conveniente dos valores de uso) aos cegos imperativos da expansão e acumulação do capital; (...)as variedades de formação do Estado do capital no cenário global, onde se enfrentam (às vezes com os meios mais violentos, levando a humanidade à beira da autodestruição) como Estados nacionais autônomos; o incontrolável mercado mundial, em cuja estrutura, protegidos por seus respectivos Estados nacionais no grau permitido pelas relações de poder prevalecentes, os participantes devem se adaptar às precárias condições de coexistência econômica e ao mesmo tempo esforçar-se por obter para si as maiores vantagens possíveis, eliminando os rivais e propagando assim as sementes de conflitos cada vez mais destruidores. (MÉSZÁROS, 2002, p. 180).

Ainda para o autor, em alusão à importância do entendimento das mediações no sistema de reprodução e controle sociometabólico do capital,

> essa é uma questão não só extremamente complicada, pois os aspectos históricos do modo de controle sociometabólico do capital estão inextricavelmente entrelaçados, em sua dimensão trans-histórica, criando a ilusão de que o capital paira acima da história. É também de maior importância prática – e vital para a sobrevivência humana. Evidentemente, é impossível adquirir controle sobre as determinações alienantes, desumanizantes e destrutivas do capital (que demonstrou ser incontrolável ao longo de toda a história), sem a compreensão de sua natureza. (MÉSZÁROS, 2002, p. 184).

Desvencilhando-se de quaisquer aspectos onto-epistemológicos positivistas, faz-se, pois, alusão à mediação como objeto de problematização voltado à práxis. “O debate sobre as mediações passa (*dialeticamente*) do nível epistemológico (positivista) para o nível “ético-político” (CIAVATA, 2014, p. 212, Grifo nosso).

Para Marx, qualquer tentativa de suplantação da alienação através do fim das mediações de segunda ordem deve estar em relação ao referencial da automediação ontologicamente fundamental da existência humana – mediação de primeira ordem – como contraposição à forma alienada. Daí surge o pressuposto (ético-político e onto-epistemológico, indissociavelmente) da negação dialética de toda verdadeira teoria crítica. Daí emerge o nexo aglutinador entre totalidade

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

concreta em movimento e (im)possibilidades de encontro do homem com seu ser genérico.

> Uma negação adequada da alienação é, por conseguinte, inseparável da negação radical das mediações capitalistas de segunda ordem. Contudo, se elas forem tidas como certas – tal qual, por exemplo, nos escritos dos economistas políticos, bem como nos de Hegel (e até na concepção rousseauniana como um todo) -, a crítica das várias manifestações da alienação estará fadada a permanecer parcial, ilusória, ou ambas. (...) A grande conquista histórica de Marx foi cortar o "nó górdio" representado por esses conjuntos mistificadoramente complexos de mediações, ao afirmar a validade absoluta da mediação de primeira ordem ontologicamente fundamental. (MÉSZÁROS, 2002, p. 184).

Nesse sentido emerge o *possível*, como horizonte ontológico para qualquer epistemologia política e como "transcendência positiva da autoalienação" (MARX, 2004) mediante a práxis vista como *apropriação*, apropriação a partir de uma relação dialética entre o particular e o universal[12], o individual e o coletivo na (des)alienação, assim como a negação dialética das mediações de segunda ordem na atividade autoconsciente emancipatória e desalienadora. Como salienta Marx (2007, p.73),

> chegou-se a tal ponto, portanto, que os indivíduos devem apropriar-se da totalidade existente de forças produtivas, não apenas para chegar à auto-atividade, nas simplesmente para assegurar a sua existência. Essa apropriação está primeiramente condicionada pelo objeto a ser apropriado – as forças produtivas desenvolvidas até formar uma totalidade e que existem apenas no interior de um intercâmbio universal. Sob essa perspectiva, portanto, tal apropriação tem de ter um caráter correspondente às forças produtivas desenvolvidas até formar uma totalidade e que existem apenas no interior de um intercâmbio universal. Sob essa perspectiva, portanto, tal apropriação tem de ter um caráter correspondente às forças produtivas e ao intercâmbio. A apropriação dessas forças não é em si mesma nada mais do que o desenvolvimento das capacidades individuais correspondentes aos instrumentos materiais de produção. A apropriação de uma totalidade de instrumentos de produção é, precisamente por isso, o desenvolvimento de uma totalidade de capacidades nos próprios indivíduos. Essa apropriação é, além disso, condicionada pelos indivíduos que apropriam. Somente os proletários atuais, inteiramente excluídos de toda auto-atividade, estão em condições de impor sua auto-atividade plena, não mais limitada, que consiste na apropriação de uma totalidade de forças produtivas e no decorrente desenvolvimento de uma totalidade de capacidades. Todas as apropriações

[12] Percebe-se tal relação nos Grundrisse, a partir de uma alusão indireta à superação das mediações mediante o desenvolvimento das aptidões humanas e das individualidades em uma organização totalmente nova – e radical – da propriedade a partir do "intercâmbio universal dos homens". Apesar do termo apropriação, no presente trabalho, referir-se a uma abordagem mais ampla e diversa, salientamos aqui que Marx realiza uma relação direta entre apropriação, negação das mediações de segunda ordem e desenvolvimento da totalidade de capacidades humanas mediante o horizonte das mediações de primeira ordem com a realização da filosofia no processo de superação da alienação e com a integração da filosofia à vida cotidiana como práxis revolucionária.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

> revolucionárias anteriores foram limitadas; os indivíduos, cuja auto-atividade estava limitada por um instrumento de produção e por um intercâmbio limitados, apropriavam-se desse instrumento de produção limitado e chegavam, com isso, apenas a uma nova limitação. Seu instrumento de produção tornava-se sua propriedade, mas eles mesmos permaneciam subsumidos à divisão do trabalho e ao seu próprio instrumento de produção (...) O moderno intercâmbio universal não pode ser subsumido aos indivíduos senão na condição de ser subsumido a todos.

Conjecturando-se como um círculo vicioso do qual aparentemente não há fuga, as mediações de segunda ordem se interpõem como destrutivas da mediação primária (MÉSZÁROS, 2002).

Em seu desenvolvimento histórico, o homem está alienado da natureza e ao mesmo tempo de si mesmo, de sua própria atividade, e da possibilidade de apropriação não alienada do seu produto e de si mesmo.

A relação entre o homem e o seu produto, na constituição do homem com o seu mundo exterior sensível, assim como a relação do homem no ato da produção, em suas relações sociais de produção, constituem-se nexos centrais daquilo que Postone (2014) apresenta como abstrações – em especial em suas análises sobre tempo abstrato[13]:

> Tal como o trabalho é transformado da ação de indivíduos em princípio geral alienado da totalidade a qual estes estão submetidos, o dispêndio de tempo é transformado de um resultado da atividade em uma medida normativa para a atividade. Esse processo, por meio do qual uma variável abstrata e independente que rege essa atividade, é real e não ilusório. Ele é intrínseco ao processo de constituição da sociedade alienada efetuado pelo trabalho. Sugeri que essa forma de alienação temporal envolve uma transformação da natureza do tempo em si. Não apenas o tempo de trabalho socialmente necessário é constituído como uma norma temporal "objetiva", que exerce uma obrigatoriedade externa sobre os produtores, mas o próprio tempo foi constituído como absoluto e abstrato. (POSTONE, 2014, p.248, 249).

Ou mesmo o que Lefebvre (1991a) apresenta como abstrações concretas – em especial em sua abordagem a qual enfatiza a dimensão espacial da reprodução das relações sociais de produção, a qual veremos adiante - na dialética entre

[13] "O progresso do tempo abstrato como forma dominante de tempo está estreitamente ligado ao 'progresso' do capitalismo como forma de vida; ele se tornou crescentemente predominante à medida que a forma-mercadoria se tornava a forma dominante de estruturação da vida social (...) A forma abstrata de tempo associada à nova estrutura das relações sociais também expressava uma nova forma de domínio. O novo tempo proclamado pelas torres de relógio – frequentemente erigidas em frente aos campanários das igrejas – era o tempo associado a uma nova ordem social(...) A tirania do tempo na sociedade capitalista é uma dimensão central da análise das categorias marxianas. (POSTONE, 2014, p.247, 248).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

espaço abstrato e espaço social -, assim como da alienação e de todo um conjunto de mediações de segunda ordem.

4.2. A Metafilosofia de Henri Lefebvre e a Teoria da Alienação

Deslocando o olhar da esfera da produção *strictu sensu* para o entendimento da alienação em sua totalidade, em uma perspectiva dialética da alienação, Henri Lefebvre busca analisar a relação entre mediações e totalidade a partir da reprodução das relações sociais de produção em sua conexão com uma noção mais ampla de produção do homem no capitalismo, mediante a produção (social) do espaço (social). Partindo da concepção de que, diferentemente de outros filósofos - Espinosa, por exemplo -, Lefebvre não sistematiza, não fecha seu nexo categorial em um sistema coeso e fechado, com escólios e elucubrações finalizadas em um único momento de sua obra. Como dialético não dogmático e não estruturalista, Lefebvre apresenta – assim como Walter Benjamin, Gramsci e outros – o possível como orientação do entendimento do real; a filosofia da práxis (vista por Lefebvre como metafilosofia) como sua lupa.

Portanto, na trajetória do autor em Lefebvre (1955, 1967, 1968, 1977a, 1977b, 1979, 1989, 1991a, 1991b, 1999, 2001, 2002, 2006, 2008, 2009) podemos perceber elementos centrais na constituição não de um sistema fechado acerca da alienação, mas de um conjunto de argumentos, conceitos e noções não fragmentadas, pois amparadas, segundo esta tese, em um nexo epistemológico aglutinador o qual erigirá as abordagens dos Manuscritos econômico-filosóficos em um novo e atual patamar, em uma jogo de constante atualização amparado no movimento da totalidade concreta: o conceito de reprodução das relações sociais de produção.

O conceito de reprodução das relações sociais de produção foi construído por Lefebvre como um instrumento intelectual para análise crítica do real o qual possui alcance global e sintético, para o estudo da sociedade capitalista em sua totalidade. Engloba o sentido delineado por Marx de produção e o ultrapassa dialeticamente, atualizando-o.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

> A questão das relações de produção e da sua reprodução não coincide com a da reprodução, segundo Marx, dos meios de produção, nem com a da reprodução ampliada. Está fora de dúvida que, para Marx, a reprodução dos meios de produção e a continuidade da produção material vão a par com a reprodução das relações sociais. São aspectos inseparáveis de um processo que comporta simultaneamente movimentos cíclicos e lineares, a saber, nexos de causas e efeitos, mas também resultados que geram de novo as suas condições e razões. (LEFEBVRE, 1973, p. 8).

Nesse sentido, Lefebvre utiliza o termo re-produção como forma de enfatizar que se trata tanto da reprodução no sentido de um processo repetitivo, quanto da criação de novas relações, a partir do movimento contraditório do real.

> Este é um outro ponto, igualmente central, e uma problemática que não exclui a precedente, mas que não se compatibiliza com ela. Quem diz *produção*, diz também *reprodução*. Isso tem vários níveis e aspectos: *o biológico e demográfico* (reprodução da condição essencial do trabalho: os trabalhadores) – *tecnologia* (reprodução dos meios de produção, ferramentas e máquinas, saber e técnicas, organização do trabalho) – *econômico* (reprodução dos objetos da troca, das relações da troca) – e enfim *sócio-política* (reprodução ou não das relações sociais de produção, portanto, de propriedade). Se aceitarmos essa análise, é evidente que os conflitos no interior da produção entre a mudança das relações (sociais de produção) e a reprodução são inevitáveis. As mudanças só podem se completar através da reprodução; isso pode se confirmar na reprodução do Mesmo ("do similar ao mesmo", diz a linguagem corrente), nas relações existentes, o"real". Ou, inversamente, *produzir* (inventar ou criar) novas relações. Dito de outro modo, o diferente sai (nasce) do idêntico; e o devir passa pelo (através do) repetitivo. Paradoxo? Sim: dialético. O que acontece ou não, o que advém ou não, depende de uma conjuntura, que tem sucesso ou fracassa em romper a estrutura. No conjuntural, há uma sorte de acasos e uma parte de decisões (de inteligência, iniciativas individuais, conhecimento ou desconhecimento). Portanto, uma parte de imprevisto: desafios e probabilidades. Portanto, bifurcações, retrocessos (possíveis) e ainda catástrofes eventuais, segundo a teoria do devir por metamorfoses. (LEFEBVRE, 2016, p.3).

Destarte, Lefebvre desloca o olhar da reprodução dos meios de produção para um *locus* muito mais amplo e complexo, a re-produção das relações de produção a partir da produção do espaço, numa contraposição clara com as interpretações estruturalistas que até então colocavam acento no modo de produção e não nas relações de produção.

Em *Espaço e Política*, em torno de um ano antes de ser publicado *A re-produção das Relações de Produção* (LEFEBVRE, 1973), Lefebvre (2008, p. 47) já assinalara, em objeção (dialética) à terceira hipótese (demonstrada no capítulo anterior) - a qual apresenta o espaço como um instrumento político intencionalmente manipulado, assim como a veiculação entre representação do

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

espaço e sua instrumentalização abstrata-concreta, vinculado à reprodução da força de trabalho no contexto de uma sociedade burocrática de consumo dirigido no quadro da organização da sociedade neocapitalista – que

> essa vinculação à produção, do espaço em geral e do espaço urbano em particular, abrange somente a produção dos meios de produção, dos quais faz parte a força de trabalho. Ora, essa hipótese convém ao capitalismo do século XIX, ao capitalismo concorrencial, cujo problema principal era re-produzir materialmente seus meios de produção (máquinas e força de trabalho) e permitir o consumo dos produtos, ou seja, a compra do mercado. Sistema contratual (o contrato de trabalho), sistema jurídico (o código civil e o código penal) quase bastavam para assegurar, com a venda da força de trabalho, essa re-produção dos meios de produção. É claro que nessas condições o espaço era, então, simplesmente funcional e instrumental. A cidade tradicional tinha, entre outras, essa função de consumo, complementar à produção. Mas a situação mudou: o modo de produção capitalista deve se defender num *front* muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a *re-produção das relações de produção*. Essa re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro.

Em outras palavras, parte-se do pressuposto de que o que aglutina as categorias de alienação e produção do espaço em Lefebvre é essa nova chave analítica delineada em sua obra.

Nesse sentido, cabe a análise de uma genealogia dessa percepção, a qual pode ser tomada como princípio virtual "norteador" da obra de Lefebvre, assim como os *Manuscritos de 1844* foram para Marx, por exemplo.

Originalmente publicado em 1940, na França, "O materialismo dialético" (LEFEBVRE, 2009) – descrito pelo próprio Lefebvre no prefácio à sua quinta edição francesa, em 1961 – é fruto de um momento histórico o qual conjectura-se como luta dentro da corrente marxista de pensamento e fora dela (diante da perseguição do período stalinista aos dialéticos, no sentido de simplificar o marxismo e esvaziar o seu verdadeiro sentido dialético).

Nesse livro, Lefebvre propõe um retorno à dialética, um retorno à Marx, em especial aos escritos de sua juventude intitulado *Manuscritos econômico-filosóficos*, visando superar a perspectiva mecanicista, estruturalista e determinista da dialética. Mas não somente estabelece uma crítica metodológica, ele apresenta como elemento onto-epistemológico de Marx – e por conseguinte de seu projeto –

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

a práxis como central (posteriormente resgatada com maior ênfase epistemológica em *Metafilosofia*).

Colocando a atividade prática na base do conhecimento como relação sujeito-objeto (como apresentado nos *Manuscritos*), Lefebvre não vai resgatar Marx apenas para a construção de uma nova forma de abordar a dialética ou mesmo fortalecer seus argumentos em sua luta "interna e externa" (no contexto no qual escreve seu livro), mas, principalmente, a partir do resgate da concepção de Marx de que a consciência é produto social, resultado da atividade humana[14], mediada pela autoalienação do trabalho visto como atividade autoalienada. Ele irá erigir a teoria da alienação de Marx em um novo patamar; resgate e atualização da noção de produção em Marx a partir da re-produção das relações sociais de produção.

> The relation between a being and its 'other' is thus given in Nature and experienced 'existentially' by natural man as externality and dependence. Since he has other beings for his object, this man is an object for other beings. He is at once *a subject and an object* which are opposed yet inseparable: a material subject, objectivily given in his organismo and elementar biological consciousness, and thus containing a relation with other beings who are, for him, the objects of his desire, but, in themselves, subjects; a material object for these other beings. The fact that he is thus an object exposes natural man to the designs and aggressions of other living beings. However, a being who was not objective would be an absurdity (na *Unding*, says the *Manuscript of 1844*). He would be alone, in an unbearable metaphysical solitude. (LEFEBVRE, 2009, p. 104).[15]

Percebendo a realidade como objetiva, na interação sujeito e objeto, o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

[14] "'Inasmuch as he is a natural being, man is given', says the *Manuscript of 1844*. At the starting-point of his 'production' therefore we find biological and material Nature, with all its mystery and tragedy. Transformed yet presente, this Nature will constantly be appearing in the contente of human life. (...) Our biological energies cannot be determined only by the past of the species, but also by the future they contain within them. To start with, Mas was a biological possibility, although this possibility was able to be actulized only after a long struggle, in which Man has increasingly assumed responsability for his own Being. His activity becomes power and will; painfullym he acquires counciousness. Inasmuch as he is knowledge and existence in the flesh, he becomes the living Idea of Nature". (LEFEBVRE, 2009, p.102-103).

[15] "A relação entre um ser e seu 'outro' é assim dada na Natureza e experimentada 'existencialmente' pelo homem natural como externalidade e dependência. Uma vez que ele tem outros seres para seu objeto, este homem é um objeto para outros seres. Ele é ao mesmo tempo um sujeito e um objeto que são opostos, mas inseparáveis: um sujeito material, dado objetivamente em seu organismo e consciência biológica elementar, e assim contém uma relação com outros seres que são, para ele, os objetos de seu desejo, porém, em si mesmos, sujeitos; um objeto material para esses outros seres. O fato de ele ser um objeto expõe o homem natural aos desígnios e agressões de outros seres vivos. No entanto, um ser que não fosse objetivo seria um absurdo (na *Unding*, diz o *Manuscrito de 1844*). Ele estaria sozinho, em uma solidão metafísica insuportável. (LEFEBVRE, 2009, p. 104)".

homem produz a realidade ao mesmo tempo em que produz a si mesmo.[16]

> O homem é imediatamente ser natural. Como ser natural, e como ser natural vivo, está, por um lado, munido de forças naturais, de forças vitais, é um ser natural ativo; estas forças existem nele como possibilidades e, como pulsões; por outro, enquanto ser natural, corpóreo, sensível, objetivo, ele é um ser que sofre, dependente e limitado, assim como o animal e a planta, isto é, os objetos de suas pulsões existem fora dele, como objetos independentes dele. Mas esses objetos são objetos de seu carecimento objetos essenciais, indispensáveis para a atuação e confirmação de suas próprias forças essenciais. É idêntico: ser objetivo, natural, sensível e ao mesmo tempo ter fora de si objeto, natureza, sentido, ou ser objeto mesmo, natureza, sentido para um terceiro. (...). Um ser que não tenha sua natureza fora de si não é nenhum ser natural, não toma parte na essência da natureza. Um ser que não tenha nenhum objeto fora de si não é nenhum ser objetivo. Um ser que não seja ele mesmo objeto para um terceiro ser não tem nenhum ser para seu objeto, isto é, não se comporta objetivamente, seu ser não é nenhum [ser] objetivo. Um ser não-objetivo é um não-ser (Marx, 2004, p. 127).

Qualquer isolamento metafísico para o trato do ser da espécie ou mesmo da natureza no sistema sociometabólico do capital esboçado nos Manuscritos seria um absurdo, pois não consideraria o fato de o homem ser ao mesmo tempo natural e social, em um processo incessante de sua reprodução biológica, mas também cultural e social. E é justamente o que autoriza Lefebvre, indica que o "homem não é somente parte da natureza, ele é sobretudo humano" (LEFEBVRE, 2009, p.105), assim como aponta que o homem se desenvolve em uma tensão entre o ser social e o ser natural, justamente porque ele é ao mesmo tempo sujeito e objeto, já que parte da totalidade da natureza em transformação.

> Man, a being of Nature, turns and fights against Nature. For him, Nature is the primal source, the mother; yet it is nothing more than the given substance on which he acts. Inasmuch as it is external Nature is even his death and his tomb. This other "existencial" experience, to use a modern term, is equally fundamental. Human objects are no longer natural objects. Specifically human fellings, such as manifest themselves objectively, are no longer the natural, human objectivity, brute desire or immediate sensibility. *Nature ceases to be*

[16] Em "Social determinism", Lefebvre (2009, p. 134) argumenta que "the reality of a social object is comparable to that of material objetcs: a social object is a product of activity, abstract from one point of view, real and concrete from another, on which we are able to act for the very reason that it is objective and resistant but not a reality given to us in its natural state. A typical social object – the market – still exercises today a power over human beings exactly like that of the realities of the uncontrolled sector of Nature. Within it are concealed the known and the unknown, appearence and reality. It may give rise to the application of a force or a specific method of action, which fashions it. More generally, material objects intervene in human society: they are 'goods'. They are a stimulus to social activity, to human needs and relations, but they also impose certain determinations on this activity. (...) Objetct therefore determine the socio-economic Becoming and the social activity, inasmuch as they are material objects in the first place and later, properly speaking, social objects, such as commodities as a whole or the market".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

present immediately and adequately to man. (LEFEBVRE, 2009, p.105).[17]

Ontologicamente, o homem nasce, faz-se, mediante o trabalho – e é justamente esse ponto central dos Manuscritos que Lefebvre resgatará como ponto de partida para pensar a produção e a re-produção das relações sociais de produção, assim como a alienação. Ao mesmo tempo em que o homem reconstrói-se como ser na natureza, reconstrói-se contra a natureza, tanto natural quanto sua própria natureza, e, assim, engue-se acima da natureza e a coloca sob seu controle. Ergue-se contra sua própria natureza e autoaliena-se.

O processo de objetivação de si do ser humano no mundo e de construção de (im)possibilidades de apropriação desse mundo de forma plena pelo ser humano é um processo passivo e ativo, resultado e produto da perda de seu objeto, de seu produto, assim como de si. Afirmar a alienação não é negar o caráter objetivo da produção humana mediada pela atividade, mas sim demonstrar a inversão real entre sujeito e objeto; reificação.

A atividade autoalienante, a partir da produção da historicidade do homem em sua relação com a natureza mediada pelo trabalho, pois, se coloca como um objeto: atinge a si mesma, torna-se consciente de si mesma e age sobre si mesma através do objeto. Isso acaba com a oposição entre sujeito e objeto delineada pela metafísica ou pela perspectiva idealista, se construindo, nessa objetividade que é superior e mais complexa à objetividade natural, tanto uma nova forma de pensar a re-produção de sua existência – assim como a objetividade de sua autoalienação - como uma nova forma de olhar para si como reificado e as possibilidades de transcendência positiva da autoalienação tomada mediante o possível que é o *homem total* para Lefebvre; práxis.

Em qualquer produto, "os aspectos subjetivos e objetivos, a atividade e o objeto, estão intimamente ligados. Cada produto é, portanto, voltado em uma direção para a Natureza, e em outro para o homem" (LEFEBVRE, 2009, p. 107).

[17] "O homem, um ser da natureza, se vira e luta contra a Natureza. Para ele, a natureza é a fonte primária, a mãe; no entanto, nada mais é do que a substância em que ele atua. Na medida em que é externa, a natureza é ainda sua morte e seu túmulo. Essa outra experiência "existencial", para usar um termo moderno, é igualmente fundamental. Objetos humanos não são mais objetos naturais. Especificamente os sentimentos humanos, que se manifestam objetivamente, não são mais naturais, objetivamente humanos, o desejo bruto ou a sensibilidade imediata. A natureza deixa de estar presente imediata e adequadamente ao homem" (LEFEBVRE., 2009, p.105).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

A dialética objetividade-subjetividade da produção da realidade do homem está relacionada à ideia de que todo produto é ao mesmo tempo concreto e abstrato, pois no processo de atividade, as transformações dos objetos não se encontram isoladas, tampouco os objetos estão isolados em si, mas fazem parte de um conjunto de relações as quais não são determinadas somente pelas suas características naturais intrínsecas - ou mesmo determinadas somente pelas as ações pontuais de reconstrução disto ou daquilo – mas fazem parte de um conjunto de relações sociais re-produzidas.

Os produtos da atividade do homem inserem-se na linguagem, no discurso, nos planos etc. Ao mesmo tempo, continuam fazendo parte de uma natureza já transformada e ressignificada, assim como estabelecem uma relação intrínseca com a atividade humana, já ressignificada e transformada por mediações criadas por ele.

Mediante a ação do homem – com suas mediações criadas e seu sistema de técnicas as quais mediam a sua relação com a natureza– sua consciência é formada. Consciência fragmentada, estranhada e dissociada da compreensão e, principalmente, da verdadeira *apropriação* objetiva e subjetiva de seus produtos; estranhamento.

Em outras palavras, dialogando com os *Manuscritos*, percebe-se que o produto do homem torna-se estranhado a ele e ao mesmo tempo o homem se estranha como parte do processo de transformação da natureza e de si mesmo. Resultado da "exteriorização objetiva do ser humano", seu produto existe fora dele, e "estranho a ele, tornando-se uma potência autônoma diante dele, e a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha". (MARX, 2004, p. 81).

> É a relação do trabalhador com sua própria atividade como uma atividade estranha não pertencente a ele, a atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração. A energia espiritual e física própria do trabalhador – pois o que é vida senão atividade – como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele (Marx, 2004, p. 83).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

Seus produtos lhe foram subtraídos, assim como sua humanidade.

O "humanismo materialista" de Lefebvre em *Materialismo dialético* irá beber da teoria da alienação de Marx para encontrar um horizonte o qual norteia a utopia Lefebvriana em suas obras seguintes, baseada na inscrição da teoria da alienação na filosofia da práxis (posteriormente vista como metafilosofia).

Como salienta Stefan Kipfer no prefácio da edição de *O materialismo dialético* (LEFEBVRE, 2009, p. 22),

> Lefebvre's encompassing notion of praxis represents the starting point for the final, the third component of the book, "The Production of Man". There, the furnishes a materialist formulation of humanism tha borrows liberally form Marx's own views in the *1844 Manuscripts*. Accordingly, "Man", while a natural and biological being at heart, creates "his own nature by acting on Nature." Key in this process of producing man is the activity of human labor, which in its various incarnations articulates both physical and spiritual, objetive and subjective dimensions of existence. Human labor forms the basis for conciousness, which, as an "activity of integration", is not a mechanical reflection of material forces but becomes an integral part of production and the human-nature metabolism itself. Placing conciousness with the very dynamics of human labor, Lefebvre is careful to distinguish broad from narrow notions of "production". He warns that "the activity of production and social labour must not be understood in terms of the non-specialized labour of the manual worker" only. To do so would be to miss creative, or "poetic", aspects of production and accept a historically specific, productivist notion of production as a transhistorical given. Lefebvre's notion of produced humanity is thus not to be confused with *homo faber*, that creature of inhuman conditions which reduce human capacities to "purely utilitarian", instrumental activities. (...) Lefebvre's "materialista humanism" ushers in a vision of "total man". To speak with Marx's *Manuscripts*, total man has fully appropriated his multiple potentials and variegated capacities. As "de-alienated man", total man is worlds apart from the actually existing "economic man" or *homo faber*. [18]

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

[18] "A noção abrangente de praxis de Lefebvre representa o ponto de partida para o final, o terceiro componente do livro, '*A Produção do Homem*'. Lá, ele fornece uma formulação materialista do humanismo que empresta liberalmente as próprias visões de Marx nos *Manuscritos de 1844*. Consequentemente, o 'homem', enquanto um ser natural e biológico de coração, cria 'sua própria natureza agindo sobre a natureza'. A chave desse processo de produção do homem é a atividade do trabalho humano, que em suas várias encarnações articula física e espiritualmente, dimensões objetivas e subjetivas da existência. O trabalho humano forma a base da consciência, que, como uma 'atividade de integração', não é um reflexo mecânico das forças materiais, mas se torna parte integrante da produção e do próprio metabolismo da natureza humana. Pondo a consciência junto com a própria dinâmica do trabalho humano, Lefebvre tem o cuidado de distinguir noções amplas e estreitas de "produção". Ele alerta que 'a atividade de produção e trabalho social não deve ser entendida apenas em termos do trabalho não especializado do trabalhador manual'. Fazer isso seria perder aspectos criativos ou 'poéticos' da produção e aceitar a historicamente específica noção produtivista de produção como um dado trans-histórico. A noção de Lefebvre de humanidade produzida não deve, portanto, ser confundida com o homo faber, aquela criatura de condições desumanas que reduz a capacidade humana a atividades instrumentais 'puramente utilitárias'. (...) o 'humanismo materialista' de Lefebvre introduz uma visão de '*homem total*'. Para dialogar com os *Manuscritos* de Marx, o homem total se apropria totalmente de seus múltiplos potenciais e

A partir dos *Manuscritos*, Lefebvre irá traçar um sentido ontológico do homem – a partir da negação das mediações de segunda ordem e da constituição do "*homem total*" – não somente a partir de um pressuposto ético-político que parte do "deve", mas sim do "é/está", na totalidade concreta em movimento (totalidade social). Assim como Marx, seu "materialismo humanista" irá apresentar que epistemologicamente a inversão parte-todo na acepção dos economistas políticos é um passo fundamental para a construção da naturalização da alienação – inerente ao *homo faber* – e, é claro, irá propor uma nova concepção epistemológica a qual será fundamental para um novo entendimento do real e das possibilidades de humanização do homem.

> We must move from the isolated product to the sum of products and, simultaneously, from consideraction of this fragmentary activity to that of the creative activity as a whole. This integration is a fundamental operation both in general philosophy and in various specific sciences, in which a change os scale must be effected in order to get from the element to the whole. Political economy thus demands that we move on from the particular commodity to the market: from the viewpoint of the isolated producer to the examination of production and productivity as a whole. This change of a viewpoint is the correlative of a profound change in the nature of the prenomenon. Confusion between the two scales leads to those erros current amongst economists who, whithout being aware of it, fetishize the whole, by picturing it to themselves as outside and above the elementar phenomena, accepted in ther isolation. In sociology and history too, we must pass from the psychological and individual viewpoint to that of the social whole. And in the natural sciences analogous operations might be found, by means of which – thanks to a change of scale – we can move from the elementar phenomenon up to the statistical result: the global man. As far as the analysis of human activity is concerned, such na operation is possibily only because the whole exists concretely and pre-exists its elements; in one sense these elements are real, "in themselves", as moments of a whole, but in another sense they are simply abstractions in relation to the whole. The social whole is given as practical organization of Praxis. This change of scale corresponds to the philosofical transition from the *Verstand* (understanding) to the *Vernunft* (reason), and giver the order for this transition. (LEFEBVRE, 2009, p. 115).[19]

---

capacidades variadas. Como 'homem desalienado', o homem total é mundos à parte do "homem econômico" ou *homo faber* realmente existente" (LEFEBVRE, 2009, p. 22).

[19] "Devemos passar do produto isolado para a soma de produtos e, simultaneamente, da consideração dessa atividade fragmentária para a da atividade criativa como um todo. Essa integração é uma operação fundamental tanto na filosofia geral quanto em várias ciências específicas, nas quais uma mudança de escala deve ser efetuada para passar do elemento para o todo. Assim, a economia política exige que passemos da mercadoria em particular para o mercado: do ponto de vista do produtor isolado ao exame da produção e da produtividade como um todo. Essa mudança de ponto de vista é o correlato de uma mudança profunda na natureza do pré-fenômeno. A confusão entre as duas escalas leva a esses erros atuais entre economistas que, sem estar cientes disso, fetichizam o todo, imaginando-o como fora e acima dos fenômenos elementares, aceitos em seu isolamento. Também na sociologia e na história, devemos passar do ponto de vista psicológico e individual para o do todo social. E nas ciências naturais operações análogas podem ser encontradas, por meio das quais - graças a uma mudança de escala - podemos passar do fenômeno elementar até o resultado estatístico: o homem global. No que diz respeito à

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

Nesse sentido, a "mudança de escala"[20] no "mundo objetivo do homem" que é desenvolvida por Lefebvre (2009) está atrelada tanto a uma concepção epistemológica quanto a uma dimensão ontológica da constituição do homem. Se por um lado a relação entre parte e todo na "totalidade social" (vista como totalidade concreta em movimento) é modificada essencialmente (mediante a transição de uma epistemologia amparada em um positivismo acrítico da economia política[21] para uma epistemologia política amparada nos *Manuscritos*), a naturalização do inumano (também realizada pela economia política, mas também por outras correntes de pensamento) é negada dialeticamente, na dialética humano-inumano constituída na práxis. E é justamente na práxis que reside a possibilidade de superação dialética da alienação do homem em relação aos seus produtos, assim como da alienação do homem em relação ao homem, indissociavelmente, na práxis.

> Lefebvre develops this notion of alienation within capitalismo to encompass other activities than labour, and seeks to abolish this alienation of everyday life from within a marxist framework. This marxist's framefork is a dialectic materialism, a concrete humanism. As Lefebvre says, alienation's may be defined philosophically as the single yet dual movement of objetification and externalisation – of realisation and derealisation. But this movement must be seen in it's dialectical profunditity. That which realises is also that which derealises. And vice versa. Although it is important to understand the place of alienation within Marx's work, the real issue for Lefebvre is to know how this concept is usefull today in understanding the world and to see how these things can be

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

análise da atividade humana, tal operação é possível apenas porque o todo existe concretamente e preexiste seus elementos; em um sentido, esses elementos são reais, 'em si', como momentos de um todo, mas, em outro sentido, são simplesmente abstrações em relação ao todo. O todo social é dado como organização prática da Praxis. Essa mudança de escala corresponde à transição filosófica do *Verstand (*entendimento) para o *Vernunft* (razão), e dá a ordem para essa transição. (LEFEBVRE, 2009, p. 115).

[20] "Man's activity, examinated on the scale of the Praxis, receives fresh determinations, that is, a higher form and content. (...) The activity of production and social labour (...) must be understood on the scale of humanity". (LEFEBVRE, 2019, p. 117). " A atividade do homem, analisado pela escala da práxis, recebe novas determinações, ou seja, uma forma e conteúdo mais elevados. (...) a atividade de produção e trabalho social (...) deve ser entendida na escala da humanidade ".

[21] Dialogando com nossa crítica, Stuart Elden (ELDEN, 2004, p; 39), ao resgatar a temática da alienação em Lefebvre e nos *Manuscritos* de Marx, irá afirma que "political economy, as both reality and the theory of bourgeois economists, is a form of human 'alienation'. (...) We must therefore re-read Marx, especially the early writings, because they enable us to restate the problem raised by hid ideas and by Marxism, problems which are still fundamentally our own ones. In the *1844 Manuscripts* Marx rejects dialectical logic, but accepts the theory of alienation while modifying it profundly.

("A economia política, como realidade e teoria dos economistas burgueses, é uma forma de "alienação" humana. (...) Devemos, portanto, reler Marx, especialmente os primeiros escritos, porque eles nos permitem reafirmar o problema levantado pelas ideias ocultas e pelo marxismo, problemas que ainda são fundamentalmente nossos. Nos *Manuscritos* de 1844, Marx rejeita a lógica dialética, mas aceita a teoria da alienação enquanto a modifica profundamente).

> brought to an end, to make possible their overcoming. All other ways of posing the problem are scholastic. (ELDEN, 2004, p. 43).[22]

Assim como para Marx, em Lefebvre (2009) qualquer tentativa de suplantação da alienação através do fim das mediações de segunda ordem deve estar em relação ao referencial da automediação ontologicamente fundamental da existência humana – mediação de primeira ordem – como contraposição à forma alienada. Daí surge o pressuposto (ético-político e onto-epistemológico) de Lefebvre. Daí emerge o nexo aglutinador entre totalidade concreta em movimento e as (im)possibilidades de encontro do homem com seu ser genérico mediada, ou, para Lefebvre, o nexo entre a totalidade social e as (im)possibilidades de constituição do "homem total"; contradição.

> Activity does not abolish contradiction, it lives on it. At the selfame moment as it is working to reduce it, it carries it within itself; it can bring it under control and create a higher unity only by causing it to be reborn to a more profound existence. (...) The activity of production contains within it this, the most profound of all contradictions: the agonizing opposition between man's power and his powerlessness, between existence of one sector or reality thas has been brought under control and consolidated by man, and another still in its natural state, between what makes man's life and wath causes hid death. (LEFEBVRE, 2009, p. 125).[23]

Como verdadeiro dialético que ampara sua análise no entendimento da *atividade* e da *produção*[24], irá perceber que o humano se desenvolve mediante a

---

[22] "Lefebvre desenvolve essa noção de alienação no capitalismo para abranger outras atividades além do trabalho, e busca abolir a alienação da vida cotidiana a partir de uma perspectiva marxista. Essa perspectiva marxista é o materialismo dialético, um humanismo concreto. Como diz Lefebvre, a alienação pode ser definida filosoficamente como um movimento único e ao mesmo tempo duplo de objetificação e externalização, de realização e desrealização. Mas esse movimento deve ser visto em sua profundidade dialética. O que realiza também é o que desrealiza. Embora também seja importante entender o lugar da alienação na obra de Marx, a verdadeira questão para Lefebvre é saber como seu conceito é útil nos dias de hoje, para a compreensão do mundo de hoje assim como para a sua superação. Todas as outras maneiras de colocar o problema são escolásticas". (LEFEBVRE, 2009, p. 125).

[23] "A atividade não abole a contradição, ela vive nela. No momento próprio, enquanto trabalha para reduzi-lo, ele o carrega dentro de si; só pode controlá-lo e criar uma unidade superior, fazendo com que renasça para uma existência mais profunda. (...) A atividade de produção contém em si a mais profunda de todas as contradições: a oposição agonizante entre o poder do homem e sua impotência, entre a existência de um setor ou realidade que foi controlada e consolidada pelo homem, e outro ainda em seu estado natural, entre o que faz a vida do homem e o que causa a ocultação da morte". (LEFEBVRE, 2009, p. 125).

[24] Como salienta Elden (2004, p. 40), "alienation is also found in Hegel's writing, where human are like the world around them, objectified – made into objects of knowledge. Hegel gives alienation a metaphysical twist. This is the notion of *Entfremdung*, which Lefebvre translates as *aliénation*, for want of a better term. Our de-objectification, our becoming aware of ourselves, means the transcending of our alienation. But this is not an individual moment; it is made possible by the *activity* of the whole of humanity, and presupposes the history of human race. But this, for Marx, and Lefebvre, is a very narrow of alienation. The hegelian idea is a secularised God. It

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

práxis ao longo do tempo e do espaço, não podendo evoluir "harmoniosamente" pelo esforço de suas boas vontades – como mostra o idealismo ou mesmo a perspectiva rousseauneana, perpassando pelas perspectivas moralistas, desses e de outros, do "deve" e não do "é/está"- mas, sim, a partir do movimento contraditório da totalidade social. Nesse sentido, o humano (ainda não realizado, ainda como possibilidade) e o inumano (o humano estranhado, exteriorizado e reificado) são fatos na totalidade social, fruto das contradições ainda não solucionadas pela atividade, atividade essa ainda exteriorizada, estranhada, pois alienada.

> O inumano na história (e na verdade toda a história foi humana!) não nos deve abater; nem constituir um mistério como a eterna presença do mal, do pecado, do diabo. O inumano é um fato e o humano também. A história mostra-os indiscernivelmente, até a reinvindicação fundamental da consciência moderna. Essa verificação vem a ser explicada pela dialética e elevada à categoria de verdade racional. O *homem só se pode desenvolver através de contradições;* logo, o *humano só pode constituir-se através do inumano*, de início a ele misturado para, em seguida, se distinguir, por meio de um conflito, e dominá-lo pela resolução deste conflito. Assim, o conhecimento, a razão e a ciência humanas tornam-se e permanecem instrumentos do poder inumano. Assim, a liberdade só pode ser pressentida e atingida através da escravatura. E assim, o enriquecimento da sociedade humana só se realizou mediante o empobrecimento e a miséria das grandes massas humanas. Da mesma forma, o Estado, meio de libertação, de organização, também foi e continua a ser um meio de opressão. Em todos os campos, o inumano e o humano revelam-se com a mesma necessidade, como dois aspectos da necessidade histórica, dois lados do crescimento do mesmo ser. Mas estes dois aspectos, estes dois lados, não são iguais e simétricos, como o bem e o mal em certas teologias (o maniqueísmo). O humano é elemento *positivo*: é a história do homem, do seu crescimento, do seu progresso. O inumano é apenas o lado *negativo*: a alienação (aliás, inevitável) do humano. Eis por que o homem, por fim humano, pode e deve vencê-lo, ultrapassando a sua alienação. (LEFEBVRE, 1979, p. 35).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

---

suggests that the human can be replaced by consciousness: Hegel turns man into the man of consciousness, instead of turning consciousness into the consciousness of real men, living in the world. This means that the concrete manifestation of humans is denied, because Hegel takes them only in their abstract form. Wealth and the state, for instance, are thought apart from their concrete existence. This for both Marx and Lefebvre is yet more mystification. But this critique of Hegel is powerful, contends transcend and unite idealism and naturalismo (or materialism)". A partir de *A ideologia alemã*, em diálogo com os *Manuscritos*, corroboramos com Stuart Elden no sentido de que "there is a a philosophical problem – alienation, a theory of this problem and a desire to make humanism more profound and more concrete. This theory is integrated and yet transcended in historical materialism. Marx takes the Hegelian notion of alienation and transforms it into a concrete theory; giving it its dialectical, rational and positive sense. Alienation is detached by Marx from the Hegelian system and recaptured by him in order to elucidate *social practice*. (...) For Lefebvre, this notion of alienation will become 'the central notion of philosophy (seen as criticism of life and the foundation of a *concrete* humanism)'. *Alienation was certainly to become a central notion in Lefebvre's work*". (ELDEN, 2004, p. 41). Sempre amparado em Marx, Lefebvre atualizará a teoria da alienação desde *Materialismo dialético* (LEFEBVRE, 2009). Curiosamente, somente em *O marxismo* (LEFEBVRE, 1979) irá apresentar de forma mais clara Marx como um "teórico da alienação".

Destarte, é na práxis – vista como superação da filosofia e como superação da cisão política entre sociedade civil e sociedade política, como apresentado no capítulo anterior (e que são elementos co-constitutivos da autoalienação do homem) – que reside qualquer possibilidade de teorização da alienação por Lefebvre a partir de uma nova concepção dialética da noção de produção do homem (total), assim como é na atividade re-produtiva que reside a possibilidade de construção prático-teórica da desalienação mediante o referencial ontológico e epistemológico analisado anteriormente (mediação de primeira ordem, relação parte e todo, etc.). Lefebvre, pois, resgatando todo o potencial político de superação da alienação dos *Manuscritos*, se ampara nessa noção – a de produção – para a construção de um horizonte – o *homem total* – como não mais atrelado às mediações de segunda ordem as quais "pesam" sobre o humano, negando-o.

Nesse sentido, resgatando e dialogando com Ciavatta (2014) e Mészáros (2002, 2006), o horizonte, o possível visto como transcendência positiva da autoalienação em Lefebvre está como potência (como virtualidade) de toda sua obra já na construção ético-política e onto-epistemológica de *Materialismo Dialético* (LEFEBVRE, 2009), como ratificado por Elden (2004).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

4.3. O conceito de Re-produção das Relações Sociais de Produção em Henri Lefebvre como chave analítica para a relação entre a Teoria da Alienação e a Produção do Espaço

Lefebvre desloca o olhar da reprodução dos meios de produção para um *locus* muito mais amplo e complexo, a re-produção das relações de produção a partir da produção do espaço, numa contraposição clara com as interpretações estruturalistas que até então colocavam acento no modo de produção e não nas relações de produção.

Convém ressaltar que Lefebvre não nega a importância do conceito de modo de produção, apenas apresenta um novo sentindo para a sua compreensão na totalidade da obra de Marx. Entende-se, aqui, que a re-produção das relações de produção na produção do espaço possibilitam dois caminhos mais ricos e mais condizentes com o pensamento de Marx: por um lado o entendimento

(epistemológico) da totalidade social. Por outro, o entendimento (ontológico) da contradição entre humano e inumano, na construção das possibilidades concretas de transcendência positiva da autoalienação.

> Though Lefebvre has been accused of prioritizing the early Marx's notion of alienation over the later idea of production, it is clear in a number of places, not least the work on space, tha the mode of production is essential to the analysis. The human effects, whilst considered forcefully, do not dominate. For example, in *'The Production of space',* Lefebvre states that '(social) space is a (social) product'. This means that 'every society (and therefore every mode of production with all its subvariants...) produces a space, its own spaces'. [25]

Parte-se do pressuposto de que o que aglutina as categorias de alienação e produção do espaço em Lefebvre é essa nova chave analítica delineada em sua obra – a reprodução das relações sociais de produção – a qual engloba e ultrapassa o conceito de modo de produção.

Possuindo um alcance "global e sintético (LEFEBVRE, 1973, p.6) para a compreensão da produção e reprodução da existência no/do capitalismo, a centralidade desse conceito reside no fato de abarcar a totalidade das relações de produção – não se limitando a este ou aquele aspecto da reprodução da sociedade de forma isolada – assim como no ato de deslocar o olhar da atividade vista somente a partir da concepção do homem econômico (LEFEBVRE, 2009) ou mesmo a partir mediações de segunda ordem (sem um referencial onto-epistemológico, como fizeram os economistas políticos, filósofos positivistas etc.) para a atividade vista de forma contraditória, no diálogo conflituoso entre "o humano e o inumano", na constituição do *homem total*.

Em *Estrutura Social: A Reprodução das Relações Sociais* (LEFEBVRE, 1977b, p. 187-189), percebe-se que na formação do capitalismo, na sua gênese,

> pressupõem apenas a análise crítica da *produção* e da *re-produção dos meios de produção*. (...) É em 1863 que Marx descobre o conceito de "reprodução total". A expressão aparece numa carta de 6 de julho dirigida a Engels, em que comenta o famoso Quadro Econômico de Quesnay. Marx julga que este quadro não resume apenas uma circulação de bens e dinheiro; mostre de que modo e por que razão o

[25] "Embora Lefebvre tenha sido acusado de priorizar a noção inicial de alienação de Marx sobre a ideia posterior de produção, é claro em vários lugares, inclusive no trabalho no espaço, que o modo de produção é essencial para a análise. Os efeitos humanos, embora considerados vigorosamente, não dominam. Por exemplo, em 'A produção do espaço', Lefebvre afirma que 'o espaço (social) é um produto (social)'. Isso significa que 'toda sociedade (e, portanto, todo modo de produção com todas as suas subvariantes...) produz um espaço, seus próprios espaços'.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

> processo não se interrompe, poir reproduz as suas próprias condições. O fim do processo (ciclo) teórico, a saber, a repartição da mais-valia, restabelece o começo, na sequência de um conjunto complexo de movimentos: perequações, permutas, médias etc. Já não se trata, portando, da reprodução dos meios de produção, mas da *reprodução das relações sociais*. É na mesma época que Marx redige o "capítulo inédito" explorando um novo horizonte. Aliás, neste capítulo ele se limita a estabelecer que as relações de produção são o "resultado incessantemente renovado" do processo de produção e que a reprodução é também "reprodução de relações".

Como salientado pelo autor, o conceito de re-produção das relações de produção é uma "constelação de conceitos" (LEFEBVRE, 1973, p.5), na qual se insere o urbano, o cotidiano, o espaço e a produção do espaço – os dois últimos mais diretamente atrelados a este capítulo). Como ratifica Beveder (2014, p. 347),

> a problemática da reprodução das relações de produção em Lefebvre tem suas bases em dois eixos: na ampliação do *conceito de produção* para dar conta da realidade contemporânea a seus escritos e na crítica à polissemia do conceito que em Marx e posteriormente a ele, no seio da tradição marxista, possui duplo sentido, um deles amplo e outro restrito. No entanto, Lefebvre afirma que foi o sentido restrito de "produção" em Marx e Engels o apropriado pelas abordagens economicistas, fazendo com que, correntemente, o conceito deixasse de designar a produção de *obras*, em sentido amplo, limitando-se à produção de produtos/coisas. Em sua acepção lefebvriana, o conceito não se restringe à produção material, dos meios de produção e das mercadorias, mas também abarca a produção das relações sociais e sua reprodução.

Nesse sentido, re-produção é concebida de maneira muito mais ampla, associada à totalidade concreta em movimento (totalidade social) – produção, portanto, ideológica, concreta, cultural, social etc.; produção do espaço, no sentido de Lefebvre (1991) [26].

Sobre a interação entre essa "chave conceitual", sobre essa "constelação de conceitos" (LEFEBVRE, 1973) e a noção de totalidade, Lefebvre (1977b) contextualizará o seu retorno – do conceito de reprodução das relações de produção – afirmando que

> depois da Segunda Guerra Mundial, o problema central sobe ao horizonte, mas com uma lentidão surpreendente. A tal ponto que só depois de maio de 1968 ele emerge completamente das brumas. Foram necessárias nada menos que três reconstituições das relações sociais capitalistas em meio século para que esta

[26] Resgatando a quarta hipótese de *Espaço e Política*, Lefebvre (2008, p.48-49) ratifica tais ideias ao afirmar que "é preciso tomar como referência a reprodução das relações de produção, e não a produção no sentido estrito dos economistas (...) Trata-se da produção no sentido amplo: produção de relações sociais e re-produção de determinadas relações. É nesse sentido que o espaço inteiro torna-se o lugar dessa reprodução".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

> reconstrução, depois de abalos, mais ou menos profundos, se tornasse "objeto de reflexão", do conhecimento crítico! A passagem das considerações respeitantes á *reprodução dos meios de produção* para aquelas que dizem respeito às *relações de produção*, isto é, a passagem de um conceito restrito para um conceito lato, exige um esforço singularmente difícil e ainda incompleto. Esta dificuldade só se explica cabalmente pelos obstáculos acumulados diante do pensamento crítico e pelos desvios que este sofreu. Foram assim necessários dezenas de anos para redescobrir a última descoberta de Marx. Será necessário expor de novo o trajeto de um conceito, o percurso de uma pesquisa? Sim, embora rapidamente, para reestabelecer o contexto, o ambiente e a linguagem. A crítica da sociedade existente, durante o período considerado (1950-1970), torna-se cada vez mais violenta, cada vez mais motivada. Do mesmo modo, as "crises" e momentos críticos tornam-se cada vez mais numerosos. Contudo, a crítica (mais ou menos radical) da sociedade não basta para isolar o novo conceito. Muitas vezes essa crítica, desejando ser radical, denunciando a sociedade burguesa e o neocapitalismo, exagera este ou aquele aspecto mais odioso e esconde o conjunto por baixo dos pormenos. Ela se apresenta como sintoma e como aviso da crise final. Ora, o conceito de reprodução das relações de produção incide sobre a *totalidade*, sobre o movimento desta sociedade no nível global. A maior parte das análises experimentou e ainda experimenta dificuldades em sair dos aspectos particulares que adquiriu e em elevar-se até o global. Por exemplo, a "sociedade do trabalho", ao estudar as empresas, rodeia muitas vezes o problema: como é que as relações capitalistas de produção se manifestam e se perpetuam no interior da empresa? Problema este que levanta outro: as relações de exploração e de dominação, de autoridade e de poder, que implicam relações entre aqueles que decidem e os que executam, poderão perpetuar-se apenas nos locais de trabalho, nas unidades de produção? Não implicarão condições exteriores às condições de trabalho? Onde, como e por que se realiza então esta reprodução que nem coincide com a produção como tal, nem com a reprodução dos meios, humanos e materiais, da produção? Por não considerar a questão, esta "pesquisa" contribui para mascará-la desempenhando o papel de uma ideologia.

A noção de produção de Marx, a partir de uma concepção revolucionária de atividade, na contradição entre as (im)possibilidades de realização do *homem total*, ganha, pois, com Lefebvre (2009) e posteriormente com Lefebvre (1973), um salto qualitativo imenso para pensar a totalidade social, já que não apresenta somente um processo repetitivo, mas também abre para o possível, para os horizontes da (des)construção da repetição, a partir da produção de novas relações sociais; produto e obra, inumano e humano, privação e apropriação na contradição que é a práxis. Tal perspectiva epistemológica se associa à questão ontológica inerente à discussão proposta sobre o *homem total* justamente porque escapa do labirinto que é o entendimento do real pela perspectiva estruturalista, a qual somente visualiza o modo de produção, ou mesmo, percorrendo o século XIX, a perspectiva positivista; crítica interna e externa ao Marxismo.

> Lefebvre does recognize the causal efficacy of the forces and relations of production. He notes that there is a not a strict correspondence, and that

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

> sometimes things are produced by the contradictions in the mode of production. Equally, right from his earliest works he was concerned with the relation between production and *Verstand*, or understanding. The production of isolated objects, that is in separating them out, determining aspects and properties of them is an intelectual activity which isolates and defines, which defines significance. It bears comparison to the move between observing the particular and defining the general that takes place in abstract tought. By production therefore Lefebvre means both the strictly economic production of things – goods and products, but also the larger philosophical concept, the production of *oeuvres*, the production of knowledge, of institutions, of all that constitutes society. (...) First, this sense of production is not rigidly separated out in material and mental production. There is not the material production of objects and the mental production of ideas. Instead, our mental interection with the world, our ordering, generalizing, abstracting, and so on produces the world that we encounter, as much as the physical objects we create. This does not simply mean that we produce reality, but that we produce how we perceive reality. (...) Lefebvre recognizes that though there is this dual sense of production in Marx – when he was studying capitalism he naturally emphasized the production of things – this explains but does not justify one-sided interpretations. Second, and more than this, Lefebvre stresses that production is not trivial, not mere economic production. The creation tha is pursued in the praxis, through the sum of individual acts and existences, and throughout the whole development of history, is the creation of man by himself. Lefebvre quotes a passagem from Marx's *1844 Manuscripts* to support this: *the whole of what is called world history* is nothing more than the creation [or production] of man through human labour. It is therefore clear that *production and alienation are closely related*. If humans are merely a means toward some end, na instrument, then their condition becomes inhuman. (ELDEN, 2004, p. 44).[27]

Nesse sentido, produção emerge no sentido de criação, na contradição entre o humano ainda não realizado e o *homem total* (LEFEBVRE, 2009); eis as possibilidades de visualização do possível em Lefebvre como transcendência

[27] "Lefebvre reconhece a eficácia causal das forças e relações de produção. Ele observa que não existe uma correspondência estrita e que às vezes as coisas são produzidas pelas contradições no modo de produção. Igualmente, desde seus primeiros trabalhos, ele se preocupava com a relação entre produção e *Verstand*, ou entendimento. A produção de objetos isolados, que consiste em separá-los, determinando aspectos e propriedades deles, é uma atividade intelectual que isola e define, o que define significado. Compara o movimento entre observar o particular e definir o geral que ocorre no pensamento abstrato. Para Lefebvre, portanto, produção significa tanto a produção estritamente econômica de coisas - bens e produtos, mas também o conceito filosófico mais amplo, a produção de obras, a produção de conhecimento, de instituições, de tudo o que constitui a sociedade. (...) Primeiro, esse senso de produção não é rigidamente separado em produção material e mental. Não há produção material de objetos e produção mental de ideias. Em vez disso, nossa interação mental com o mundo, nossa ordem, generalização, abstração etc. produz o mundo que encontramos, tanto quanto os objetos físicos que criamos. Isso não significa simplesmente que produzimos a realidade, mas que produzimos como percebemos a realidade. (...) Lefebvre reconhece que, embora exista esse duplo senso de produção em Marx - quando ele estudava o capitalismo, ele naturalmente enfatizou a produção das coisas - isso explica, mas não justifica, interpretações unilaterais. Segundo, e mais do que isso, Lefebvre enfatiza que a produção não é trivial, nem mera produção econômica. A criação que é perseguida na práxis, através da soma de atos e existências individuais, e ao longo de todo o desenvolvimento da história, é a criação do homem por si mesmo. Lefebvre cita uma passagem dos Manuscritos de Marx de 1844 para apoiar isso: o conjunto do que é chamado história do mundo nada mais é do que a criação [ou produção] do homem através do trabalho humano. Portanto, é claro que a produção e a alienação estão intimamente relacionadas. Se os humanos são apenas um meio para atingir algum fim, um instrumento, então sua condição se torna desumana. (ELDEN, 2004, p. 44).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

positiva da autoalienação do trabalho, como apresentado anteriormente a partir de Marx (2004) e Mészáros (2002, 2006), assim como a possibilidade epistemológica de entendimento da re-produção do homem mediante a *atividade.* "A sagacidade de Lefebvre foi relacionar a produção social do espaço à natureza do trabalho no capitalismo". (LENCIONI, 2015, p. 41).

> A grande contribuição de Lefebvre para a tradição marxista, no âmbito da análise sobre a reprodução capitalista, reside justamente na resposta à pergunta sobre a forma e os meios que possibilitaram a sobrevivência do capitalismo. Para ele, isso foi possível pela *produção do espaço*, lócus de realização das relações sociais, condição para a sua produção/reprodução e, ao mesmo tempo, fruto desse processo. Destarte, a teoria da produção do espaço de Lefebvre deve ser considerada em sua conexão com o conceito de re-produção das relações sociais. (BELVEDERE, 2014, p.349).

No conjunto de textos publicados com o nome *Espaço e Política*, em 1972, e em 1975 com *A produção do Espaço*, Lefebvre irá apresentar sua problemática espacial de forma mais explícita e com ainda maiores incursões em uma nova epistemologia (política). Como indica Gregory (1996, p. 104), "à exceção de alguns vultos solitários tais como Walter Benjamin e Henri Lefebvre, o marxismo ocidental do século XX manteve o mesmo silêncio estratégico com relação à espacialidade do capitalismo".

Resgatando suas análises dos *Manuscritos de 1844*, Lefebvre apresenta que o homem cria-se através de um conjunto de produções, dentre as quais se situa a produção do espaço, em um processo de re-produção social. Nesse processo, o homem se "realiza como produto de relações sociais através de um conjunto de relações que organiza a vida em comunidade – a partir da divisão do trabalho, da propriedade etc." (CARLOS, 2011, p. 40), a partir de *mediações*, e nesse processo produz as próprias possibilidades de sua existência como ser social.

> É nessa condição que nos deparamos com a noção de produção. Como escrevem Marx e Engels, a primeira condição da história é manter os homens vivos, a segunda é assegurar sua reprodução. Podemos dizer que esse processo acontece numa relação dialética sociedade-natureza, em que cada elemento da relação se transforma no outro e pelo outro, produzindo a vida e o espaço, ambos como criação real. Assim, o ato da produção da vida é, consequentemente, um ato de produção do espaço, além de um modo de apropriação. (...) as relações sociais têm concretude no espaço, nos lugares onde se realiza a vida humana. (CARLOS, 2011, p.40).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

A ação humana de produção do espaço se realiza mediante o uso, na *apropriação.* A partir das práticas espaciais, o homem ao mesmo tempo em que produz o espaço, produz a si mesmo; corpo e lugar, espaço e civilização como escalas espaço-temporais da produção do espaço a partir do sentido de *apropriação* de Marx. Nesse processo, que é ontologicamente co-constitutivo da totalidade concreta em movimento (totalidade social), o homem é sujeito que se apropria e que age produzindo espaço, e, dialeticamente associado a isso, a sua consciência. Destarte, o espaço mental e o espaço material configuram-se, pois, como dimensões da produção do espaço (social). Permite-se, assim, deslocar o sentido da produção para além de sua dimensão econômica e da produção de mercadorias e produtos *strictu sensu* para uma perspectiva mais ampla e complexa.

> O espaço foi formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente. O espaço é político e ideológico. (...) Porque esse espaço, que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na sua objetividade, na sua forma pura, tal como o constatamos, é um produto social. A produção do espaço não pode ser comparada à produção deste ou daquele objeto particular, desta ou daquela mercadoria. E, no entanto, existem relações entre a produção de coisas e a produção do espaço. Essa se vincula a grupos particulares que se apropriam do espaço para geri-lo, para explorá-lo. O espaço é um produto da história, com algo outro e algo mais que a história no sentido clássico do termo. (LEFEBVRE, 2008, p. 62).

Segundo Carlos (2011, p. 42), "o processo de produção distingue, ainda, o movimento de apropriação e de dominação como ato coletivo e socializado".

Como dominação, o espaço é *produto* a ser vendido, mediante a troca capitalista, fazendo *tábula rasa* da prática socioespacial.

> Esse processo tem concretude no plano do cotidiano como o lugar da reprodução do capital e da realização das alienações impostas pelo desenvolvimento da lógica da valorização. Desse modo, invadida pela lógica da acumulação, a vida se define por uma racionalidade que objetiva assegurar a reprodução das relações capitalistas na totalidade do espaço – cuja produção se transforma em fonte de lucro – estruturando a vida cotidiana e dominando todos os espaços-tempos (da vida) sob controle direto ou indireto da norma e da vigilância. (...) A produção do espaço se impõe como condição, meio e produto da reprodução da sociedade no seio do processo geral de reprodução capitalista. Sob o capitalismo, a produção do espaço torna-se uma mercadoria, ganhando concretude prática na contradição dialética entre valor de uso/valor de troca. Em seu movimento de reprodução, domina as relações sociais através da generalização da troca (e da forma contratual), que se desdobra para toda a sociedade como necessidade de ampliação da base de consumo necessário à reprodução ampliada e sem limites

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

> do mundo da mercadoria. (...) Esse movimento de reprodução – sob a forma da mercadoria – realiza-se pela cooptação, quase total, dos níveis da realidade humana desde o acesso à moradia até a produção do imaginário assentado na constituição da sociedade de consumo. A partir do acesso inicial do indivíduo ao habitar (condição de sua reprodução) como ponto de fixação no espaço, articulam-se e constroem-se outros lugares capazes de responder à satisfação das necessidades imperativas da realização do sujeito. É nesse sentido que o espaço criado enquanto condição, meio e produto da reprodução social revela uma prática que é socioespacial (incluindo o tempo da ação). Nessa perspectiva, os diferentes momentos da vida – promovido em lugares determinados como espaçotempo da ação que reproduz o indivíduo – submetem-se à lógica do valor de troca como extensão do mundo da mercadoria anunciado pela Revolução Industrial no século XIX. Portanto, em seu movimento de produção-reprodução, o espaço urbano exibe um conflito agudo e violento entre o valor de troca (e, nessa situação, fonte de realização do lucro) e o valor de uso (a vida urbana realizando-se através dos usos dos espaços-tempos que são, em essência, improdutivos do ponto de vista do capital). (...) a prática espacial urbana despedaçada sinaliza o empobrecimento e a deterioração da vida social diante da extensão da mercantilização que acompanha a privatização do mundo. A urbanidade esfacelada em espaços fragmentados desvela a forma das relações sociais e a situação do cidadão reduzido à condição de mera sobrevivência, o que dissocia o homem da cidade. Os sentidos da vida se esvaziam com a negação do passado subsumido à nova ordem. Obra da sociedade, a cidade se impõe ao sujeito como potência estranha, atualizando a alienação no mundo moderno. (CARLOS, 2017, p.35-36).

Lefebvre *apud* Carlos (2011, p.32) afirma que "a ação dos grupos humanos tem sobre o meio material duas modalidades, dois atributos: a dominação e a apropriação". Para o autor, a dominação está associada ao *produto* (sendo a mediação e a propriedade privada como *mediações de segunda ordem* inerentes à sua constituição*)* e a apropriação à *obra*, um "escape" à fragmentação, hierarquização e homogeneização inerentes à re-produção do espaço, acentuando o uso do espaço como momento de reprodução da vida em seu caráter criativo. Assim como em *O Direito à Cidade*, em *Espaço e Política* e em *A Produção do Espaço*, Lefebvre em *O Marxismo* apresentará a relação entre apropriação e obra como superação da alienação: "o homem só se torna humano pela criação de um mundo humano. Na sua obra e pela sua obra, o homem torna-se ele próprio, sem com ela se confundir e, no entando, sem dela se separar". (LEFEBVRE, 1979, p. 39). Não há realidade humana sem "obras, mas não há obras sem atividade humana produtora. As obras não deixam de ser 'o ser-outro' do homem, que mantém com elas dupla relação: alteridade, alienação". (LEFEBVRE, 1967, p. 96).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

"A *apropriação* é a meta, o sentido e a finalidade da vida social". (LEFEBRE *apud* CARLOS, 2011, p.32). O *homem total*, assim como a transcendência positiva da autoalienação do trabalho, assim como o *possível* emergem em sua espacialidade mediante a noção de *apropriação* desenvolvida por Lefebvre.

Sobre o *homem total*, Lefebvre (2009, p.139) assinala que

> Social history is the history of man's appropriation of Nature and of his own nature. Social labour and economic activity are the means of this appropriation, essential moments of the human essence – once they have been brought under control and integrated by this essence. In themselves they are not this essence. *Economic man* has got to be transcended, so that the freedom of the total man can be made manifest: "Man appropriates to himself his multiple essence (*Allseitiges*)...inasmuch as he is *total man*" (*Manuscritos*). The total movement is broken up by action and by thought. This separation cannot be absolute, but it does have a relative reality grounded on man's struggle against Nature. (...) *Products* and the *forces of production* are the "other" of this *total man*, in which he may be destroyed. The Independence of economic forces – the destiny of *modern man* – must be understood and brought under control. As soon as the objectivity of the social process is defined as such, it is already on the way to being transcended. It is unite with the activity of the active and already objective human subject, and supplies him with a new objective contente; it is subjectified in him, but only so that a more objetive human activity can arise, which can take itself more effectively as the object of an action, "produce" itself more rationally and be its own conscious creation.[28]

Nesse sentido, o espaço como produção é expressão prática daquilo que a civilização, ao longo do seu processo histórico, foi capaz de criar.

> A partir dessa perspectiva, pensar a produção do espaço significa pensar a propriedade como *mediação* inerente à alienação, na contradição entre apropriação e dominação, em um processo de re-produção das relações sociais de produção. A propriedade como fundamento nesse processo revela as concretas possibilidades de apropriação e dominação do mundo humano. Em sua forma abstrata, a propriedade privada aponta a alienação na prática, permeada e

[28] "História social é a história da apropriação do homem pela natureza e por sua própria natureza. O trabalho social e a atividade econômica são os meios dessa apropriação, momentos essenciais da essência humana - depois de controlados e integrados por essa essência. Em si mesmas, elas não são essa essência. O homem econômico precisa ser transcendido, para que a liberdade do homem total possa se manifestar: 'O homem se apropria de sua essência múltipla (*Allseitiges*)... na medida em que é homem total' (*Manuscritos*). O movimento total é dividido pela ação e pelo pensamento. Essa separação não pode ser absoluta, mas tem uma realidade relativa baseada na luta do homem contra a Natureza. (...) Os produtos e as forças de produção são o 'outro' desse homem total, no qual ele pode ser destruído. A independência das forças econômicas - o destino do homem moderno - deve ser entendida e controlada. Assim que a objetividade do processo social é definida como tal, ela já está a caminho de ser transcendida. Ele se une à atividade do sujeito humano ativo e já objetivo, e lhe fornece um novo conteúdo objetivo; é subjetivado nele, mas apenas para que uma atividade humana mais objetiva possa surgir, que pode se tomar mais efetivamente como objeto de uma ação 'se produza' de maneira mais racional e seja sua própria criação consciente".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

> sustentada por cisões profundas. Daí a afirmação de que a objetificação é no fundo mimética, ao se constatar que os homens reais agem em um mundo onde as cisões se reproduzem e apontam as crises, pois a prática espacial revela o caos decorrente da lógica que orienta o processo em direção à reprodução capitalista. A existência da propriedade propõe a separação entre sujeito (que produz e transforma) e objeto (produto da ação), assim como as relações constitutivas dessa separação que se defrontam com a racionalidade capitalista segundo a qual a valorização orienta a finalidade da produção do espaço. Desse modo, a historicidade produz a reprodução do capital como *alienação*, e produz também o seu outro, isto é, as lutas de classe, que se desdobram e se ampliam (não sem imensas dificuldades), ultrapassando os limites do mundo do trabalho e da fábrica e redundando em lutas pelo e no espaço. Assim, se o desenvolvimento do homem genérico (*homem total*) reside no pleno desenvolvimento de suas capacidades criadoras como realização de virtualidades, a história mostra aquilo que freia esse processo: a produção desigual numa sociedade de classes fundada na concentração da propriedade e da riqueza, que torna a produção do espaço uma *exterioridade* em relação ao ser social (CARLOS, 2011, p. 48 – grifo nosso).

Portanto, na contradição entre dominação e apropriação, na produção do espaço, realiza-se a alienação, mediante a privação que é inerente à constituição de uma sociedade baseada na propriedade privada e na troca como elementos da lógica da *valorização*, como fundamentos da "exteriorização da vida" *(Lebensäusserung)* porque mediações de segunda ordem.

Em outras palavras, como abstração conceitual, revela as mediações de segunda ordem as quais são co-constitutivas da produção (social) do espaço (social), na valorização do capital. Como aspecto da prática espacial, dimensão da re-produção das relações sociais de produção – assim como do inumano e do humano, contraditoriamente -, revela a "*desobjetivação de si*", o seu "*estranhamento*", elementos da "exteriorização da vida (*Lebensäusserung)*" (MARX, 2004), que difere da perspectiva idealista hegeliana associada ao pensamento, ao invés do mundo objetivo, define-se a vida a partir de uma racionalidade que objetiva assegurar a reprodução das relações capitalistas na totalidade do espaço – cuja produção se transforma em fonte de lucro – "estruturando a vida cotidiana e dominando todos os espaços-tempos (da vida)". (CARLOS, 2017, p. 35).

O espaço privatizado torna-se fonte de privação. O sujeito (alienado) encontra-se diante da produção do espaço como valor de troca, na constante integração ao processo de valorização, na contradição entre dominação e apropriação, revelada pelo fato de que a reprodução do espaço no capitalismo se

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

estabelece pela contraditória relação entre produção social do espaço e pela sua apropriação privada; privação.

No bojo desse processo, que é objetivo e subjetivo, material e mental, "a consciência das alienações eclode na medida em que a apropriação se defronta com a propriedade" (CARLOS, 2017, p. 36), assim como a consciência (mesmo que limitada/cooptada) com toda sorte de mediações de segunda ordem no processo de re-produção do espaço.

4.4. A Reconstrução Epistemológica do Espaço a partir da Teoria da Alienação e da Metafilosofia de Henri Lefebvre

Um dos grandes saltos qualitativos de Lefebvre em sua interpretação de Marx- no que concerne à noção de produção e de sua íntima relação com a noção de reprodução das relações sociais de produção e seus vínculos com a noção de alienação – em *Espaço e Política e* em *A produção do Espaço* – será a observação de que o processo de produção de mercadorias se realiza não somente dentro da empresa ou mesmo no processo de circulação (como amplamente trabalhado por Marx nos *Grundrisse* e n'*O Capital),* mas, também, num complexo de produções as quais se realizam e se reproduzem na *totalidade social*. Incorporando, cooptando e dominando os mais diversos espaços-tempos da vida, o mundo da mercadoria extrapola o processo produtivo, pois é inerente à valorização a re-produção do espaço como mercadoria, em distintas escalas e esferas da vida social. Nesse ínterim, objetivação e subjetivação emergem como co-constitutivas da reprodução das relações sociais de produção e da produção do espaço, fazendo com que consciência e mundo material, representação e materialidade sejam elementos de um mesmo processo, o de produção alienadora do espaço.

Nesse processo, o espaço, visto como meio, condição e produto da reprodução das relações sociais de produção, assim como produto-produtor de uma sociedade alienada-alienadora – a qual toma porventura consciência de que as mediações de segunda ordem asseguram a sua re-produção – emerge como *locus* da reprodução ampliada do capital, como forma de sua permanência, transformação e sobrevida, assim como possibilidade – na dialética objetivação-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

subjetivação – de sua negação (da reprodução do capital), mediante a prática espacial.

Sob esses termos, Lefebvre indica que a compreensão da história a partir da segunda metade do século XX (período em que se encontram os livros *Espaço e Política e A produção do Espaço*) nossa perspectiva deve considerar não somente a "dialética do tempo", mas sobretudo a "dialética do espaço", a partir da consideração da produção do espaço inscrita na reprodução das relações sociais de produção.

> [...]não é somente a sociedade inteira que se torna o lugar da reprodução (das relações de produção e dos meios de produção), mas o espaço inteiro. Ocupado pelo neocapitalismo, setorizado, reduzido a um meio homogêneo e, portanto, fragmentado, esmigalhado (só fragmentos de espaço se vende a clientela), o espaço torna-se a sede de poder. As forças produtivas permitem a quem a dispõe de dominar o espaço e mesmo de produzi-lo. Essa capacidade produtiva se estende ao espaço terrestre. O espaço natural é reduzido e transformado em um produto social pelo conjunto de técnicas, da física à informática; deste modo, o espaço se de um lado, reproduz ativamente as *relações de produção*, de outro, contribui a sua manutenção e consolidação. (LEFEBVRE *apud* CARLOS, 2017, p.36, grifo nosso).

O que Lefebvre descobre e revela é que a "produção do espaço ganha centralidade no processo de reprodução da sociedade a partir desse momento da sociedade" (CARLOS, 2017).

Elden (2004, p.184) ratifica essa ideia afirmando que

> Lefebvre states that "*(social) space is a (social) product"*. Space needs to be understood in the contexto of the mode of production of a particular epoch. Despite Lefebvre's attention to the role of ideas, he does recognize the importance of forces and relations of production. (...) But Lefebvre goes further than according space na importante role as a product. In the strict Marxist tradicion social space would be considered part of the superstructure, but for Lebvre it enters into the forces of production, the divison of labour and has relations with property. Social space and space itself escape the base-structure-superstructure model. It is Worth stressing again what it mean by production in Lefebvres's work. "The term *production* acquires a more forceful and a wider significance, when interpreted accordin to Marx's early Works (though still bearing *Das Kapital* in mind); production is not merely the making of products: the term signifies on the one hand 'spiritual' production, that is to say creations (including social time and space), ando n the other material production or the making of things". Production, then, is broader than the economic production of things (stressed by Marx) and includes production of society, knowledge and sense of the production of *oeuvres*. These other aspects – while allowed for in Marx's conception – are less ofthe treated in his work as such. Production in Lefebvre's sense – deriving from Marx, Hegel and Nietzsche's notion of creation

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

> – needs to be grasped as both a material and mental process. An analysis of production in the modern world shows that "we have passed from the production of things *in space*... to the production *of space* itself". Both of these need to be considered. [29]

Certamente as categorias cotidiano, urbano, possível e alienação[30] presentes em Lefebvre (1958, 1991b, 1999, 2001, 2002) foram importantes para essa direção tomada pelo autor, de forma epistemológica em Lefebvre (2001a, 2008), por exemplo. O que sublinhamos neste momento é que a produção do espaço passa a ser central para o autor e conjectura-se como fundamental para o entendimento da *totalidade social*, já que a produção do espaço passa a ser vital para o entendimento da re-produção das relações sociais de produção e, assim, inaugura-se uma nova possibilidade de entendimento do mundo mediante a construção de uma epistemologia política do espaço.

A noção de reprodução do espaço, mediante a generalização do mundo da mercadoria e na contradição entre dominação e apropriação, permite-nos, portanto, deixar de enfocar somente a noção de *acumulação* – mais diretamente ligada à produção do valor – para abranger a noção de *reprodução* – a qual possibilita o entendimento da reprodução social do espaço, com toda sorte de contradições inerentes à prática espacial no cotidiano, em lugares concretos, nas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

[29] "Lefebvre afirma que 'o espaço (social) é um produto (social)'. O espaço precisa ser entendido no contexto do modo de produção de uma época específica. Apesar da atenção de Lefebvre ao papel das ideias, ele reconhece a importância das forças e das relações de produção. (...) Mas Lefebvre vai além do espaço que ocupa um papel importante como produto. Na tradição tradicional marxista, o espaço social seria considerado parte da superestrutura, mas para Lebvre entra nas forças de produção, na divisão do trabalho e tem relações com a propriedade. O espaço social e o próprio espaço escapam do modelo de base-estrutura-superestrutura. Vale ressaltar novamente o que significa produção no trabalho de Lefebvre. 'O termo produção adquire um significado mais forte e mais amplo, quando interpretado de acordo com as primeiras obras de Marx (embora ainda tenha em mente o *Das Kapital*); produção não é meramente fabricação de produtos: o termo significa, por um lado, produção 'espiritual', isto é, criações (incluindo tempo e espaço sociais), e na outra produção material ou fabricação de coisas. A produção, portanto, é mais ampla que a produção econômica das coisas (enfatizada por Marx) e inclui a produção da sociedade, o conhecimento e o sentido da produção de *obras*. Esses outros aspectos - embora permitidos na concepção de Marx - são menos tratados em seu trabalho como tal. A produção no sentido de Lefebvre - derivada da noção de criação de Marx, Hegel e Nietzsche - precisa ser entendida como um processo material e mental. Uma análise da produção no mundo moderno mostra que "passamos da produção das coisas *no espaço*... para a produção do próprio espaço". Ambos precisam ser considerados."

[30] Como assinala Gottdiener (1997, p. 126), para Lefebvre "a transformação da sociedade moderna em sociedade humanista deve ocorrer na forma de uma 'revolução urbana' – na forma de uma revolução do *design* espacial organizado em torno da vida cotidiana desalienada -, além da transformação econômica exigida pela maioria dos marxistas. No pensamento de Lefebvre, portanto, a "práxis espacial" é elevada a uma atividade radical ao lado de esforços para reorganizar as relações sociais, e ele sustenta tal perspectiva com uma teoria marxista do espaço (tais afirmações não podem ter sentido de outro modo)".

dimensões material e imaterial da produção do espaço, indissociavelmente, em distintos níveis e escalas na/da produção do espaço.

Em outras palavras, o lugar emerge como central para o entendimento do espaço, sendo o seu *outro* (SANTOS, 2006), superando o entendimento da produção, no sentido econômico, para o único possível entendimento epistemológico da sociedade – e da Geografia – e de seu(s) espaço(s), tanto prática quanto teoricamente, no bojo da compreensão da espacialidade da (i) realização da vida humana "no seio da produção do espaço em sua dimensão abstrata de mercadoria" (CARLOS, 2011, p. 71).

> Nessa direção, a contradição fundante da produção espacial (produção social/apropriação privada) desdobra-se na contradição entre a produção de um espaço orientada pelas necessidades econômicas e políticas (em suas alianças possíveis), e a reprodução do espaço enquanto condição, meio e produto da reprodução da vida social. No primeiro caso, a reprodução do espaço se orienta pela imposição de uma racionalidade técnica, assentada nas necessidades impostas pelo desenvolvimento da acumulação que produz o espaço enquanto condição da produção, desvelando as contradições que o capitalismo suscita em seu desenvolvimento. No segundo caso, a reprodução da vida prática se apresenta, tendencialmente, invadida por um sistema regulador, em todos os níveis, concretizada no espaço enquanto norma – ditos e interditos – que formaliza e fixa as relações sociais, reduzindo-as a formas abstratas e autonomizando as esferas da vida e, como consequência, dissipando a *consciência espacial*. (...) Neste caminho podemos afirmar que o espaço evidencia-se em suas dimensões *material*, *concreta* e *abstrata*. (CARLOS, 2011, p.73).

Destarte, em vez de reduzir o espaço à sua dimensão abstrata, ou mesmo reduzir o espaço a mero meio de produção, irá considerá-lo como uma das *forças de produção*, fazendo com que o controle das relações espaciais, do design espacial e da prática espacial, na contradição entre dominação e apropriação, seja ainda mais importante e revolucionário do que o controle dos meios de produção, assim como a práxis revolucionária deve englobar a construção do *homem total (LEFEBVRE, 2009)* em uma espacialidade outra a qual se diferencia da homogeneização e fragmentação inerentes à reprodução das relações sociais de produção (e como natureza do trabalho e do espaço no capitalismo).

> Segundo Lefebvre, o espaço só pode ser apreendido dialeticamente, pois constitui uma *abstração concreta* – uma das categorias de Marx, tal como o valor de troca, que são ao mesmo tempo uma realização material e exteriorizada do trabalho humano e a condensação das relações sociais de produção. A abstração concreta é simultaneamente um meio de ações sociais, porque ela as estrutura, e um produto

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

> dessas ações. Para Lefebvre, entender o espaço exige que compreendamos como é produzido o espaço como abstração concreta multifacetada. O conceito de produção, no sentido marxista, representa a maneira pela qual podemos superar os dualismos filosóficos, tais como a oposição entre sujeito e objeto, que estão no âmago da análise estruturalista estática ou da marxista simplista (...) o espaço é produzido como nenhuma outra mercadoria. Tem ao mesmo tempo uma realidade material e uma propriedade formal que o capacita a encerrar a realidade material de outras mercadorias e suas relações sociais. Exatamente como outras mercadorias, ele representa ao mesmo tempo um objeto material e um processo que envolve relações sociais. Ao contrário de outras mercadorias, ele recria continuamente relações sociais ou ajuda a reproduzi-las; além disso, elas podem ser as mesmas relações que ajudaram a produzi-lo no primeiro local. Assim, o espaço tem a propriedade de ser materializado por um processo social específico que reage a si mesmo e a esse processo. É, portanto, ao mesmo tempo objeto material ou produto, o meio de relações sociais, e o reprodutor de objetos materiais e relações sociais. Dessa maneira, Lefebvre baseia a multiplicidade da articulação sociedade-espaço numa relação dialética. É justamente esse *status* dialético, ontológico, do espaço que dá origem à sua natureza multifacetada na sociedade. (GOTTDIENER, 1997, p. 133).

Tal natureza multifacetada é percebida em Carlos (2011) quando apresenta que há níveis na produção do espaço. Como já demonstramos, o espaço é produto, meio e condição, assim como o termo *produção* em Lefebvre (1991a) é trabalhado em um sentido muito mais complexo e coerente com Marx (2004) do que na perspectiva marxista ortodoxa ou estruturalista. O nível econômico, por exemplo, é compreendido a partir das necessidades de reprodução do capital, o nível político é visto associado ao Estado e seu domínio territorial – e o espaço é visto como instrumento para uma ordem específica e para a reprodução de determinadas relações sociais – e o nível social é o mais importante, pois os outros dois níveis anteriores realizam-se, dialeticamente, nele (o que faz afirmar que o cotidiano é central para a análise da produção alienadora do espaço).

Produção, pois, ganha um sentido distinto, porém interligado quando olhamos para este ou aquele nível. No nível econômico,

> surgindo como produto, defrontamo-nos com o espaço produtivo, que é o espaço como necessidade de realização do lucro, pela reunião dos elementos que permitem a continuidade da produção-troca. Aqui o espaço se reproduz continuamente como possibilidade de realização ampliada dessa produção. O que se persegue é o processo de valorização do valor, de maneiro que o produto espacial que decorre do movimento de produção do valor não encerra em si, mas se abre para outro momento de valorização. É dessa forma que o espaço não é um produto qualquer, mas ganha uma expressão produtiva. (CARLOS, 2011, p. 75).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

No nível político, como produto, "evidencia-se o espaço da norma e da vigilância como forma de construção de um espaço estratégico", assim como a conformação do espaço abstrato, como salientado anteriormente com Lefebvre (1991a) e Gottdiener (1997), assegurando a reprodução das relações sociais de produção.

Acerca do nível político, Soja (1983, p. 44) afirmara que "ninguém tem contribuído mais para a reconstituição do marxismo no que diz respeito à problemática da espacialidade e do papel do Estado que Henri Lefebvre".

Como ratificado por Elden (2004), o quarto volume de *De l'Etat*[31] representa a síntese de uma preocupação central para a alienação na produção do espaço em Lefebvre: a relação entre Estado e espaço (a partir de noções como "*State mode of production" e* autogestão).

> De acordo com Lefebvre, a produção do espaço surge como uma problemática política somente no século XX, especialmente em sua segunda metade, quando o capitalismo tornava-se intensamente mundializado. Como ele diz em seus trabalhos mais recentes, o capitalismo sobreviveu e desenvolveu-se pela produção do espaço, uma espacialidade capitalista cada vez mais abrangente que é ao mesmo tempo homogeneizada e fragmentada, expandida numa escala global mas também hierarquizada em múltiplos níveis de dominância espacial e subordinação, centros e periferias. Na produção deste espaço, em sua integração hierárquica, o Estado desempenhou o papel proeminente, sustentando as forças de competição e reprodução ampliada do capital. Através desse processo histórico (ele não nasce maduro nas origens do capitalismo), o espaço social e político torna-se não só um produto como um produtor e reprodutor com respeito às relações de produção e dominação. (...) O que é sugerido então é uma profunda mudança de rumo no desenvolvimento histórico do capitalismo, marcado por uma crescente contingência espacial na acumulação capitalista e nas lutas de classe e uma concomitante expansão do papel do Estado no controle e organização da espacialidade capitalista. Esta produção do espaço comandada pelo Estado torna-se, assim, mais do que nunca a base material para a reprodução do próprio capitalismo – e simultaneamente o terreno dinâmico da luta política. (SOJA, 1983, p. 46-47).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

[31] *De l'État* is largely unknown as a work os state theory – both to Lefebvre scholars and to Marxists more generally. This is a significant loss: *De L'État* is a text that is central for understanding Lefebvre's work. Within continental thought his analyses are at least the equal in importance to those better known ones of Gramsci, Althusser and Foucault, though of course the lack of na English translation does not help. On the one hand its importance can be put down to political reasons. Earlier work on the urban, everyday life and the production of space are cast within a more explicitly political context. Among other things, as Lefebvre notes, it 'sketches the history of modern State'." (ELDEN, 2004, p. 214).

O Estado, pois, é uma estrutura para o exercício do poder, da dominação capitalista, sendo a produção de um espaço para os interesses da reprodução das relações sociais de produção elemento central da atividade estatal (portanto os níveis político e econômico são co-constitutivos).

> O Estado é uma forma hierárquica, dotada de abstração concreta de poder, numa relação de subordinação-dominação, que é então utilizada por burocratas para controlar a sociedade. Além disso, ele concebe sua essência, a tarefa concreta da dominação, da mesma forma que realiza o poder econômico – historicamente pela destruição, no curso do tempo, do espaço social e pela substituição por um espaço instrumental, fragmentado, e uma estrutura administrativa hierárquica desenvolvida no espaço. Como observa Lefebvre: "o que é o Estado? Uma 'estrutura", dizem os cientistas políticos, a estrutura de um poder que toma decisões. Sim, mas devemos acrescentar: uma *estrutura espacial*. Se não levarmos em conta essa estrutura espacial e seu poder, retemos apenas a unidade racional do Estado; voltamos ao hegelianismo. Somente os conceitos de espaço e de sua produção permitem que a estrutura de poder atinja o concreto. É nesse espaço que o poder central elimina qualquer outro poder, que uma classe no poder alega suprimir as diferenças de classe. Essa estrutura estatista e o Estado como estrutura não podem ser concebidos sem o espaço instrumental do qual faz uso. (GOTTDIENER, 1997, p. 146).

Como salientado acima, há uma distinção central da abordagem lefebvriana de seus contemporâneos: Lefebvre perceberá que o capitalismo se reproduz produzindo espaço, e nesse processo, o Estado é estrutura central – *estrutura espacial* – para a reprodução das relações sociais de produção. Antes mesmo de *A produção do espaço* (LEFEBVRE, 1991a), Lefebvre em *Espaço e política* (LEFEBVRE, 2008) indicará o quão estratégico e instrumental é o espaço para o Estado e para o capitalismo, indissociavelmente; espaço, política e ideologia como elementos interagentes dessa *estrutura espacial*.

> O papel do Estado nesse processo é contraditório. De um lado, precisa intervir a fim de preservar as coerências do espaço social em face de sua destruição pelas transformações capitalistas dos valores de uso em valores de troca – isto é, do espaço social em espaço abstrato. De outro, suas intervenções são explicitadas pela relação de dominação. Por conseguinte, as intervenções do Estado não resgatam o espaço social; ao contrário, ele apenas ajuda a hegemonia do espaço abstrato (...) Sendo o Estado uma estrutura de poder, suas intervenções inauguraram a destruição do espaço social (...). Para Lefebvre, o Estado está aliado não só contra a classe trabalhadora ou mesmo contra frações do capital, ele é o inimigo da própria vida cotidiana – pois *produz o espaço abstrato que nega o espaço social* que suporta a vida cotidiana e a reprodução de suas relações sociais. (GOTTDIENER, 1997, p. 148).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

No nível social, produção está intimamente ligada ao cotidiano e ao lugar, na contradição entre repetição e produção do novo, na constituição concreta do mundo da mercadoria no plano do vivido, assim como a produção da "humanidade do homem" (CARLOS, 2011, p. 77).

Nessa tensão entre o *possível* já inscrito no espaço social e a hegemonia do espaço abstrato na sociedade moderna, Lefebvre (1979, p. 36-37) argumenta que

> A alienação do homem não é teórica e ideal, ou seja, não se verifica apenas no plano das ideias e dos sentimentos: ela é também, e principalmente, prática, aparecento em todos os domínios da vida prática. O trabalho está alienado: escravizado, explorado, convertido em fastidioso, humilhante. A vida social , a comunida humana, apresenta-se dissociada pelas classes sociais, desarraigada, deformada, transformada em vida política, burlada, utilizada por meio do Estado. O império do homem sobre a natureza, assim como os bens produzidos por este domínio, está açambarcado, e a apropriação da natureza pelo homem social transforma-se em propriedade privada dos meios de produção. O dinheiro, símbolo abstrato dos bens materiais criados pela mão do homem (isto é, do tempo, médio de trabalho social necessário à produção deste ou daquele bem de consumo), domina como senhor os homens que trabalham e produzem. O capital, forma de riqueza social, abstração (que num sentido, e tomado em si, não passa de um jogo de escrita bancária e comercial), impõe os seus ditames à sociedade inteira e implica uma organização contraditória desta sociedade: a relativa sujeição e o relativo empobrecimento da grande maioria desta sociedade. Assim, os produtos do homem subtraem-se à sua vontade, à sua consciência e ao seu controle. Assumem formas *abstratas*, o dinheiro, o capital – que, em vez de serem reconhecidos como tais e de servirem como tais (isto é, como intermediários abstratos entre os indivíduos atuantes), convertem-se, pelo contrário, em realidades soberanas e tirânicas, e isto beneficia uma minoria, de uma classe privilegiada que aproveita e conserva tal estado de coisas. O abstrato torna-se assim, abusivamente, o concreto ilusório e, não obstante, muito real, que oprime o autêntico concreto: o humano. A alienação do homem revela-se, desta maneira, na sua tremenda amplitude, na sua real profundidade.

Destarte, percebe-se que para Lefebvre (1991a), o conflito inerente à produção do espaço, no que concerne ao entendimento da alienação, é diretamente associado à confrontação entre espaço abstrato e espaço social.

> Para Lefebvre, o conflito produzido pelos antagonismos espaciais atravessa as linhas de classe, porque não é produzido apenas por relações de produção. *A principal contradição espacial da sociedade* é a confrontação entre espaço abstrato, ou a exteriorização de práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e com o Estado, e espaço social, ou o espaço de valores de uso produzidos pela complexa interação de todas as classes na vivência diária. Assim, a base contraditória das relações sociais capitalistas não é apenas projetada no espaço, como afirmam os economistas políticos. Uma vez que os padrões espaciais são produzidos por uma formação social antagônica, eles possuem uma dinâmica própria e envolvem contradições que nascem da natureza dialética da organização sócio-espacial. Na sociedade moderna, o espaço abstrato,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

> um espaço homogêneo, fragmentado, hierárquico – chegou a dominar o espaço social, ou o espaço integrado de comunhão social, e o próprio potencial de produção do último foi, ele mesmo, atenuado. Consequentemente, o espaço social perdeu sua unidade orgânica nas cidades das sociedades modernas – pulverizou-se em guetos distintos. Como observa Lefebvre, "os guetos da elite, da burguesia, dos intelectuais, dos trabalhadores imigrantes etc., todos eles não são justapostos, são hierárquicos, e representam especialmente a hierarquia econômica e social, setores dominantes e subordinados". A hegemonia da classe capitalista é renovada através dessa segregação espacial e através dos efeitos da "força normalizadora" da intervenção estatal no espaço. (GOTTDIENER, 1997, p. 130).

Voltado para a reprodução das relações sociais de produção, assim como para a reprodução das forças produtivas, o espaço abstrato é produto de uma violência instituída (também) pelo Estado, como assinalado em Lefebvre (2008) e mais especificamente em Lefebvre (1991a).

> Hoje é fácil para nós compreendermos, desde que estas noções tenham penetrado na "cultura", que o valor de troca, a mercadoria, o dinheiro e o capital são *abstrações concretas* [grifo nosso], formas existindo socialmente (como a linguagem, sobre a qual tanto se discorreu – e como o espaço), mas que necessitam de um conteúdo no sentido de existir socialmente. (...) O espaço abstrato não se capta abstratamente senão por um pensamento que é preparado para separar a lógica e a dialética, para reduzir as contradições à uma falsa coerência, para confundir os resíduos desta redução (por exemplo, a lógica e a prática social). Visto como um instrumento – e não apenas uma aparência social – o espaço abstrato é antes de tudo o locus da natureza, a ferramenta que deseja dominá-la e que, portanto, prevê a sua destruição (...). Este mesmo espaço corresponde à ampliação desta prática (social) que engendra redes cada vez mais vastas e densas na superfície da terra, abaixo e acima desta superfície. Isto corresponde, também, ao trabalho abstrato - a designação de Marx de trabalho em geral - o trabalho social médio que produz valor de troca em geral – e engloba a forma geral da mercadoria; o trabalho abstrato não é uma abstração mental, nem é uma abstração científica no sentido da epistemologia (os conceitos separados da prática que podem ser inventariados e incorporados como saber absoluto); ele tem uma existência social, como valor de troca e a forma valor, eles próprios. Se alguém tentar enumerar as "propriedades" desse espaço abstrato, precisará primeiramente considerá-lo como meio de troca (com suas implicações: a intercambialidade) tendendo a absorver o uso. Isto não exclui o uso político; o espaço da dominação estatal, da violência (militar) é também aquele aonde as estratégias entram em vigor. Mas sua racionalidade (limitada) tem alguma coisa de comum com a racionalidade de uma fábrica – embora alguém não possa ir tão longe para assumir nenhum paralelismo preciso entre divisão técnica e social do trabalho. É neste espaço que o mundo da mercadoria é formado, com todas as suas implicações: acumulação e crescimento, cálculo, previsão, programação. Que é para dizer que este espaço abstrato é o espaço aonde a tendência a homogenização exercita sua pressão e sua repressão com seus meios a disposição: o vazio semântico abolindo as significações anteriores (o que não pode impedir a complexificação do mundial, a multiplicidade das mensagens, dos códigos e operações). Tanto a vasta metaforização que se opera através da história, e a metonimização que se opera através do processo cumulativo, deportam o corpo para fora dele próprio numa forma paradoxal da alienação, conduzem igualmente a esse mesmo espaço abstrato. (LEFEBVRE, 1991a, p.306).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

Destarte,

> O espaço abstrato, que é um instrumento de dominação, sufoca tudo o que é concebido nele e busca sair dele. Embora isso não seja uma característica definitiva do espaço abstrato, não obstante, não há nada secundário ou casual sobre essa tendência. Esse espaço é letal e destroi as condições históricas que lhe deram origem, suas próprias diferenças (internas), e quaisquer diferenças que dão sinais de desenvolvimento, a fim de impor sua racionalidade abstrata. (LEFEBVRE, 1991a, p. 370).

Nessa contradição, a tríade vivido, percebido e concebido revela as possibilidades da construção de um espaço diferencial, na superação do espaço abstrato. Não dissociando teoria e prática espacial, dimensão material do espaço e dimensão imaterial, Lefebvre (1991a, p. 316) afirmara que

> o vivido faz parte do teórico e a separação cai entre conceber e viver (…) a análise do espaço aburguesado valida a teoria do espaço abstrato. Mais ainda: unindo o vivido e o concebido, ela mostra o conteúdo da abstração e reúne, por isso mesmo, o sensível e o teórico. Os sentidos se tornam teóricos, a teoria revela o sentido do sensível.

Em outros termos, na contradição entre apropriação e dominação articulam-se diferentes níveis – como afirmado anteriormente – como também dimensões do espaço – o concebido, o vivido e o percebido – fazendo com que as abstrações sejam concretas, fazendo com que as abstrações decorrentes do concebido interajam dialeticamente com a dimensão do vivido do espaço, e, nesse conflito, as práticas espaciais concatenam tais dimensões no nível social.

A produção do espaço, a partir da tríade concebido, vivido e percebido relaciona-se a três dimensões da realidade especial: práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação.

> Prática espacial – a qual engloba a produção e a reprodução, assim como as localizações particulares e os conjuntos espaciais característicos de cada formação social. Prática espacial pode assegurar continuidade e algum grau de coesão. Em termos de espaço social, e de cada membro de um dado relacionamento da sociedade com aquele espaço, esta coesão implica em um nível garantido de competência e um nível específico de performance. Representações do espaço, que se diretamente associadas às relações de produção e à "ordem" que essas relações impõem, e portanto ao conhecimento, aos signos, aos códigos, e para as relações "frontais". Espaços de representação, incorporando complexos simbolismos, algumas vezes codificados, outras não, ligados ao clandestino ou subterrâneo da vida social, como também para a arte (...). (LEFEBVRE, 1991a, p.33).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

Para Lefebvre, as práticas espaciais são as práticas sociais as quais, no espaço social, re-produzem relações sociais, assim como o espaço, e ao mesmo tempo se re-produzem, as representações do espaço são o espaço concebido, o espaço dos tecnocratas, da razão de Estado, da razão instrumental e que instrumentaliza o espaço a partir de estratégias que domina e dissimulam o verdadeiro conteúdo do humano, que se declara neutra porém prenhe de ideologias (como anteriormente salientado em *Espaço e Política*), associada à hegemonia do capital e do Estado – tido esse como uma *estrutura espacial*, na conformação e reprodução do espaço abstrato e de toda sorte de mediações de segunda ordem, e os espaços de representação, vividos no subterrâneo do vivido, ainda dominado pelas abstrações as quais pesam sobre a humanidade do homem, em sua realização como *homem total*.

O espaço abstrato se impõe perante a re-produção de mediações de segunda ordem na reprodução sociometabólica do capital, a partir da articulação entre os níveis econômico e político.

As abstrações inerentes ao nível econômico se articulam com a instrumentalização do espaço pelo Estado – nível politico - e configuram-se como a negação das possibilidades de transcendência positiva da autoalienação na construção do espaço diferencial através das práticas espaciais – nível social - assim como o espaço diferencial representa a possibilidade de construção do *homem total* mediante as possibilidades de superação da repetição de relações as quais são conservadas pelo Estado e o capital; a práxis espacial, na construção de espacialidades diferenciais, como elementos co-constitutivos da transcendência positiva da autoalienação do trabalho.

Dessas contradições emerge o *espaço diferencial*. Surgindo como um "direito à diferença",

> eu chamo esse novo espaço de espaço diferencial, porque, uma vez que o espaço abstrato tende para a homogeneidade, para a eliminação das diferenças ou peculiaridades, um novo espaço não pode nascer (ser produzido), a menos que ele acentue as diferenças. (LEFEBVRE, 1991a, p. 52).

Vale ressaltar que em *De L'État*, percebe-se uma íntima relação entre essa concepção de "direito à diferença", inerente ao espaço diferencial, e a noção de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

autogestão.

Em *Autogestion and the right to difference*, Elden (2004, p. 226) estabelece um questionamento central acerca dessa relação:

> [...] can the state be harnessed to progressive political goals? Lefebvre's answer is that only a radical rethink of the state, and essentially a wholesale removal of its power, is suficiente to achieve this. Although Lefebvre only rarely provides a positive alternative to the problems he identifies, there are two principal componentes to his rethinking – a programme of *autogestion* and a reformulated understanding of citizenship, which would include a rethink of rights. Taken together, they provide the basis for a reorientation of state – albeit in a radically transfigured form – for progressive goals. (...) The theme of *autogestion* is widespread in Lefebvre's work and emerges from his engagement with the journal *Autogestion* (...). The therm *autogestion* is best left untranslated. Literally it means "self-manegement", os "self-government", but with a sense of it being workers or citizens control. The term, much used in 1970s around Eurocomunism and onther leftist groups, has connotations of radical democracy, of greater direct democracy, of a moving beyond mere "representation", of returning power to local communities and so on. (...) Lefebvre proves a useful overview definition: *"autogestion* is defined as knowledge of and control (at the limit) by a group – a company, a locality, na area or region – over the conditions governing its existence and its survival through change". Throug *autogestion*, these social groups are able to influence their own reality. The *right to autogestion*, like the right to representation, can be proclaimed as a *citizen's right*, with thw ways in which it is applied being spelled out later. Action and initiative by the rank-and-file are Always desirable. But have we to wait until the practice is working before espousing the principle? The growth of democracy goes like this: either democracy declines – or the *right to autogestion* is brought into the definition of citizenship... The *right to autogestion* involves the right to democratic control of economy, and therefore of companies, including national and nationalises companies, those up to now under some degree of state control.[32]

[32] "[...] o estado pode ser aproveitado para objetivos políticos progressistas? A resposta de Lefebvre é que apenas um repensar radical do estado, e essencialmente uma remoção total de seu poder, é suficiente para conseguir isso. Embora Lefebvre raramente forneça uma alternativa positiva aos problemas que ele identifica, existem dois componentes principais para repensar - um programa de autogestão e um entendimento reformulado da cidadania, que incluiria uma repensação de direitos. Juntos, eles fornecem a base para uma reorientação do estado - ainda que de forma radicalmente transfigurada - para objetivos progressivos. (...) O tema da autogestão é generalizado no trabalho de Lefebvre e emerge de seu envolvimento com a revista *Autogestion* (...). É melhor deixar a autogestion térmica sem tradução. Literalmente, significa 'autogerenciamento', ou 'autogoverno', mas com a sensação de que eles são trabalhadores ou cidadãos. O termo, muito usado na década de 1970 em torno do eurocomunismo e de outros grupos de esquerda, tem conotações de democracia radical, de maior democracia direta, de um movimento além da mera 'representação', de devolver o poder às comunidades locais e assim por diante. (...) Lefebvre prova uma definição geral útil: 'autogestão é definida como conhecimento e controle (no limite) por um grupo - uma empresa, uma localidade, uma área ou região - sobre as condições que governam sua existência e sua sobrevivência através da mudança'. Através da autogestão, esses grupos sociais são capazes de influenciar sua própria realidade. O direito à autogestão, como o direito à representação, pode ser proclamado como um direito do cidadão, com as formas pelas quais ele é aplicado sendo explicado posteriormente. A ação e a iniciativa do ranking são sempre desejáveis. Mas temos que esperar até que a prática funcione antes de adotar o princípio? O crescimento da democracia é assim: ou a democracia declina - ou o direito à autogestão é introduzido na definição de cidadania... O direito à autogestão envolve o direito ao

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

Destarte, a reprodução das relações sociais de produção não estão dissociadas da produção do novo, pois coexistem contraditoriamente.

Como verdadeiro dialético, Lefebvre não irá estabelecer uma linearidade temporal entre espaço absoluto espaço abstrato e espaço diferencial. Apesar de possuir caráter histórico, é na dialética entre inumano e humano no espaço abstrato moderno que residem as possibilidades de construção do *homem total*, assim como a produção da *humanidade do homem*.

A reprodução das relações sociais de produção dentro desse espaço inevitavelmente segue duas tendências: a dissolução de velhas relações e o nascimento de novas relações. Assim, a despeito de – ou antes por causa de – sua negatividade, o espaço abstrato carrega dentro dele mesmo as sementes de um novo tipo de espaço (LEFEBVRE, 1991a, p.52).[33]

Partindo dessa contradição essencial, afirma-se, pois, que para Lefebvre o entendimento da re-produção do espaço no capitalismo pressupõe a sua inserção dentro do quadro referencial da teoria da alienação (abordada anteriormente), e isso ocorre fundamentalmente porque a) as mediações de segunda ordem obliteram as possibilidades de realização do humano, do *homem total*, na generalização do mundo da mercadoria e na sobredeterminação do valor de troca b) a natureza do espaço se encontra como a natureza do trabalho no capitalismo –

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

---

controle democrático da economia e, portanto, de empresas, incluindo empresas nacionais e nacionalizadas, até agora sob algum grau de controle estatal." (ELDEN, 2004, p. 226).

[33] E é nesse sentido que Lefebvre *apud* Elden (2004, p. 228) afirma que "*autogestion* is not something established but is itself the site and stake of struggle. *Autogestion* has to be applied at the level of *production".* Sobre esse aspecto, Elden (2004, p.237) demonstrará que é de suma importância para o entendimento da complementariedade entre *De L'État* e *The Production of Space* a ideia que há uma produção política do espaço e o Estado deve ser visto, como abordamos anteriormente, como uma *estrutura espacial*. "Classical liberalism operates without reference to territory; even the notion of right, of sovereignty has a poor grasp of territorial concerns: sovereignty is exercised over people rather than things. The state is conceived in itself and by itself, as a real abstraction, without a spatial bodym without concrete support other than 'subjects support'. Political thought should be *spatialized*". Como Lefebvre sugere em *De L'État* III, p. 120 *apud* Elden (2004,p. 238), "capitalism seizes the whole space. Without appropriating it to its use, it dominates it and modifies it for exchange; it produces its space, that of domination, around centres of decision, of wealthm of knowledge and information". Percebe-se, pois, o entrecruzamento entre a noção de espaço abstrato presente em *A produção do espaço* e a perspectiva sobre Estado e espaço em *De L'État*, na reprodução das relações sociais de produção como nexo categorial aglutinador de todos os questionamentos sobre essa nova e revolucionária concepção de *produção* de Lefebvre. Como Lefebvre *apud* Elden (2004, p.238) assinala, "Reproduction (of the relations of production, not just the means of production) is located not simply in *society as a whole* but in *space as a whole*. Space, occupied by neo-capitalism, sectioned, reduced to homogeneity yet fragmented...becomes the seat of power".

homogeneizado, fragmentado e hierarquizado; c) a verdadeira "ciência humana" de Marx se encontra impedida de se realizar pois a praxis espacial, a indissociabilidade entre fazer e saber, na realização da filosofia, é degenarada pelo Estado, o qual toma o espaço como instrumento politico de importância capital (e, nesse sentido, as duas dimensões da alienação moderna indicadas no capítulo anterior entrecruzam-se nesse processo); d) ocorre a dominação do espaço abstrato sobre o espaço social, atualizando, nesse sentido, o sentido marxiano (MARX, 2004) de "exteriorização da vida (*Lebensäusserung)*" na negação da *apropriação* não alienada de suas obras[34] e de si mesmo*;* a noção de *produção*, com Lefebvre, emerge como reveladora da contradição entre o inumano e o humano, na transcendência positive da autoalienação, no momento em que expressa tanto a possibilidade de produção de um espaço diferencial, quanto no sentido metafilosofico do entendimento onto-epistemológico (espacial) das mediações de primeira ordem e de segunda ordem.

Diferentemente das abordagens marxistas de seus contemporâneos acerca do espaço – o que nos faz afirmar que foi o primeiro na história a realizar uma verdadeira epistemologia política da espacialidade das relações sociais – Lefebvre superará dialeticamente as abordagens teóricas que apenas observam o nível da dominação econômica na reprodução das relações sociais de produção capitalistas e, assim, assinalará a importância da dialética entre valor de uso e valor de troca (na análise dialética da relação/confrontação entre espaço abstrato e espaço concreto), "que produz tanto um espaço social de usos quanto um espaço abstrato de expropriação" (GOTTDIENER, 1997, p. 131); alienação e espaço, pois, como elementos nucleares da *re-produção das relações sociais de produção (LEFEBVRE, 1973).*

Já em *O Direito à Cidade* (LEFEBVRE, 2001) percebe-se indícios da relação entre a alienação e o espaço. Apesar de não estabelecer uma teorização sistematizada acerca do espaço, irá argumentar que uma versão radical da práxis espacial reside no direito existencial ao espaço, na superação do espaço abstrato –

[34] Anteriormente, neste capítulo, referimo-nos – no que concerne à *apropriação* - a produto e não obra. Isso ocorre por precisão conceitual em relação aos *Manuscritos* de Marx (MARX, 2004) e aos escritos de Lefebvre (1958, 1999, 1991a, 2008), uma vez que enquanto o primeiro se remete a uma superação mediante uma verdadeira apropriação dos *produtos* do homem e de sua própria existência, o segundo se refere a uma superação mediante a noção de *obra.*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

noção que desenvolverá nos anos seguintes. A construção de um "espaço das diferenças" só existirá na superação da dominação do espaço abstrato, assim como é necessário extinguir todo o sistema de relações de propriedade e toda forma institucionalizada de domínio do espaço - tanto o domínio político quanto econômico –, os substituindo por relações sociais que tenham o primado do uso e não da troca, da apropriação e não da dominação. Entretanto, como afirmado, o desenvolvimento de uma epistemologia política do espaço só irá ocorrer em *Espaço e Política* e de forma mais complexa em *A produção do Espaço*. Tal fato não nos permite desconsiderar que a teoria da alienação sempre esteve presente em suas obras – isso será nítido quando estabelece a relação entre cotidiano e alienação em Lefebvre (1958, 1991b, 2002), como salienta Costa (2009), ou mesmo em suas obras da primeira metade do século XX. Se a teoria da alienação é fundamental para uma nova construção onto-epistemológica do espaço a partir de Lefebvre, essa nova (e revolucionária) concepção de espaço - a partir do que apresentamos neste capítulo e nos anteriores -, torna-se fundamental para pensar a alienação no mundo atual, mediante a sua realização no *cotidiano*, na negação do *urbano* e nos horizontes do *possível*.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

5. Considerações Finais

Corroboramos com o questionamento de Carlos (2015, p. 9), ao apontar que "desvendar o mundo a partir do espaço, isto é, a partir da espacialidade das relações sociais seria tarefa e destino da Geografia?". Afirmamos, como a autora, que sim. Entretanto, acrescentamos a seguinte afirmação, a qual segue o caminho de seu questionamento e resgata um aspecto central para pensar a espacialidade das relações sociais: a teoria da alienação exerce um papel central na reconstrução da noção de espaço no processo de renovação epistemológica em Geografia desencadeado a partir da geografia crítica de viés marxista – uma vez que instaura um movimento de ruptura ontológica e epistemológica no pensamento geográfico – e esse movimento, balizado na atualização da filosofia da práxis (metafilosofia), apresenta repercussões prático-teóricas para além da Geografia, uma vez que permite-nos deslocar o olhar do objeto de estudo dessa disciplina para o entendimento das espacialidades da reprodução das relações sociais de produção.

A tese da autora, fundadora de uma metageografia, é que

> a produção do espaço como construção social é condição imanente da produção humana ao mesmo tempo que é seu produto. Neste raciocínio, a produção do espaço seria uma das obras do processo civilizatório. O espaço, em sua dimensão real, coloca-se como elemento visível, em sua materialidade, mas também como representação de relações sociais reais que a sociedade em cada momento da história (*produz*). Na contramão do que apregoam os geógrafos poderíamos construir a hipótese segundo a qual não existiria um 'espaço geográfico', mas uma dimensão espacial da realidade, acarretando a necessidade de um modo de entender o mundo através da compreensão do espaço como produção social (e histórica). (CARLOS, 2015, p. 10, grifo nosso).

Acrescentamos, como caminho investigativo, que a teoria da alienação é central para o entendimento da tese da autora, assim como para o desenvolvimento do caminho de pesquisa denominado de metageografia, uma vez que ao mesmo tempo em que tal teoria foi fundamental para a reconstrução do pensamento geográfico acerca da dimensão espacial da realidade, tal teoria é atualizada pela incorporação da dimensão espacial nas análises de Henri Lefebvre.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que estamos afirmando que ocorre a atualização da Geografia - em seu processo de renovação epistemológica e de desenvolvimento de uma epistemologia política nessa ciência parcelar - a partir da

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

incorporação da metafilosofia através da teoria da alienação, afirmamos, também, que a teoria da alienação e, por conseguinte, a metafilosofia, atualizam-se em virtude dos desenvolvimentos realizados pelas pesquisas em Geografia amparadas na perspectiva da produção do espaço de Henri Lefebvre.

Convém ressaltar que não fez parte dos nossos objetivos identificar todos os autores que contribuíram para tal desenvolvimento – o que nos remeteria para a análise específica do desenvolvimento da orientação marxista-lefebvriana do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo ou mesmo para a análise dos inúmeros autores que contribuíram para a renovação epistemológica em Geografia, por exemplo, como citado no primeiro capítulo – mas desvendar horizontes à reconstrução epistemológica da Geografia, na construção de uma perspectiva verdadeiramente política da dimensão espacial da realidade, a partir da incorporação da teoria da alienação no desenvolvimento da metafilosofia da Henri Lefebvre.

Nesse caminho, percebeu-se que mais do que uma reflexão sobre a inserção da disciplina geográfica em determinado campo epistemológico, a reflexão que tende para a abordagem política de determinada ciência – portanto epistemologia política ou crítica – busca desvendar os horizontes abertos por determinada teoria, conceito ou dimensão da realidade, almejando a sua transformação; utopia e epistemologia retroalimentando-se na práxis, a partir do entendimento da dimensão espacial da realidade.

A noção de produção, assim como o entendimento da reprodução das relações sociais de produção e da produção do espaço permitem, pois, que busquemos a compreensão da realidade a partir da prática espacial como condição *sine qua non* da existência, assim como a compreensão de que realidade objetiva e subjetiva, ou consciência e objetivação não são realidades opostas, mas elementos constitutivos da produção contínua do espaço.

Tal entendimento foi possível a partir do resgate dos *Manuscritos de 1844* e das obras de Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 1955, 1967, 1968, 1977a, 1977b, 1979, 1989, 1991a, 1991b, 1999, 2001, 2002, 2006, 2008, 2009), assim como dos autores os quais possibilitaram desvendar os caminhos traçados por essas obras.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

Percebe-se que no terceiro capítulo tais abordagens foram desenvolvidas em relação à compreensão dos aspectos centrais da filosofia da práxis e da genealogia da uma epistemologia política em Geografia, identificadas no segundo capítulo, o que permitiu a percepção de dois aspectos ou dimensões gerais da teoria da alienação – a alienação filosófica e a alienação política.

Se por um lado alcançamos a crítica da neutralidade epistemológica em Geografia, por outro desvendamos os caminhos a serem percorridos em momentos futuros a partir de uma concepção revolucionária do saber e da prática espacial, mediante a crítica da sistematização/enclausuramento do pensamento e da ação, a partir do entendimento (crítico) da produção alienadora do espaço.

Segundo Moraes (2005, p. 17),

> A consciência só existe no "ser consciente", no "homem real" de que nos fala Marx nos *Manuscritos de 1844*. A captação dos fenômenos, as formas de sua descrição e representação, os modelos para seu equacionamento analítico, os conceitos e categorias, enfim os conductos da reflexão, tudo emana da própria vida da sociedade. São coisas gestadas pela práxis humana. A percepção do mundo tem também a sua história, que se traduz em diferenciadas formas de abordar o real e exprimí-lo. Nesse sentido, pode-se dizer que a consciência social é um produto social, assim como a própria armação das subjetividades.

A consciência filosófica da modernidade, assim como a percepção do espaço inerente a essa consciência não se inscrevem distantes da produção do espaço como potência estranha ao ser humano, como exterioridade alienada. A produção do espaço-mercadoria revela ao mesmo tempo as mediações de segunda ordem do capital e a negação do humano, por um lado, e o *possível*, por outro, na reprodução do espaço como produto, meio e condição da superação da alienação. São essas as condições as quais possibilitam afirmar o epistemicídio do espaço na modernidade, na atualização do positivismo desencadeada hodiernamente, assim como negar tal perspectiva, mediante a incorporação da teoria da alienação como elemento nuclear da metafilosofia no desenvolvimento do pensamento geográfico, no presente caso, no desenvolvimento de uma perspectiva epistemológica política em Geografia a partir da geografia crítica de viés marxista não economicista.

Diante disso, pode-se afirmar que apesar da "soma Lacoste, Milton e Quaini" revelar a Geografia descobrindo Marx, como afirma Moreira (2007, p.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

29), somente com Henri Lefebvre a Geografia dará um salto qualitativo no que concerne ao desenvolvimento de um estatuto teórico sobre a dimensão espacial da realidade, a partir da *produção do espaço* (CARLOS, 2011), na incorporação da metafilosofia através da teoria da alienação nessa construção teórica.

> Se com Lacoste somos levados ao problema ideológico-político da questão do espaço, com Lefebvre somos transportados ao do seu *estatuto teórico*. Com um tom distinto do estilo irônico e solto de Lacoste, Lefebvre esmiúça os fundamentos da compreensão marxista do espaço (...) Teve particular efeito o livro *A re-produção das relações de produção*, obra de 1973 (mesmo ano da edição francesa), editado pelas Publicações Escorpião, Lisboa. Efeito maior que o dos próprios livros sobre o espaço urbano, da Ediciones Península. Aqui, Lefebvre toma o espaço como foco do seu olhar, apresentando-o como a categoria que comanda a reprodução da estrutura global da sociedade a partir da reprodução das relações de produção. Isto é, o espaço como a categoria do real que se aqui é determinado, emerge logo a seguir no vir-a-ser como determinante, numa dialética de relação sociedade-espaço que faz do espaço uma categoria estruturante e dinâmica da sociedade na história. (MOREIRA, 2007, p. 26, grifo nosso).

Nesse sentido, a práxis espacial revela as (im)possibilidades de realização do *homem total*, assim como os desafios e horizontes de sua compreensão e construção. A superação da filosofia, assim como do epistemicídio do espaço perpassa, pois, a prática espacial. Na superação dos elementos nucleares da alienação, no espaço social, "o vir-a-ser-filosofia do mundo propicia o vir-a-ser-mundo da filosofia" (LEFEBVRE, 1967, p. 77). Sendo a práxis revolucionária a introdutora da inteligibilidade concreta nas relações sociais, essa (a práxis), "no seu mais alto grau (criador, revolucionário), inclui a teoria que ela vivifica e verifica. Ela compreende a decisão teórica como a decisão de ação" (LEFEBVRE, 1977a, p. 158).

Tal encaminhamento teórico desenvolvido nesta tese nos direciona para outro projeto, envolvendo a) a análise das rupturas e continuidades entre os *Manuscritos de 1844* e *O Capital* no que se refere à teoria da alienação; b) a análise do *cotidiano*, do *possível* e do *urbano* em Lefebvre, na relação com a distinção entre a teoria da alienação desenvolvida em/a partir dos *Manuscritos* e a teoria da alienação desenvolvida em/a partir de *O Capital*; c) a análise do *urbano* e de sua crítica da vida cotidiana e a relação com a reconstrução da concepção de espaço em Lefebvre, retroalimentando, assim, esta tese.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

6. Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **For Marx**, Harmondsworth: Penguin, 1969.

ALTHUSSER, Louis; e BALIBAR, Étienne. **Reading Capital**. Londres: New Left Books, 1970.

ALVES, Rafael de Oliveira. O direito e a propriedade: o privado, o público e o comum. In: **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana.** Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

ANDRADE, Luiz Antônio Evangelista de. A urbanização de Belo Horizonte e a re-produção social das suas periferias metropolitanas: da irrupção à alienação das necessidades?. **GEOUSP**, v. 32, p. 5-20, 2012.

ARAGÃO, Luciano Ximenes. A ágora (ainda): aproximações iniciais entre a urbanização trágica e a mistificação da consciência. In: **Desafios da metropolização do espaço.** Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

_____. Quem tem medo da autogestão? **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais.** Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

ARENDT, Hannah. **A promessa da política.** Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

AZEVEDO, Pablo. A multidão contra o povo: Spinoza e o exórdio de uma democracia por vir. In: **Spinoza e Nietzsche: filósofos contra a tradição.** BARRETO, Ana Cláudia Gama; BILATE, Danilo; BARROS, Tiago Mota da Silva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

BADIOU, Alain. **Em busca do real perdido.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

BADIOU, Alain. et al. Sobre la idea del comunismo. Buenos Aires: Paidós, 2010.

BEVEDER, Mónica Brun. Considerações sobre a reprodução das relações sociais e a produção dos espaço no pensamento de Henri Lefebvre. **Marx e o Marxismo**. v.2, n.3, ago/dez 2014. p. 335-356.

BORON, Atilio A. Filosofia política e crítica da sociedade burguesa: o legado teórico de Karl Marx. En publicacion: Filosofia política moderna. In: BORON, Atilio A. **De Hobbes a Marx.** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciencias Políticas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de São Paulo. 2006. ISBN: 978-987-1183-47-0, p. 287-328. (*Online).*

BRENNER, Neil. State Theory in the Political Conjuncture: Henri Lefebvre's "Comments on a New State Form". In: **Antipode.** Oxford: Blackwell Publishers. P. 783-807. 2001.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

BRENNER, Neil; KEIL, Roger (orgs.). **The global cities reader.** NY: Routledge, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial.** São Paulo, Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A privação do urbano e o "direito à cidade" em Henri Lefebvre. In: **Justiça espacial e o direito à cidade.** São Paulo: Contexto, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução da cidade como "negócio". In CARLOS, Ana Fani Alessandri, CARRERAS, Carles. **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole.** São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Crise Urbana.** São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Espaço-tempo na metrópole.** São Paulo: Contexto, 2001.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant; NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica.** São Paulo: Cortez, 2012.

CASTELLS, Manuel. **The urban question: a Marxist approach**. Londres: Edward Arnold. 1977.

CASTORIADIS, Cornelius. A criação histórica e a instituição da sociedade. In: CASTORIADIS, Cornelius et al. **A criação histórica.** Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1992b.

_____. **As encruzilhadas do labirinto, III: o mundo fragmentado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992a.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Política em Espinosa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CIAVATTA, Maria. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATA, Maria (org.). **Teoria e Educação no Labirinto do capital.** São Paulo: Expressão popular, 2014.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

COSTA, M. H. M. Algumas reflexões acerca da categoria da alienação no marxismo francês entre o final da segunda guerra e os anos 60. **Cadernos Cemarx**, v. 5, p. 77-88, 2009.

_____. Exteriorizacao da vida e alienacao nos Manuscritos Economico-filosoficos de Karl Marx. Sapere Aude: **Revista de Filosofia**, v. 9, p. 61, 2018.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **O estruturalismo e a miséria da Razão.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política.** São Paulo: Boitempo, 2011.

DAMIANI, Amelia Luisa. A Cidade (Des)Ordenada e o Cotidiano. **Revista do Departamento de Geografia** (USP), São Paulo, v. 9, p. 107-116, 1995.

_____. Introdução a elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia. **Revista do Departamento de Geografia**, v. Esp., p. 254-283, 2012.

DUNFORD, M., e PERRONS, D. **The arena of capital**. Londres: Macmillan, 1983.

ELDEN, Stuart. **Understanding Henri Lefebvre: Theory and the possible**. New York: Continuum, 2004.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1994.

FERREIRA, Alvaro. A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões do espaço: por que falar em agentes, atores e mobilizações? **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais.** Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

_____. Metropolização do espaço, cotidiano e ação: uma contribuição teórico-metodológica. In: **Desafios da metropolização do espaço.** Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

_____. Produção alienadora das cidades e indícios de insurgência: materialização, substrução e projeção. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. (Orgs.). **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação.** Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

FOUCAULT, Michel**. A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1984.

GIDDENS, Anthony. **Central problems in social theory: action, structure and contradiction in social analysis**. Londres: Macmillan, 1979.

GLUCKSMANN, M. **Structuralist analisys in contemporary social thought: a comparison of the theories of Claude Lévi-Strauss and Louis Althusser**. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1974.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

GOLDMANN, Lucien. A criação cultural na sociedade moderna. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

_____. A reificação das relações sociais. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza (orgs**.). Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia.** São Paulo: LTC, 1977.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano.** São Paulo: Edusp, 1997.

GOUVÊA, Josiane Barbosa; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. Alienação e resistência: um estudo sobre o cotidiano cooperativo em uma feira de pequenos produtores do oeste do Paraná. **Revista Gestão e Conexões.** Vitória (ES), V.4, n.1, jan./jun. 2015. P.68-90.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, 6 vols. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

GREGORY, D. "Contours of crisis? Sketches for a geography of class struggle in the early industrial Revolution in England", em Baker, A. R. H., e Gregory, D. (orgs.), **Explorations in historical geography: interpretative essays**. Cambridge, Cambridge University Press. P. 68-117. 1984.

_____. **Ideology, Science and human geography**. Londres: Hutchinson, 1978.

GREGORY, Derek et al. **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Theory and practice**. Londres: Heinemann, 1974.

HARRISS, J., e HARRISS, B. "Development studies". **Progress in Human Geography**. P. 3:576-584. 1979.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. Dialectics. In: **Justice, nature and the geography of difference**. Oxford: Blackwell, 1996.

_____. **Espaços de esperança.** São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. **Social justice and the city**. Londres: Edward Arnold, 1973.

_____. **The limits to capital**. Oxford: Brasil Blackwell, 1982.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

_____. **The urban experience**. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

_____. **The urbanization of capital**. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

HORVATH, R. "The 'Detroid Geographical Expedition and Institute' experience", ***Antipode***. P. 3(1):73-85. 1971.

HOWARD, M. C., e KING, J. E. **The political economy of Marx**. Londres: Longman, 1985.

JAPPE, Anselm. Alienação, reificação e fetichismo da mercadoria. **Limiar**, vol.1, n. 2, jan./jul. 2014.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Editora Paz e terra, 1969.

LACOMBE, M. S. M. Os Fundamentos Marxistas de um Sociologia do Cotidiano. **Outubro (São Paulo)**, v. 1, p. 143-170, 2008.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo – Ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

LEFEBVRE, H. **La Presencia y La Ausência: contribuición a la teoria de las representaciones.** México: Fundo de Cultura Econômica, 2006.

_____. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. A "práxis": a relação social como processo. In: **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia.** São Paulo: LTC, 1977a.

_____. **A Re-produção das Relações de Produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Nobel, 1991b.

_____. **Crítique de la vie quotidienne 1 - Introduction**. Paris: L'Arche Éditeur, 1958.

_____. **Critique of everyday life. Volume II – foundations for a sociology of the everyday**. New York: Verso, 2002.

_____. **Dialectical materialism**. Minessota : Minessota press edition, 2009.

_____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

_____. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia.** São Paulo: LTC, 1977b.

_____. La notion de totalité dans les sciences sociales. **Cahier Internationaux de Sociologie** (Nouvelles Série), (18), 1955.

_____. **Metafilosofia.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1967.

_____. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **O marxismo.** São Paulo: Difel, 1979.

_____. Produção e re-produção. **Espaço e economia – Revista brasileira de geografia econômica**. Ano IV, N.8. Tradução de Márcio Rufino Silva. 2016.

_____. **Sociologia de Marx**. São Paulo: Forense, 1968.

_____. **The production of space.** Oxford, UK: Blackwell, 1991a.

_____. Urbano (O). In: LEFEBVRE, Henri. **Le retour de la dialectique: 12 mots clef pour le monde moderne.** Paris: Messidor/Éditions Sociales,1986.

LELIS, Natália. Do momento-espaço político : o momento político e o espaço diferencial. In: **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana.** Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões. In: **Desafios da metropolização do espaço.** Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

_____. Metropolização do espaço: processos e dinâmica. In: **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais.** Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

_____. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade.** São Paulo: contexto, 2003.

_____. **Totalidade e tríades: compreendendo o pensamento de Léfebvre**. S/N.

LÉVI-STRAUSS, C. **Structuralist anthropology**. Nova York: Basic Books, 1963.

LIMA, Elias Lopes de. **Encruzilhadas geográficas: notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

LIMONAD, Ester. **Geo*graphia***. Ano 1, nº 1, 1999.

LÖWY, Michael**. Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista.** São Paulo: Cortez, 2015.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

LUKÁKS, Györg. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

LUTFI, Eulina Pacheco; SOCHACZEWSKI, Suzanna; JAHNEL, Teresa Cabral. As representações e o possível. In**: Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

MACINTYRE, S., y TRIBE, K. **Althusser and Marxist theory**. Cambridge: los autores, 2ª ed, 1975.

MACKENZIE, S. "Women's responses to economic restructuring: changing gender, changing space", en Hamilton, R., y Barrett, M. (orgs.), **The politics of diversity: feminism, Marxism and nationalism**. Londres: Verso. P. 81-100. 1986.

MARCUSE, H. **Counterrevolution and revolt**. Boston: Beacon Press, 1972.

_____. **One dimensional man: studies in the ideology of advanced industrial Society**. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1964.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, Maurício Vieira. **Marx, Espinosa e Darwin: pensadores da imanência.** Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 2011a; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011a.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boietempo, 2004.

_____. **O capital. Vol. I**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MASSEY, Doreen. e MEEGAN, R. A. **The anatomy of job loss**. Londres: Methuen, 1982.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

MASSEY, Doreen. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **Geographia**, ano 6, n. 12, Rio de Janeiro. Dez. 2004.

_____. **Spatial divisions of labour: social structures and the geography of production.** Londres: Macmillan, 1984.

MCDOWELL, L. "Towards an understanding of the gender Division of urban space", ***Environment and Planning D: Society and Space***, n. 1, ano 1, 1983.

MENDES, Alexandre Pinto. O povo em armas – democracia e violência em Spinoza. In: **Spinoza e Nietzsche: filósofos contra a tradição.** BARRETO, Ana Cláudia Gama; BILATE, Danilo; BARROS, Tiago Mota da Silva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011. In: **Spinoza e Nietzsche: filósofos contra a tradição.** BARRETO, Ana Cláudia Gama; BILATE, Danilo; BARROS, Tiago Mota da Silva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado.** São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. Causalidade, tempo e formas de mediação. In: **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. **Filosofia, ideologia e ciência social.** São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O conceito de dialética em Lukács**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MISOCZKY, Maria Ceci; OLIVEIRA, Clarice Misoczky de. The city and the urban as spaces of capital and social struggle: notes on Henri Lefebvre's enduring contributions. **RAP. Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 52, p. 1015-1031, 2018.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia – Pequena história crítica.** São Paulo: Annablume, 2007.

_____. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Ruy. **Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas.** São Paulo: Contexto, 2012b.

_____. **O pensamento geográfico brasileiro 2: as matrizes da renovação.** São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **O pensamento geográfico brasileiro 2: as matrizes da renovação.** São Paulo: Contexto, 2012a.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico? – Por uma epistemologia crítica.** São Paulo: Contexto, 2014.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

_____. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfica.** São Paulo: Contexto, 2010.

NETTO, José Paulo e CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano, conhecimento e crítica.** São Paulo: Cortez, 2012.

OSLENDER, Ulrich. Espacio, lugar y movimientos sociales: hacia una "espacialidad de resistência". **Scripta Nova: Revista eletrônica de geografia e ciências sociais**, V. VI, N. 115, p. 1-19. JUN/2002. OURIQUES, H. R. O urbano como libertação - uma leitura sobre Lefebvre**. Formação (Presidente Prudente)**, Presidente Prudente, v. 8, p. 123-130, 2001.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom**. Dicionário do pensamento social do Século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PADUA, Rafael Faleiros. Lutas urbanas, cotidiano e emancipação. In: **Justiça espacial e o direito à cidade.** São Paulo: Contexto, 2017.

PEET, R. (org.). "The development of radical geography in the United States", **Progress in Human Geography**. 1977b.

_____. (org.). **Radical geography: alternative viewpoints on contemporary social issues**. Londres: Methuen, 1977a.

PEET, R., e THRIFT, N. (orgs.). "Political economy and human geography", em Peet, R., y Thrift, N. (orgs.), **New models in geography: the political-economy perspective, vol. 1**. Londres: Unwin Hyman, 1989.

PEET, Richard. **Imaginários de desenvolvimento.** S/N.

PIAGET, J. **Structuralism**. Nova York: Basic Books, 1971.

PICKERILL, Jenny; CHATTERTON, Paul. Notes towards autonomous geographies: creation, resistance and self-management as survival tactics. **Progress in human geography**, 30, 6, 2006.

POGREBINSCHI, Thamy. **O enigma do politico: Marx contra a política moderna.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.

_____. O politico contra a política: uma agenda de pesquisa em forma de manifesto. **Sinais Sociais**. v.2, n.4, maio/agosto 2007.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx.** São Paulo: Boitempo, 2014.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

RANDOLPH, Rainer. A origem estrutural da subversão em sociedades capitalistas contemporâneas, suas práticas baseadas na vivência cotidiana e um novo paradigma de contraplanejamento. In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloisa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (ORGs.). **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Metrópoles e presentificação: imaginário necessário. In: SILVA, Catia Antonia; FREIRE, Désirée Guichard.; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de.(orgs.). **Metrópole: governo, sociedade e território.** RJ: Coed. FAPERJ, 2006.

_____. **Outros territórios, outros mapas.** OSAL, Observatorio Social de América Latina, ano VI, no. *16*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina: Argentina. 2005a.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. **Caderno CRH**, Salvador, V.18, n. 45, p.411-422, Set./Dez. 2005b.

RICOEUR, Paul. **A ideologia e a utopia.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

RUSSEL, B**. History of western philosophy and its connection with political and social circumstances from the earliest times to the presente day**. Londres: George Allen and Unwin, 1961.
LENCIONI, Sandra. Totalidade e tríades. Compreendendo o pensamento de Lefebvre. In: FRIDMAN, F.; GENNARI, L. A; LENCIONI, S.. (Org.). **Políticas públicas e territórios: onze estudos latino-americanos.** Buenos Aires: CLACSO, 2018, v. , p. 251-266.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Corteza, 2008.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Um discurso sobre as ciências.** São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Tiago Andrade dos. A produção do espaço a partir de Henri Lefebvre e a dimensão espacial da ação política. In**: Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana.** Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA

SANTOS, Vinícius. Alienação e subjetividade em Marx: um vínculo entre os Manuscritos econômico-filosóficos e O capital. In: **IX Colóquio Internacional Marx & Engels**, 2018, Campinas. Anais do IX Colóquio Internacional Marx & Engels, 2018.

SAYER, A. **Method in social Science: a realist approach**. Londres: Hutchinson. 1984.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis.** São Paulo: Ideias & Letras. 2006.

SERPA, A. S. P. Teoria das representações em Henri Lefebvre. **GEOUSP: espaço e tempo**, v. 18, p. 487-495, 2014.

SOJA, Edward. Thirdspace: Expanding the scope of the geographical imagination. IN: MASSEY, Doreen; ALLEN, John; SARRE, Phillip. **Human Geography Today**. Oxford, UK: Blackwell, 1999.

_____. Uma concepção materialista da espacialidade. In: BECKER, Bertha; HAESBAERT, Rogério; SILVEIRO, Carmem B. **Abordagens políticas da espacialidade.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

_____. Uma interpretação materialista da espacialidade. BECKER, Bertha; SOJA, Edward; SHACHAR, Arie. **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983, p.22-74.

THOMPSON, E. P. **The poverty of theory and other essays**. Londres: Merlin Press, 1978.

THRIFT, Nigel. Space: the fundamental stuff of human geography. In: CLIFFORD, Nicholas et al. (Orgs.). **Key concepts in geography.** SAGE Publications, 2008.

VALCÁRCEL, José Ortega. **Los horizontes de la geografia: teoria de la Geografía**. Barcelona: Editorial Ariel, 2000.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

VITTE, Antonio Carlos. **Contribuições à História e à Epistemologia da Geografia.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Politics of World-Economy.** Cambridge University Press, Cambridge, 1988.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1521843/CA